

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA**

Naiara Stefani de Souza Rocha Cirqueira

**“RECORDAR É VIVER DE NOVO”: A CONSTRUÇÃO DE MEMÓRIAS POR
ESCRITORAS SOBRE O MATRIMÔNIO, A ESCRAVIDÃO E O MAGISTÉRIO
(FINAL DO SÉCULO XIX - PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX)**

**UBERLÂNDIA
2024**

Naiara Stefani de Souza Rocha Cirqueira

**“RECORDAR É VIVER DE NOVO”: A CONSTRUÇÃO DE MEMÓRIAS POR
ESCRITORAS SOBRE O MATRIMÔNIO, A ESCRAVIDÃO E O MAGISTÉRIO
(FINAL DO SÉCULO XIX - PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX)**

Monografia apresentada ao Instituto de História da
Universidade Federal de Uberlândia, como
pré-requisito para conclusão do curso de graduação
em Licenciatura, sob orientação da Prof.^a Dr.^a
Daniela Magalhães da Silveira.

UBERLÂNDIA
2024

Naiara Stefani de Souza Rocha Cirqueira

**“RECORDAR É VIVER DE NOVO”: A CONSTRUÇÃO DE MEMÓRIAS POR
ESCRITORAS SOBRE O MATRIMÔNIO, A ESCRAVIDÃO E O MAGISTÉRIO
(FINAL DO SÉCULO XIX - PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX)**

Monografia apresentada ao Instituto de História da
Universidade Federal de Uberlândia, como
pré-requisito para conclusão do curso de graduação
em Licenciatura, sob orientação da Prof.^a Dr.^a
Daniela Magalhães da Silveira.

Uberlândia, 11 de novembro de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Daniela Magalhães da Silveira

Prof.^a Dr.^a Ana Flávia Cernic Ramos

Prof.^a Dr.^a Lericé de Castro Garzoni

AGRADECIMENTOS

Começo agradecendo meus pais, Vani de Souza Rocha Cirqueira e Eurico Gonçalves Cirqueira. Não somente pelo apoio e incentivo que tiveram comigo nesses anos da graduação, mas em toda minha trajetória escolar. Esta monografia trata de memórias, sendo assim, é impossível não ser transportada para a infância e lembrar das vezes que sentados comigo liam histórias de contos de fadas, me ajudavam a realizar as tarefas e acima de tudo me encorajavam a continuar quando eu tinha dificuldades. Fazer parte da primeira geração da família no ensino superior, não é uma conquista minha, mas nossa.

Falando de lembranças, não tem como não agradecer a todos os meus professores e professoras da educação básica, em especial, aqueles do Polivalente que foram, inclusive, meus colegas de docência nos estágios. Obrigada pelas dicas, pela paciência e por me fazerem sentir bem vinda na profissão. Agradeço a professora Fernanda, os colegas e professores da ESEBA que participaram do Programa da Residência Pedagógica. Estar em sala com vocês possibilitou inúmeras reflexões sobre o ensino de História. Obrigada por cada projeto desenvolvido, eles me fizeram ampliar os horizontes.

Agradeço também ao corpo docente do Instituto de História pelas partilhas de conhecimento que tivemos. Sobretudo, a professora Nara Rúbia de Carvalho Cunha, que me faz amar ainda mais a licenciatura. Obrigada por cada indicação de texto, pelas excelentes aulas e mais ainda por escutar nossos anseios em relação à docência e compartilhar conosco sua experiência.

Agradeço também aos meus colegas da turma 47 por cada apoio e incentivo nesses anos. Em especial, a minha amiga Isabella, sem você o curso não seria tão alegre e cheio de cores. Obrigada por ter sido minha dupla nestes quatro anos, por ter me encorajado e dividido comigo os momentos de alegrias e desespero que este curso proporcionou.

Agradeço à minha orientadora Daniela pelo longo caminho percorrido. Obrigada pelas aulas, assim como, por cada partilha no grupo de estudos, cada leitura e reflexão que tivemos me desafiaram e me instigaram a pensar a História, particularmente, aquelas envolvendo a literatura. Por fim, obrigada por ter acreditado que eu conseguiria desenvolver esta pesquisa, mesmo quando eu duvidava de mim mesma.

RESUMO

Este trabalho investiga memórias de autoras elaboradas no final do século XIX e primeira metade do século XX, tendo como foco as lembranças envolvendo casamento, escravidão e magistério. Para tal, tem como fontes as obras *Minha vida de menina*, de Helena Morley; *No tempo de Dantes*, de Maria Paes de Barros; *Páginas de recordações: memórias*, de Floriza Barbosa Ferraz e *Dias ensolarados no Paraíso: memórias*, de Brazilia Oliveira Lacerda. Partindo do pressuposto defendido por Ecléa Bosi de que a rememoração do passado é induzida pelo presente, trabalhamos nesta pesquisa com a hipótese de que as autoras escrevem sobre um tempo quando o modelo de família senhorial na qual estavam inseridas parecia estar seguro. Sendo filhas e netas de fazendeiros e senhores de escravizados, revivem nas páginas de seus livros especialmente a infância e juventude, nas quais permeiam as brincadeiras, os estudos e os sonhos de serem freiras, literatas ou professoras. Investigando estas temáticas à luz da História Social, este trabalho pretende dessacralizar as obras, retirando-as do lugar de genialidade, assim como propõe analisar as autoras para além de questões sobre gênero, levando em conta o lugar social das mesmas.

Palavras-chave: Memórias. Mulheres. Casamento. Escravidão. Magistério.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO I – Como recordamos a infância e a juventude? Os papéis e as influências da família, do lazer, dos estudos e do matrimônio nas primeiras décadas de vida das autoras	17
1.1 O que elas percebiam enquanto cresciam? Espaços e papéis dos pais da memorialista e diarista.....	18
1.2 Os espaços de liberdade ocupados pelas autoras e suas ambivalências.....	23
1.3 A escolha pelo matrimônio: a influência desta decisão na forma de recordar o passado pelas autoras.....	30
CAPÍTULO II - As senhoras e patroas: saudosismo das relações de trabalho oitocentistas na escrita de si	38
2.1 De menina a senhora: o espaço de dominância e violência na esfera privada.....	39
2.2 O bom e o mau escravo: saudosismo da escravidão na escrita de si.....	44
2.3 Propriedade, paternalismo e o mundo do trabalho: o pós-abolição e a persistência de ideias escravagistas.....	50
CAPÍTULO III - Ser professora no século XIX: expectativas de futuro e as dificuldades da profissão na escrita de si.....	58
3.1 O magistério como possibilidade de melhorar o futuro e as condições de vida.....	59
3.2 Saúde, salário e ambiente de trabalho: as dificuldades em ser professora no século XIX.....	63
3.3 Trabalho manual e/ou casamento: alternativas para mulheres instruídas e sem fortuna, para além de educadora da primeira infância.....	70
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	75
FONTES:.....	77
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:.....	79

INTRODUÇÃO

Era domingo, dia 18 de agosto de 1895, quando Tia Madge resolveu tirar férias por um mês e pediu que a sobrinha a substituísse na escola como professora. Helena Morley, com seus 14 anos, assumiu a contragosto esta responsabilidade. Estudante da Escola Normal de Diamantina, ela se preparava para seguir a carreira da tia, contudo, ao reger a sala de aula de Madge se deparou com os desafios da profissão, especialmente a indisciplina dos alunos. Diante disso, Morley pensa em ser quitandeira como Siá Generosa, lavar roupa ou qualquer outro serviço, menos o magistério. Ao contar para a tia que não planejava seguir esta carreira, Madge afirma: “[...] você tem de ser professora, e boa professora. Veja o nosso exemplo, meu e de Quequeta, que estudamos já de alguma idade [tinham perto de quarenta anos] e hoje vivemos independentes. Você tem de nos acompanhar”¹.

Esta preocupação com o sustento e independência não se restringia a tia Madge, no século XIX, as opções de trabalho especializado para as mulheres não eram muitas. Em suma, os trabalhos ditos femininos se dividiam entre aqueles externos e internos à esfera doméstica, nesse sentido, as mulheres poderiam prestar serviços domésticos, serem costureiras, lavadeiras, quitandeiras, atuarem no pequeno comércio, na prostituição.² Além disso, historicamente o trabalho doméstico tendia a agregar trabalhadores, que geralmente não possuíam qualificações para trabalharem em outros locais, tais como oficinas, fábricas e comércio, tornando assim, um espaço de inserção no mundo do trabalho para milhares de indivíduos. Contudo, é importante frisar que, apesar de envolto no estereótipo “de ser resultado de atributos e qualidades ‘naturais’ –sobretudo femininas – e que poderia ser realizado por ‘qualquer um’”, as atividades domésticas desempenhadas no mundo do trabalho requeriam um longínquo processo de aprendizagem³. Sobre as ocupações que Morley pensava seguir em alternativa ao magistério, como lavar roupa e ser quitandeira, Joana Monteleone⁴

¹ MORLEY, Helena. *Minha vida de menina*. 1. ed. São Paulo: Companhia de Bolso, 2016.

² MARTINS, Bárbara Canedo Ruiz. *Amas-de-leite e mercado de trabalho feminino: descortinando práticas e sujeitos* (Rio de Janeiro, 1830-1890). 2006. 200f. Dissertação (Mestrado em História) - UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

³ MATOS, 1994, p.203-205; CUNHA, 2007, p.384-396; SOARES, 2007, p.54 apud SOUZA, Flávia Fernandes. Entre a convivência e a retribuição: trabalho e subordinação nos significados da prestação de serviços domésticos (cidade do Rio de Janeiro, 1870-1900). *Rev. de História Comparada*. Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, 2010. Disponível em: <https://revistas.ufri.br/index.php/RevistaHistoriaComparada/article/view/88>. Acesso em: 07 maio. 2024.

⁴ MONTELEONE, Joana de Moraes. Costureiras, mucamas, lavadeiras e vendedoras: o trabalho feminino no século XIX e cuidado com as roupas (Rio de Janeiro, 1850 - 1920). *Rev. Estudos Feministas*, Florianópolis, 27 (1), 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/6kxbrTgBwDptJJz9t9RCjRB/#:~:text=Era%20um%20fen%C3%B4meno%20que%20fazia,eram%20feitos%20por%20escravas%20dom%C3%A9sticas>. Acesso em: 07 mai. 2024

aponta que durante o século XIX o cuidado com as roupas, como costurar e lavar, se configurava como um dos mais importantes afazeres da casa, ao lado do cozinhar. Hábito este que multiplicou em meados dos oitocentos devido às mudanças de comportamento e com a presença de mulheres da elite nas ruas. Cabe salientar, que “a identificação da condição social das camadas superiores podia ser feita na figura da mulher, que ostentava riqueza através das roupas, adereços, atitudes e gestos codificados pela moda”⁵. Com isso, em meados dos oitocentos multiplicaram-se nas cidades o número de trabalhadores domésticos e criados que tinham como função o cuidado com as roupas. Para as mulheres livres pobres, ser criada nestes lugares era uma forma de “conseguir alguma maneira estável de viver, com abrigo, roupas, comidas e, eventualmente, remédios, fornecidos pela patroa”⁶. Além disso, esta preocupação com as roupas fez surgir “um novo tipo de trabalho feminino especializado, ligado à confecção de roupas em ateliês de moda e lojas, as vendedoras, as modistas, as jornalistas de moda.”⁷

Em relação às quitandas, Juliana Bonomo⁸ aponta que no século XIX em Minas Gerais, este espaço foi adotado por “mulheres negras, empobrecidas, libertas ou forras [...] não só como forma de resistir à pobreza e à escravidão, mas também como forma de sobrevivência diante das poucas oportunidades na sociedade mineira para o trabalho feminino”⁹. Denominadas “negras de tabuleiro” e quitandeiras, elas vendiam broas, biscoitos, leite, fumo, especialmente em áreas voltadas a atividade mineradora, como São João Del Rei, Outro Preto, Mariana e Diamantina. A expressividade comercial das quitandeiras não se restringia às províncias, Fernando Freitas salienta que no final dos oitocentos essa era a ocupação que mais tinha registros na capital.¹⁰

Outro espaço ocupado pelas mulheres eram os jornais, seja oferecendo seus serviços, seja escrevendo como jornalistas, sendo redatoras e até mesmo proprietárias de periódicos. Francisca Senhorinha da Mota Diniz e Josephina Alvares de Azevedo foram exemplos disso. Nascida em São João Del-Rei (MG) e fundadora de *O sexo Feminino*, *Primavera* e *O Quinze*

⁵ MALUF, 1994, p. 188 apud MONTELEONE, 2019, p. 2.

⁶ Ibid

⁷ CARVALHO, 2008, p. 248 apud MONTELEONE, 2019, p. 2

⁸ BONOMO, Juliana Resende. O que é que a quitandeira tem?: um estudo sobre a memória e a identidade das quitandeiras de Minas Gerais. 2014. 126 f. *Dissertação (Mestrado em Memória Social)* - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (2003), Rio de Janeiro, 2014.

⁹ Ibid, p. 43.

¹⁰ DE FREITAS, F. V. As negras quitandeiras no Rio de Janeiro do século XIX pré-republicano: modernização urbana e conflito em torno do pequeno comércio de rua. *Rev. Tempos Históricos*, v. 20, n. 1, p. 192, 2016. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/13837>. Acesso em: 7 maio. 2024.

de *Novembro do Sexo feminino* desenvolveu projetos para a emancipação feminina. Criadora de *A família*, Josephina Azevedo, assim como Francisca Diniz, possuía como bandeira a educação da mulher, pois, dessa forma, seria possível sua inserção no mundo do trabalho. Ambas acreditavam que as mulheres, tanto ricas, quanto pobres, deveriam ter acesso à educação, sobretudo, estas últimas, já que tinham que garantir seu sustento¹¹.

E pensando na sobrevivência da mulher, Francisca Diniz publicou em 7 de setembro de 1873, em *O sexo feminino*, recomendações às famílias. Nele aconselhava aos pais que ao invés de mandarem ensinar suas filhas a "coser, engomar, lavar, cozinhar, varrer a casa, etc., etc., mandem-lhes ensinar a ler, escrever, contar, gramática da língua nacional [...] economia doméstica [...] a filosofia, a história, a geografia, a física, a química [...] instrução moral e religiosa". Assim, quando o pai, a mãe, o marido e o irmão falecerem, elas não precisarão pensar "o que será de mim?", pois "a riqueza intelectual produzirá o dinheiro, e com este se satisfarão as necessidades"¹². E dentre todos os trabalhos que poderiam ser realizados pelas mulheres, Francisca Diniz considerava o magistério como o mais adequado devido a sua natureza moral e a condição feminina nata, nesse sentido, eram mais aptas para o cargo do que os homens.¹³

Sobre isso, Cecília Nascimento¹⁴ acrescenta ainda que na segunda metade do século XIX ocorreu de forma mais intensa no Brasil e em outros países a chamada "feminização do magistério". Segundo a autora, a historiografia sobre mulheres aponta que esta profissão foi sendo construída mais do que como uma profissão de mulheres, tornando uma ocupação feminina. Bárbara Souto¹⁵ aponta que existiam aqueles que criticavam esse processo por considerar a mulher despreparada para lecionar. Contudo, havia aqueles que utilizavam da ideia de natureza feminina para defender a presença de mulheres em sala de aula, pois as mesmas, como apontou Francisca Diniz, nasciam com o dom de cuidar das crianças e, portanto, realizariam o magistério com amor e entrega. Vislumbrando o magistério mais como um sacerdócio do que uma profissão, foi se formando a ideia de que as professoras

¹¹ SOUTO, Bárbara Figueiredo. *"Senhoras do seu destino": Francisca Senhorinha da Motta Diniz e Josephina Alvares de Azevedo*. 2013. 197 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

¹² DINIZ, D. Francisca Senhorinha da Mota. A educação da mulher. *O sexo feminino*: semanário dedicado aos interesses da mulher. Cidade de Campanha (MG), ano 1, n. 1, 7 de set. 1873.

¹³ NASCIMENTO, Cecília Vieira do. *Caminhos da docência: trajetórias de mulheres professoras em Sabará Minas Gerais (1830-1904)*. 2011. 231 f. Tese (doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

¹⁴ Ibid

¹⁵ SOUTO, 2013.

precisavam ser dóceis. Ademais, Heloísa Villela¹⁶ aponta que a feminização do magistério contava com discursos higienistas, associando a professora como a figura que iria regenerar a sociedade.

Outro ponto a ser considerado ao tratar da docência é em relação às condições de trabalho, para tal, Bittencourt¹⁷ argumenta que, desde o surgimento da escola pública no Brasil, o professor era considerado um profissional mal preparado. A admissão era realizada por meio de um concurso público e mesmo variando de província para província, as exigências para ser um professor nos oitocentos se resumia em: "ter 18 anos de idade, bom procedimento, conhecimento das matérias exigidas por lei, e, se possível, instrução prática do ensino"¹⁸. A autora salienta ainda que os baixos salários fizeram com que as autoridades percebessem a impossibilidade de sobrevivência dos homens de família enquanto professores, aumentando assim, o discurso da essência feminina e da professora como a mais adequada para o magistério.

Já para Jane S. Almeida¹⁹ os fatores que colaboraram para a forte presença de mulheres no magistério, já alicerçada no final dos oitocentos e ainda mais consolidada na República, foram “a associação do magistério como função missionária; a consolidação das escolas normais e a necessidade de formação de professoras que pudessem atuar nas crescentes classes de meninas”, além disso, “a pressão dos emergentes movimentos feministas e suas reivindicações por direitos educacionais e profissionais”²⁰ contribuíram para este quadro. Ademais, invertendo o protagonismo e contrariando o pensamento historiográfico predominante, a autora coloca que as mulheres no magistério não foi concessão masculina. Aliás, os homens resistiram à presença feminina nesta carreira²¹, o cargo tinha nuances

¹⁶ VILLELA, Heloisa de O. S. O mestre-escola e a professora. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FILHO, Luciano Mendes de Faria; VEIGA, Cynthia Greive. *500 anos de educação no Brasil*. Ed. Autêntica. 2ª ed. Belo Horizonte, 2000.

¹⁷ BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar*. 1993. 383 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

¹⁸ Ibid, p. 246 - 247.

¹⁹ ALMEIDA, Jane Soares de. *Mulher e Educação: a paixão pelo possível*. São Paulo: Editora UNESP, 1998 apud NASCIMENTO, 2011, p. 58.

²⁰ Ibid.

²¹ ALMEIDA, Jane Soares de. *Mulher e Educação: a paixão pelo possível*. São Paulo: Editora UNESP, 1998 apud NASCIMENTO, 2011, p. 58.

dependendo do gênero e raça do candidato. Jeane Melo²² demonstra, por exemplo, que as candidatas precisavam provar, além de seus conhecimentos, sua moral.

Se fossem solteiras, viúvas ou separadas, ou seja, afastadas da lógica matrimonial, deveriam ter autorização do pai ou de algum outro responsável para candidatar “como professora adjunta ou efetiva das escolas públicas de meninas”²³. Já as casadas precisavam “apresentar a devida autorização marital para dirigir casa de escola e lecionar; se fosse viúva, o atestado de óbito do marido. Quando separada, segundo as normas eclesiásticas, deveria apresentar a certidão do pároco”²⁴. Além disso, após conseguir o emprego, a vigilância pública sobre as professoras era intensa, podendo, inclusive, responder perante a lei se a moral fosse comprometida.

Isto posto, o magistério detinha um quadro de profissionais heterogêneo. Para umas, ser professora e/ou dona de escola poderia se configurar objetivo pessoal, nesse sentido, encaravam a carreira como uma missão e buscando retirar as mulheres da ignorância²⁵. Já para outras mulheres de classes baixas, esta profissão era um meio de sobrevivência e não tido unicamente como um projeto, Vavy Pacheco Borges²⁶, por exemplo, nos recorda que o magistério poderia ser o ganha-pão de mulheres viúvas. Vale ainda ressaltar que procurando sua independência financeira e seu sustento, muitas professoras ofereciam seus serviços nos anúncios de periódicos. Por meio destes podemos perceber o cotidiano delas, através das informações sobre alteração do local da aula, avisos que agora é professora pública e não particular, venda de livros, dentre outras²⁷. Além disso, estes anúncios se configuram como “uns dos poucos documentos escrito realmente por mulheres do século XIX na Província dos quais temos acesso hoje em dia”²⁸.

Para além dos anúncios sobre o magistério, a escrita de si, seja no formato de diário, livros de memórias, autobiografias, pode também nos elucidar sobre o universo da educação nos oitocentos, não somente sobre as professoras, mas também sobre as alunas. O diálogo entre tia Madge e Morley, por exemplo, pertence à obra *Minha vida de menina*, de 1942.

²² MELO, Jeane Carla Oliveira de. Entre o magistério feminino oitocentista e a escrita da história na escola primária: a trajetória letrada da mestra Herculana Firmina Vieira de Sousa (1840-1880). 2023. 449 f. Tese (doutorado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023.

²³ GONDRA, SCHUELER, 2008, p.175 apud MELO, 2023, p. 201.

²⁴ Ibid.

²⁵ MELO, 2023, p. 113.

²⁶ BORGES, V. P. Uma mulher e suas emoções: o diário de Eugénie Leuzinger Masset (1885-1889). Cadernos Pagu, Campinas, SP, n. 19, p. 113–143, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644582>. Acesso em: 3 fev. 2024.

²⁷ ARAÚJO; SENA, 2017, p.101 apud MELO, 2023, p. 170.

²⁸ BRAGA, 2017, p.13 apud MELO, 2023, p. 122.

Escrito em formato de diário entre os anos de 1893 e 1895, na cidade de Diamantina (MG), tem como autora Helena Morley, pseudônimo de Alice Dayrwill Caldeira Brandt. Nascida em 28 de agosto de 1880 na cidade mineira e falecida em 22 de junho de 1970, Morley tinha como mãe Alexandrina Brandão Dayrell, pertencente a uma família tradicional da região, e como pai, Felisberto Moyrell Dayrell, inglês e minerador. Em seus relatos, a adolescente diamantinense apresenta sua visão sobre questões sociais, raciais, políticas e religiosas, assim como, sua relação com a família, amigos, escola e comunidade.

Seu hábito de escrever foi incentivado na escola, com seu professor de português solicitando que as meninas escrevessem todo dia, mas ele iniciou em sua casa com seu pai aconselhando que escrevesse o que se passava com ela, sem precisar contar tudo às amigas e pedindo que guardasse o caderno para recordações futuras. Décadas depois, Morley reencontra seus cadernos relatando sua mocidade e acaba recordando dos “casos sobre os tios, as primas, os professores, as colegas e as amigas”²⁹. Coisas, que, segundo ela, já tinham se esvaído de sua mente. A partir daí planeja compartilhar suas memórias não apenas com suas netas, mas com as meninas da contemporaneidade, mostrando a “diferença entre a vida atual e a existência simples”³⁰ que levava naquela época. Podemos observar que o diário aparece simultaneamente como espaço de preservar vestígios do passado, assim como, de se comunicar com o futuro. Afinal, o diarista tem como destinatário o seu próprio eu do amanhã, desejando relembrar seus passos do pretérito, seja no dia seguinte, seja décadas depois.³¹

Quando esta obra foi publicada, discutiu-se e, ainda se discute, a questão da autoria, se teria Morley realmente escrito esse diário? Muitos questionam se o marido da escritora, Mário Brandt, devido a sua participação na edição³², assim como pela escolha do pseudônimo da esposa, teria sido o autor da obra. Reis argumenta que “essa desconfiança faz com que a obra se torne cada vez mais interessante, pois se a autora o escreveu em sua infância mostra o quão à frente de seu tempo ela estava”³³. Contudo, se foi escrita por ela quando estava adulta “ou por qualquer outro escritor, mostra o grau de excelência deste, porque consegui pensar

²⁹ MORLEY, 2016, p. 13.

³⁰ Ibid.

³¹ LEJEUNE, Philippe. *O pacto autobiográfico: de Rousseau à Internet*. Editora, UFMG. Belo Horizonte, 2008, p. 261.

³² Em 28 de dezembro de 1957, Morley concedeu uma entrevista para o jornal *O Globo*. Nela, relata que nunca pensara em publicar o diário, mas sua filha e seu marido insistiram. Conta ainda que o esposo procedeu de uma censura severa, suprimindo coisas que parecessem indiscretas e que podiam atingir, por meio de críticas, pessoas que ainda estavam vivas no momento de publicação. Ver mais em: As projeções escolares lhe deram projeção internacional. *O Globo*, 28 dez. 1957. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/acervo/resultado/>. Acesso em: 10 nov. 2023.

³³ REIS, Daiane. Helena Morley: personagem plural. 2013. *Dissertação* (mestrado em Literatura) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, p. 21.

como uma menina inglesa, pobre, moradora de uma pequena cidade”³⁴, no século XIX, “que enfrentava diversos problemas por pensar tão diferente das demais mulheres da família e da sociedade”.³⁵ Silvana Orsolin³⁶, assim como Reis, ao abordar as figuras femininas presentes na obra, tais como, a própria Helena, a mãe e a avó da menina, coloca Morley como distinta das demais. Para ela, Morley é mais transgressora do que as demais mulheres, visto que, elas apresentam características condizentes “com a política de domínio edificada pelos pilares do paternalismo senhorial oitocentista”³⁷.

Contudo, apesar de Morley ser posta pela bibliografia supracitada em um patamar elevado, seja em relação ao próprio período histórico, seja em relação às demais mulheres, quando se trata de questões raciais e o mundo do trabalho no pós - abolição, no qual, Helena se coloca superior às mulheres negras que trabalhavam em sua casa, por exemplo, é solicitado que pensemos o diário sem cometer anacronismos, “tendo em vista que a questão discriminatória possui conotações diferentes dependendo da época”.³⁸ Todavia, no campo historiográfico, questionamos o porquê consideramos o anacronismo, quando olhamos para Helena falando sobre mulheres negras, mas ignoramos isso quando a mesma fala sobre mulheres brancas. No último, ela parece como transgressora e moderna, no primeiro, como uma garota do seu tempo. Afinal, quem é ela? A menina à frente dos oitocentos ou a menina dos oitocentos? Helder Pinto³⁹ aponta que Morley não era a única na sua cidade e em seu período que questionava os valores da sociedade patriarcal, outras garotas também faziam. Marilda Luis⁴⁰ salienta que a memória individual, no caso, o diário, não está apartado da memória coletiva, dado que, o diarista sente de forma direta ou indireta as intervenções da sociedade. Além disso, Barros⁴¹ ao investigar a “escrita de si”, retira o diário de um viés transcendental e destitui o caráter místico, no caso, de Lima Barreto.

³⁴ Ibid.

³⁵ Ibid

³⁶ ORSOLIN, Silvana Capelari. *Um olhar pelo buraco da fechadura: as personagens femininas oitocentistas no diário Minha Vida de Menina, de Helena Morley*. 2018. 128f. Dissertação (mestrado em Estudos Literários) - Universidade Federal de Uberlândia.

³⁷ Ibid, p. 12.

³⁸ Ibid, p. 92.

³⁹ PINTO, Helder de Moraes. *Entre a casa e a rua: uma história da mocidade de Diamantina - MG no final do século XIX*. 2015. 418f. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

⁴⁰ LUIS, Marilda Sarmiento. *O Diário de Anne Frank: a narrativa do cotidiano na construção de uma memória histórica*. 2019. 68f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em História) - Centro de Formação de Professores, Universidade Federal de Campina Grande. Cajazeiras, 2019.

⁴¹ BARROS, Adelianna Alves. *O cemitério dos vivos: a experiência manicomial de Lima Barreto*. 2016. 170f. – Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em História, Fortaleza (CE), 2016. Disponível em: Repositório Institucional UFC: O cemitério dos vivos: a experiência manicomial de Lima Barreto. Acesso em: 20 nov. 2022, p. 155.

Outro ponto a ser questionado é a noção de Morley como portadora da voz dos que estão à margem da sociedade. Para Schwarz⁴², Morley, por meio de sua escrita, “faz com que a voz dos subalternos seja ouvida, fazendo com que os pontos de vistas de mulheres e ex-escravos, por exemplo, não sejam silenciados, confrontando as regras da propriedade e da autoridade, características do momento histórico”. Contudo, ao pensarmos dessa maneira não estamos encarando a escrita de Helena como detentora da verdade absoluta? Afinal, é ela que nos diz que é muito prestigiada entre as mulheres negras, não sabemos como essas mulheres a percebem. Ao ignorarmos esse aspecto, talvez estejamos esquecendo que o diarista vê a si próprio como superior, como protagonista, como alguém amado ou incompreendido.

A ideia do autor como excepcional também acompanha outra obra, *No tempo de Dantes*⁴³, de Maria Paes de Barros. Publicado em 1946, o livro narra a infância e a juventude da autora, na segunda metade do século XIX. Nascida na província de São Paulo em 1851, Maria pertencia à elite paulista, sendo filha de D. Felicíssima Campos Barros e do Comendador Luís Antônio de Souza Barros, grande nome da aristocracia imperial paulistana e que tinha sob seu domínio escravizados e colonos alemães. Em 1868 casa-se com seu primo, Antônio Paes de Barros. O livro, patrocinado pela Fundação Nestlé de Cultura, destaca a relação de Maria com sua família e os estudos, na infância, e sua aparição como senhora e proprietária de escravizados, no matrimônio. No prefácio, Monteiro Lobato inicia afirmando que o relato “foi escrito por uma alta dama paulista de noventa e quatro anos de idade”⁴⁴ e que o natural destino da memória é ir se desintegrando, “mas há exceções, como no caso de Dona Maria”⁴⁵. Caio Prado Júnior, na introdução do livro, aponta ainda que “é uma dessas damas de marcada individualidade, a quem muito deve a florescente civilização paulistana”⁴⁶. Cabe ainda ressaltar que após sua publicação, a nota do *Correio Paulistano* era que Maria de Paes de Barros, “sob muitos pontos de vista, foi uma inovadora, em seu tempo, pelo seu modo de agir e pensar, e andou sempre à frente de sua época”⁴⁷.

Marina de Mello e Souza⁴⁸ ao escrever o posfácio de *Páginas de recordações: memórias*, de Floriza Barboza Ferraz, questiona quais os motivos que levaram a autora a escrever suas memórias, sendo um deles, a influência do livro de Maria de Paes de Barros.

⁴² SCHWARZ 1997 apud ORSOLIN, 2018, p. 93.

⁴³ BARROS, Maria Paes de. *No tempo de Dantes*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

⁴⁴ *Ibid*, p. IX

⁴⁵ *Ibid*, p. X.

⁴⁶ *Ibid*, p. XIII

⁴⁷ SODRE, Nelson Werneck. *Miscelanea. Correio Paulistano*, 21 de mar. 1947.

⁴⁸ FERRAZ, Floriza Barboza; SOUZA, Marina de Mello e (posfácio). *Páginas de recordações: memórias*. 1. ed. São Paulo: Chão Editora, 2020.

Escritos sem intenção de publicação, em 1947, quando a autora tinha 73 anos, na qual, os relatos narram desde sua infância até a vida adulta. Nascida em Rio Claro, no interior de São Paulo, em 1874, Floriza pertencia a uma tradicional família da elite rural paulista. Cresceu, ao lado de treze irmãos, até o início de sua adolescência em uma fazenda onde o pai era proprietário de escravizados. Com a abolição, o pai não se adaptou às novas relações de trabalho e vendeu a fazenda. Aos 19 anos, por insistência da família, se casou com um dos cunhados de seu irmão. Em seus relatos, Floriza narra a construção da fazenda do casal em Lençóis Paulista, da qual participou ativamente, destacando a escassez de médicos, a convivência e as relações de trabalho com os colonos italianos e espanhóis. A autora aponta que escreveu com o coração cheio de amargura, buscando recordar o passado e lembrando primeiramente do pai e dos irmãos. Segundo ela, “como recordar é viver de novo, encontrei aqui o remédio que eu precisava para desabafar o meu coração”.⁴⁹

Segundo Éclea Bosi⁵⁰, o ato da lembrança não é simplesmente se afastar do presente para reviver o passado tal como ele foi, até porque, não é possível guarda-lo em estado puro e intocável. Pelo contrário, “a relembração é uma reconstrução orientada pela vida atual, pelo lugar social e pela imaginação daquele que registra. Se lembramos é porque a situação presente nos induz a lembrar”⁵¹. Com isso, Marina Maluf⁵² argumenta que nesta apresentação de Floriza Ferraz sobre suas memórias a autora está procurando revisitar seu passado, a fim de buscar sua identidade no presente. Cabe ressaltar que no fim ela teve sua fazenda arrendada e a riqueza da família que outrora possuía não existia mais, o mesmo acontece com Maria Paes de Barros, que vê o desmoronamento da grande fortuna. Ambas concedem ênfase à infância e a mocidade na casa dos pais, ou seja, ao tempo que para elas era de bonança. Floriza destaca muito a vida que leva após o casamento, especificamente seu papel como patroa da fazenda, já Maria Barros encerra suas lembranças no fim da abolição. Em ambos os relatos não temos como saber exatamente as datas dos acontecimentos, como acontece em Morley, porém, existe um momento antes da abolição e um após a abolição, sendo que, o primeiro aparece como sendo de prosperidade.

O matrimônio também é outro aspecto que determina o caminho dos livros, após ele, por exemplo, estas mulheres se tornam senhoras e patroas. No caso de Brazilia Oliveira de Lacerda, com ele se encerram suas memórias. Nascida em 1887, provavelmente em São

⁴⁹ Ibid, p.8.

⁵⁰ BOSI, Ecléa. Memórias e sociedade: lembrança de velhos apud MALUF, Marina. *Ruídos da memória*. São Paulo: ed. Siciliano, 1995.

⁵¹ Ibid, p. 31.

⁵² MALUF, 1995.

Paulo, pertencia à elite agrária paulista, sendo bisneta do visconde do Rio Claro e neta do barão de Aracy. Quando faleceu aos 79 anos, em 1966, deixou diversas recordações de sua vida, preservadas em pequenos cadernos pautados. Os manuscritos publicados como *Dias ensolarados no Paraíso: memórias*⁵³ cobrem 13 anos de sua vida. O primeiro caderno retrata sua vida dos 6 aos 10 anos, o segundo vai até seus 16 anos e o último se encerra logo após seu casamento com seu primo Carlos Amadeu de Arruda Botelho aos 19 anos. Nos relatos recorda das relações com os empregados da fazenda, dos estudos e das relações com a família.

Marina Maluf⁵⁴ coloca os textos de Maria Paes de Barros, Floriza Ferraz e Brázilia Lacerda como memorialísticos. Segundo Karl Weintraub, as diferenças entre este gênero e autobiografia não são rígidas, contudo, o objetivo da última é uma vida, “não simplesmente um registro de coisas que tenham ‘roçado’ uma existência”⁵⁵. Pensando nestas memórias, salientamos que embora ocorra um maior interesse público pela “escrita de si” na segunda metade do século XX e sua prática, especialmente dos gêneros diário íntimo e cartas, ser antiga, estes relatos são relegados à margem e a eles negado o *status* de literatura. Cabe ainda ressaltar que esta escrita é muito associada às mulheres, apesar de autobiografia, diários íntimos e cartas não serem “gêneros especificamente femininos, mas se tornam mais adequados às mulheres justamente por seu caráter privado”⁵⁶. Isto posto, estes relatos evidenciam um determinado período da vida, formado por tempos com inúmeros ritmos, “um tempo da casa, um tempo do trabalho etc.”⁵⁷. Assim, os registros escritos por mulheres, costumam “cobrir um período de tempo ordinário em suas múltiplas temporalidades: a do trabalho, da casa, dos sentimentos íntimos, do lazer e do cotidiano”⁵⁸. Além disso, entendemos estes registros como um espaço privilegiado para podermos compreender aspectos além da vida privada, como, por exemplo, o magistério feminino nos oitocentos.

No primeiro capítulo, “Como recordamos a infância e a juventude? Os papéis e as influências da família, do lazer, dos estudos e do matrimônio nas primeiras décadas de vida das autoras”, discutiremos sobre as memórias relacionadas ao matrimônio, acompanhando tanto as lembranças dos casamentos dos pais das escritoras, assim como de seus próprios

⁵³ LACERDA, Brázilia Oliverida de; CALDEIRA, Jorge (posfácio). *Dias ensolarados no Paraíso: memórias*. São Paulo: Chão editora, 2020.

⁵⁴ MALUF, 1995.

⁵⁵ WEINTRAUB, Karl J. In: PORTELLA, Eduardo. *Dimensões I*, p. 824 apud MALUF, 1995, p. 47.

⁵⁶ PERROT, 2008, p. 28 apud DIAS, Rosimeri de Oliveira; SEPULVEDA, Deniza. A vida invisível: por entre cartas, corpos de mulheres e processos de subjetivação. Rev. Digital do LAV. Santa Maria, v. 13, n. 2, 2020, p. 101.

⁵⁷ GOMES, Ângela de Castro. Escrita de si, escrita da história: a título de prólogo. In: GOMES, Ângela de Castro (org). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: ed. FGV, 2004, p. 13.

⁵⁸ Ibid, p. 28.

enlaces. A escolha por iniciar com esse tema se deu pela própria forma de escrita das autoras, que optam por falar sobre suas vidas a partir da casa da família. Nesse sentido, daremos ênfase em como estas mulheres enxergam a relação dos pais e os papéis que cada indivíduo desempenhava dentro da dinâmica familiar, incluindo, os espaços ocupados por elas enquanto crianças e moças. Lugares estes que aparecem sendo de liberdade e lazer para um determinado grupo social e de trabalho para outro. Encerraremos este capítulo analisando a transição da infância para a vida adulta, observando como o matrimônio aparece como divisor destes dois mundos e o causador da desistência de alguns sonhos ligados às carreiras que as autoras queriam seguir.

Já no segundo capítulo, intitulado “As senhoras e patroas: saudosismo das relações de trabalho oitocentistas na escrita de si”, discutiremos como as autoras relembram sobre a escravidão e as relações de trabalho do século XIX, sendo filhas e netas de senhores de escravizados. Além disso, abordaremos mais a fundo as percepções das memorialistas Maria Barros e Floriza Ferraz, dado que, se tornam após o matrimônio senhoras e patroas. Aqui abordaremos a autoridade que elas detinham em suas propriedades, sendo responsáveis por fiscalizar o trabalho e aplicar castigos, especialmente em outras mulheres. Por último, analisaremos as relações entre estas famílias e os trabalhadores de suas fazendas e casas após o fim da escravidão.

Por fim, no terceiro capítulo “Ser professora no século XIX: expectativas de futuro e as dificuldades da profissão na escrita de si”, discutiremos uma das profissões possíveis para as mulheres no século XIX, o magistério. Tida como um objetivo de vida por uma das autoras trabalhadas, a jovem Helena Morley, esta carreira fornecia possibilidade de independência financeira nos oitocentos. Abordaremos também as dificuldades enfrentadas pelas professoras que aparecem nas obras, como baixa remuneração e péssimas condições de trabalho. Isto posto, encerraremos esta monografia retomando ao matrimônio, dado que, o magistério era entendido como oposto ao mesmo, nesse sentido, com o questionamento casamento ou docência é que finalizaremos esta pesquisa acompanhando esta decisão de Helena Morley.

Capítulo 1: Como recordamos a infância e a juventude? Os papéis e as influências da família, do lazer, dos estudos e do matrimônio nas primeiras décadas de vida das autoras

Maria Paes de Barros nos relata em *No tempo de Dantes* que a partir da segunda metade do século XIX, “a sociedade se modificava”. Os “entusiastas generosos”, por exemplo, “já consideravam a escravidão instituição desmoralizadora, que urgia suprimir”. Contudo, na “casa do Comendador, pouco se sentia esse mal”. Ali isso era atenuado, nas palavras dela, “pela brandura com que mamãe tratava suas escravas, quase como filhas, dirigindo-as e aconselhando-as para que reinasse em sua casa a maior ordem e moralidade. O papai continuava sendo chefe absoluto da família”. Aliás, “nada se fazia sem a sua aprovação, mas também ele exercia aquele pátrio poder de bondade e discernimento”.⁵⁹

Barros escreve em suas memórias sobre as transformações que ocorriam na sociedade no século XIX, tais como a abolição, contudo, parece indicar que até aquele momento estas modificações não afetavam de forma drástica o modelo familiar patriarcal e senhorial do núcleo a qual estava inserida. Já o período republicano, em que suas memórias são postas em publicação, traria discussões que abalariam a estrutura da sociedade que ela cresceu, além da questão do trabalho, teríamos debates mais fortes sobre a instituição do casamento. Sobre isso, Fabiana Rodrigues⁶⁰ aponta o final dos oitocentos até a década de 1940 como um período de mudanças relevantes para o Brasil, no qual, o país realizava a passagem para à modernidade. Mudanças essas que causaram desconfiças e receios, especialmente aquelas referentes à família brasileira, causando, inclusive, a demora para a aprovação de um Código Civil no país⁶¹.

Mesmo aqueles que eram progressistas tinham ideias conservadoras sobre o papel da família, como Clóvis Bevilacqua, por exemplo, um dos elaboradores do Código, entendia que na família moderna homens e mulheres deveriam exercer seus papéis diferentes, mas ambos altamente nobres. Assim, "defendia que os homens, como chefes da família, tivessem certa

⁵⁹ BARROS, 1998, p. 121.

⁶⁰ ROGRIGUES, Fabiana Cardoso Malha. Ideias jurídicas, famílias e filiação na passagem à modernidade no Brasil, 1890 - 1940. 2008. 287 f. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

⁶¹ MIRANDA, Alina Silva Sousa. A imprensa republicana e a legislação civil: a família em debate. *XXVI ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA*, XXVI, 2011, São Paulo. Anais eletrônicos [...] São Paulo, 2011. Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/documentos/anais/category-items/1-anais-simposios-anpuh/32-snh26?start=2440>. Acesso em: 20 set. 2024.

autoridade sobre a esposa, mas isso não deveria anular o princípio jurídico de igualdade"⁶². Leila Barsted⁶³ soma-se a esta discussão ao afirmar que "a família estruturada pela legislação brasileira não é simples reflexo do modo de relacionamento do grupo familiar"⁶⁴. Ela é antes de tudo "a codificação de uma visão de mundo das elites dominantes, preocupadas com a legitimação, em termos legais, dos laços familiares, com a definição do poder marital e paterno, com a legitimação da prole e regulamentação do patrimônio"⁶⁵. Dessa maneira, é perceptível que apesar de todo o debate, as leis brasileiras entre 1930 e 1964 salientavam "a permanência do modelo jurídico familiar que se mostra funcional, seja nos momentos de autoritarismo, seja nos de redemocratização"⁶⁶.

Isto posto, esta discussão sobre o matrimônio e o papel da família é relevante para esta pesquisa, na medida em que, as obras aqui estudadas foram escritas e/ou publicadas neste período de disputas sobre o casamento, ou seja, uma das instituições mais estáveis até então passava por transformações. Nesse sentido, trabalharemos neste capítulo com a hipótese de que as autoras, ao concederem tanta ênfase às suas relações familiares e ao papel que seus membros desempenhavam nos oitocentos, escrevendo, inclusive, com certo saudosismo, talvez estivessem direcionando suas memórias para um tempo em que o seu modelo familiar estava seguro. Sendo assim, questionamos ainda se todas as pessoas poderiam lembrar-se de seu passado como o tempo de bonança. Aliás, a bonança do grupo social que elas fazem parte é construída sob a escravidão. Nesse sentido, dialogaremos sobre os espaços que estas mulheres frequentavam e ocupavam no XIX, assim como suas estratégias, atentando-se como outras mulheres de raça e de classe diferentes habitavam os mesmos lugares.

1) O que elas percebiam enquanto cresciam? Espaços e papéis dos pais da memorialista e diarista

Relembrando a São Paulo em meados dos oitocentos, Maria Barros aponta que não havia muita diversão na cidade naqueles tempos, que segundo ela, eram serenos. Se não fosse pelos afazeres do dia a dia, ninguém acabava saindo pelas ruas, apesar desse entrave, Barros reforça que os seus avós viviam felizes nesse arranjo. Contudo, descreve em seguida como se davam os papéis de cada um nesta sociedade, afirmando que "a parte feminina, sobretudo,

⁶² Ibid, p. 36.

⁶³ BARSTED, Leila Linhares. Permanência ou mudança? O discurso legal sobre a família. In: ALMEIDA, Angela Mendes de (org); CARNEIRO, Maria José (org); PAULA, Silvana Gonçalves de (org). *Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade*. Rio de Janeiro: Coedição Espaço e Tempo e Editora da UFRJ, 1987.

⁶⁴ Ibid, p. 104.

⁶⁵ Ibid.

⁶⁶ BARSTED, 1987, p. 109.

levava vida quase unicamente restrita ao lar. A senhora só saía à rua pelo braço do marido”⁶⁷. Aqui as ruas aparecem como um local que necessitava da aprovação da figura central da família para ocupá-las, no caso o esposo ou pai. Aliás, Maria aponta em suas memórias as ruas como espaços pouco ocupados pelas senhoras, sendo as roupas, inclusive, compradas pelos pajens, “visto que, uma senhora nunca entrava numa loja”⁶⁸. Estas restrições também se aplicavam as meninas, visto que, só saíam “unicamente com os pais ou parentes idosos”⁶⁹.

Ao mesmo tempo em que escreve o espaço doméstico como exclusivo das mulheres e o espaço público como raramente frequentado por elas, Maria, ao relembrar em suas memórias a enorme quantidade de escravizados e escravizadas que trabalhavam em sua casa, relata que “havia dez ou doze raparigas de quarto, mucamas, serventes, engomadeiras, costureiras.”⁷⁰ Já “no pavimento térreo habitavam três ou quatro mulheres casadas, que ocupavam da lavagem da roupa e outros serviços externos”. Aqui percebemos que a ideia das ruas como pouco ocupadas pela figura feminina não se aplica às trabalhadoras, nesse sentido, questionamos quais serviços elas faziam fora da casa da família de Maria. Elas trabalhavam como escravizadas de ganho, vendiam água? Nos anúncios do *Jornal do Commercio*, temos exemplos das ruas sendo ocupadas por estas trabalhadoras que realizavam tais serviços. No dia 3 de janeiro de 1850, por exemplo, via-se nele a venda uma “preta-mina”⁷¹, boa quitandeira, bonita, e com uma filha de seis meses”⁷².

Nos oitocentos “a associação preta mina-quitandeira já estava tão difundida na cidade, especialmente entre os senhores de escravos, que era muito natural comprar uma quando se precisava de um auxiliar para os negócios no mercado ou nas ruas da cidade”⁷³. Na Praça do Mercado, também conhecida como Mercado da Candelária ou ainda da Praia do Peixe, “os africanos, e sobretudo os minas, concentravam-se nas vendas de legumes, verduras, aves e ovos”⁷⁴. As mulheres dos anúncios do *Jornal do Commercio* poderiam ter esse espaço como local de trabalho, assim como outras regiões, como o caso daquelas que trabalhavam na

⁶⁷ BARROS, 1998, p. 5.

⁶⁸ Ibid.

⁶⁹ Ibid, p. 5.

⁷⁰ BARROS, 1998, p. 19

⁷¹ A expressão preto mina ou preta mina era utilizada para designar, na cidade do Rio de Janeiro, assim como em outras regiões do Brasil, os escravizados e libertos africanos que advinham da costa ocidental, também conhecida na época como Costa da Mina. Esta palavra foi utilizada para intitular todos os escravizados de vários reinos e grupos étnicos desta região Ver mais em: FARIAS, Juliana Barreto. De escrava a Dona: a trajetória da africana mina Emília Soares do Patrocínio no Rio de Janeiro do século XIX. *Revista de História*, v. 18, n.2, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20607>. Acesso em: 08 ago. 2024.

⁷² *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 3 jan. 1850.

⁷³ Ibid, p. 32

⁷⁴ Ibid, p. 24.

casa de Maria em São Paulo, dado que, no século XIX “a rua era de negros e negras de ganho vendendo todo tipo de gênero com seus tabuleiros e balaies”⁷⁵

Voltando para a casa do Comendador, Maria recorda sobre a dinâmica familiar, comentando que o pai, após passar o dia “ocupado com seus afazeres, ou no escritório, ouvia, entretido, o relato dos acontecimentos do dia que a esposa fazia com espírito e dom de imitação extraordinários”⁷⁶. Quando davam oito horas se sentavam à mesa do chá, “reunida assim a família, era a hora da conversação geral, sustentada pelo papai. Em sua poltrona, à cabeceira [...], ia ele narrando e comentando os acontecimentos políticos, e outros mencionados no *Jornal do Comércio*, que quase só ele lia”.⁷⁷ Barros acrescenta ainda que “nesses tempos bonançosos, o elemento feminino raramente lia jornais”⁷⁸. Aqui percebemos que o pai ocupava um lugar central, desde o lugar onde ele se sentava à mesa, até o modo como ele ditava o ritmo da conversa familiar. Vale ainda ressaltar que assuntos tidos como sério, como a política, era ele quem informava aos filhos e a esposa, o jornal, especialmente o do *Commercio*⁷⁹, surge como restrito a ele.

Considerando o período que estamos falando, questionamos a afirmação de Barros de que nos tempos de bonança, como ela se refere aos oitocentos, o elemento feminino quase não lia jornais. De qual sujeito feminino a memorialista se refere? Seriam as mulheres de elite ou em especial as integrantes de sua família? Dado que o *Jornal do Commercio*, por exemplo, era também um veículo de divulgação de anúncios, o que era imprescindível em uma sociedade que adentrava na procura e oferta dos mais variados serviços, sendo utilizado por mulheres livres que ofertavam seu trabalho e pelas patroas, que publicavam, elencando o perfil da pessoa que desejava.⁸⁰ Isso pode ser observado no anúncio do dia 20 de janeiro de 1857: “precisa se de algumas aprendizes costureiras na rua dos Ouvires n. 43”⁸¹, ressaltando

⁷⁵ POPINIGIS, Fabiane. “Todas as liberdades são irmãs”: os caixeiros e as lutas dos trabalhadores por direitos entre o Império e a República. *Rev. Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 59, p. 647 - 666, set - dez. 2016.

⁷⁶ BARROS, 1998, p. 56.

⁷⁷ Ibid.

⁷⁸ Ibid.

⁷⁹ Este jornal foi um dos mais expressivos no século XIX, aliás, sua história é interligada com a história do próprio Império. Nele falava-se das comunicações oficiais e os atos do governo, procurando promover um diálogo entre as províncias e o poder central, ademais, informava sobre assuntos comerciais. Proprietários rurais, em especial aqueles que detinham casas na cidade, como o pai de Barros, também se configuravam como um dos públicos que consumiam esse jornal. Ver mais em: MARTINS, Ana Luiza. *Imprensa em tempos de Império*. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. *História da Imprensa no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

⁸⁰ CARVALHO, Marcus. A imprensa na formação do mercado de trabalho feminino no século XIX. In: Lúcia M. B. P. Neves; Marco Morel; Tania M. B. da C. Ferreira (orgs.). *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro, Faerj/DP&A, 2006, p. 179 apud MARTINS; LUCA, 2012.

⁸¹ *Jornal do Commercio*, 20 jan. 1857.

que as mulheres ocupavam esse universo dos periódicos, afinal, as trabalhadoras estavam sempre em busca de conseguir e manter sua sobrevivência.

Ainda falando sobre os papéis dos membros da casa da memorialista, Maria aponta que seu pai recebia relatórios detalhados de seus administradores sobre os escravizados e escravizadas, neles continham seus serviços, seus nomes, nascimentos, mortes, doenças, o que tinham feito e por último as providências a tomar. Sua mãe, “como as boas senhoras de antanho, sentada diante de sua mesinha de costura, sempre agulha na mão, ouvia atentamente a leitura desse longo e enfadonho relatório”⁸². O Comendador escutava sobre a rotina da esposa, como já demonstrado, mas para D. Felíssima Barros, mãe da autora, ouvir o marido se enquadra quase como uma obrigação da boa esposa. *O Monitor Macahense*: jornal político, literário, comercial e agrícola corrobora com esse argumento ao publicar em 5 de novembro de 1869 *Conselhos às Sras, casadas e por casar*. Nele existe a constatação de que uma vez aceitos os conselhos que o jornal aborda, as esposas trarão felicidade para seus maridos, sendo um deles a não intromissão nos negócios do esposo, sendo necessário esperar que ele vá até ela e compartilhe o que deseja. Além disso, aponta que “os homens têm muitos negócios que os põem de mau-humor: esposa é a hora do triunfo da mulher: a mulher deve tratar nessas ocasiões com mais afetuosidade que nunca o marido”, nesse sentido, precisava consolá-lo e levantar lhe o ânimo, correspondendo “aos seus desdêns com bons modos e não repreendi-o nem humilhai-o”.⁸³

Essa necessidade da esposa de ser uma mulher dedicada ao marido é algo que incomoda a jovem diamantinense Helena Morley, entre 1893 e 1895. Em seus diários, ao observar a relação de seus pais e como o restante da família trata cada um. Segundo ela, o pai é “muito querido na família. Todos gostam dele e dizem que ele é muito bom marido e um homem muito bom”⁸⁴, apesar de gostar que elogiem seu pai, Morley aponta que fica “admirada de todo o mundo só falar que meu pai é bom marido e nunca ninguém dizer que mamãe é boa mulher. No entanto, no fundo do meu coração, eu acho que só Nossa Senhora pode ser melhor que mamãe.”⁸⁵ De um lado, o pai, que segundo ela, realiza tudo para satisfazer a mãe, fazendo só o que ela deseja. De outro, temos a mãe que “só vive para ele e não pensa noutra coisa”.⁸⁶ E sobre esta relação, Morley questiona se quando se casar irá gostar

⁸² BARROS, 1998, p. 52.

⁸³ Conselhos às Sras, casadas e por casar. *O Monitor Macahense: jornal político, literário, comercial e agrícola*, 5 nov. 1869.

⁸⁴ MORLEY, 2016, p. 257.

⁸⁵ Ibid.

⁸⁶ Ibid, p. 104.

tanto do marido como a mãe gosta do pai, acrescentando que “quando ele está em casa, os dois passam juntinhos o dia inteiro numa conversa sem fim”⁸⁷. Contudo, é somente o pai que é lembrado como um bom marido e bom homem nas reuniões da família. Aqui as atitudes da mãe nos aparecem como o mínimo que a sociedade espera dela, sem necessidade de elogios, já o que o pai realiza, mesmo talvez sendo o mínimo, é apontado como extraordinário dentro do matrimônio.

Aliás, mesmo quando o homem tem péssimas atitudes em relação à esposa, é sobre ela que cai o julgamento, podemos observar isso quando Morley vai almoçar no Jogo da Bola. Lá vê Anselmo Coelho, descrevendo-o como bonito e simpático, e sua esposa Toninha, apontada pela menina como feia e fanhosa. Morley nota que o homem fazia pouco caso da mulher, contando com saudade como a primeira esposa dele era bela e graciosa. Com isso mente, na hora de ir embora, Toninha segura o braço de Anselmo, nas palavras de Helena, “procurando imitar a outra”⁸⁸. A partir daí o marido briga com a esposa e em seguida ouve-se um “barulho e o baque de um corpo na porta da rua. Corremos todos e estava a pobre da feiosa estirada no chão, com uma cara horrorosa”⁸⁹, já o marido, estava “cutucando-a com o pé e dizendo ‘Levanta tola! Deixa de fazer papel. Levanta! Não me envergonhe!’”⁹⁰. Após esse episódio, Agostinha, tia de Helena, acrescenta “vocês vão vendo, desde meninas, que os homens não fazem caso de mulheres idiotas. Ele a tratava bem, mas hoje fez o que vocês viram”⁹¹. Podemos observar que, para os presentes, a esposa “passar vergonha” atinge também a honra do marido, ou seja, toda a culpa vai para a mulher. O homem ainda tem o aval para ser violento e rude, pois a esposa não se comportou como uma boa mulher.⁹²

Era da mulher, seja ela esposa do comerciante, do grande proprietário de terras, do funcionário do governo, do profissional liberal... que passa a depender também o sucesso ou o fracasso da família nesse período.⁹³ Aqui a honestidade ou não dela estava ligada à honra do seu núcleo familiar, se em algum momento ela agisse com desonestidade, seu esposo e seus filhos também carregariam consigo a desonra. Se ela tivesse uma má conduta sexual, por exemplo, manchava a honra da casa, ao passo que, essa percepção não se aplicava para as condutas masculinas. Além disso, se um homem recebesse ofensas afirmando que ele era

⁸⁷ Ibid.

⁸⁸ Ibid, p.162

⁸⁹ Ibid.

⁹⁰ Ibid.

⁹¹ Ibid.

⁹² MORLEY, 2016, p. 161 - 162.

⁹³ D'INCAO, 2004.

ladrão, desonesto, isso afetava somente sua reputação e não a da sua família.⁹⁴ Essa preocupação com a honra iria impactar na escolha pelo matrimônio na vida de Alice Dayrell Caldeira Brant, a Helena Morley. Segundo a matéria da revista *Manchete* de 1959⁹⁵, intitulada *A outra Helena Morley*: brasileira que escreveu um diário e ficou famosa no mundo, o regresso de Augusto Mário Caldeira Brant a Diamantina, membro de uma família cuja fortuna era incalculável, causou alvoroço na cidade. Recém-formado em Direito, Mário se interessou pela linda e desembaraçada Morley, namorava-a tendo predileção, mas não deixando de aventurar-se com outras moças da cidade. No dia que propôs casamento a Alice “verificou que suas tropelias dom-juanescas não eram desconhecidas da que se decidira a escolher para esposa.”. Alice então “lançou-lhe ao rosto tudo o que sabia, e com a franqueza que lhe é característica, repeliu, sem meias-palavras, aquela insólita proposta de noivado”.

Nesta ocasião Mário não se deu por vencido, “aproveitando-se da circunstância de se encontrarem, a sós, na sala de visita, segurou a irritada moça pelas tranças e beijou-a no rosto”. Esta atitude de Mário “deixou-a atônita. Desvencilhhou-se dos seus braços e empurrando-o com violência, gritou, desesperada: - Agora estou desonrada e você tem que casar comigo!”. Alice casa então com Mário em 1900. No século XIX e também em boa parte do século XX, o casamento aparece como o meio para se manter a honestidade e a honra da mulher, que passava da guarda do pai para a do marido, além disso, por meio desta instituição poderia ela recuperar a honra perdida⁹⁶.

2) Os espaços de liberdade ocupados pelas autoras e suas ambivalências

Nos adentraremos agora no interior de São Paulo, indo em direção à fazenda Paraizo, localizada em São Carlos do Pinhal. Foi nessa região que Brazilia Oliveira de Lacerda, membro de uma família tradicional da elite paulista, passou sua infância. Nascida em 1887, Brazilia Lacerda, assim como Maria Barros, recorda sobre a relação dos pais, das atividades e ocupações que fazia quando era criança, enfim, sobre como ocupava seu tempo.

⁹⁴ CARNEIRO, Deivy Ferreira. Mulheres honestas e que a todos tratam bem: relações de gênero e violência verbal em Juiz de Fora (Minas Gerais). *Rev. Ler História*, p. 87-99, 2012.

⁹⁵ A outra Helena Morley - brasileira que escreveu um diário e ficou famosa no mundo. *Revista Manchete*, Rio de Janeiro, p. 61 - 63, 13 jun. 1959.

⁹⁶ ESTACHESKI, Dulceli de Lourdes Tonet. “Mulher pública” e “mulher honesta”: moralidade e honra no final do século XIX e início do século XX. In: *XV ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA - OFÍCIO DO HISTORIADOR: ENSINO E PESQUISA*, XV, 2012, Rio de Janeiro. Anais eletrônicos [...] Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: https://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1331648386_ARQUIVO_anpuh-riodulceliltestachesk i.pdf. Acesso em: 10 set. 2024.

Nas lembranças de Maria Barros a casa seguia uma rotina bem determinada, o almoço era às nove horas, “às duas em ponto era servido o jantar; às oito, já noite, o mulato Joaquim trazia uma grande bandeja de chá, que iam passando a toda a família instalada em volta da mesa”.⁹⁷ Assim como as refeições eram precisas e seus horários cumpridos, as obrigações de todos, seja da família, seja dos escravizados também deveriam ser executadas. Nesse sentido, aprender as prendas domésticas tornam-se, como aponta Barros, tão importante quanto os estudos. Na casa de Brazilia, as habilidades domésticas também eram muito valorizadas, adquirindo, inclusive, um valor de caridade. Durante o ano, as meninas, por exemplo, faziam roupas para as crianças que nasciam na colônia, além do que, era a obrigação delas do ano entregar sempre um enxoval para a casa da Maternidade de São Paulo. Sobre isso, Brazilia acrescenta que, quando pensa a respeito dessas obrigações, considera que a mãe fornecia a elas uma educação sábia e boa, “quanta cousa útil e acertada”.⁹⁸

Neste trecho nos chama atenção a maneira como Brazilia relembra da mãe, reconhecendo que as obrigações que ela lhe dava foram muito úteis para sua vida. Éclea Bosi⁹⁹ aponta que em muitos livros de memórias a figura materna é descrita pelos seus traços físicos e morais, mas também pelo trabalho. Em muitos deles, é por meio das atividades que as mães desempenhavam, seja costurando, cozinhando e lavando, que os filhos recordam delas. Pensando no período em que Brazilia escreve suas memórias, estamos considerando até os anos 60 do século XX, dado que, não sabemos com exatidão quando suas lembranças foram escritas, notamos que a mulher que pratica atividades de caridade, como as roupas que Brazilia e sua mãe faziam para o Hospital, é descrita como exemplar.

Isso aparece no *Correio Paulistano*, sob o título, Instantâneos da Cidade¹⁰⁰, no qual há uma exaltação da Liga das Senhoras Católicas, que oferta o Restaurante feminino, dando assistência à mulher que trabalha, a Escola de Educação Doméstica, a Escola de Comércio e o Jardim da Infância. O jornal aponta que as ações da Liga “em poucos anos, em São Paulo, constitui um padrão de glórias para a mulher paulista, que, mais uma vez, demonstrou sua capacidade de organização, e, mais do que isso, o seu admirável descortino e altruísmo”. Contudo, o que mais chama atenção nesse texto é que ao aclamar a Liga, o periódico a compara com outras associações, afirmando que “não se trata de um grêmio elegante e fútil, onde damas da alta sociedade, com tempo de sobra, passam alguns minutos, discutindo modas, literatura e arte culinária”. Além disso, acrescenta que a Liga detém “o verdadeiro

⁹⁷ BARROS, 1998, p.20 - 21.

⁹⁸ LACERDA, 2020, p. 56

⁹⁹ BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembrança dos velhos*. 3º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

¹⁰⁰ H. Instantâneos da Cidade. *Correio Paulistano*: São Paulo, 10 de mar. 1940.

feminismo - o feminismo construtor, apoiado nos princípios da lei de Deus, baseado na caridade”. Existe aqui a noção da mulher ideal e a mulher fútil, apontando quais as atividades primordiais para ser uma boa mulher, sendo a caridade uma delas. Além disso, chama atenção o jornal atribuir caridade como o “verdadeiro feminismo”, como se existisse um falso feminismo onde isso não caberia.

Em relação ao feminismo, o mesmo periódico, agora em 1951 e sob o título “Se você me pergunta: que são 'males da época' e quais são os males da época atual?”¹⁰¹, aponta esse movimento como um dos causadores de malefícios para a sociedade, pois, traria prejuízos para a mulher, já que “não a faz homem, e deixa-a menos mulher”. No mesmo ano, o professor da Faculdade de Direito, da Universidade de São Paulo, Candido Mota Filho, associa o aumento da criminalidade feminina com as conquistas adquiridas pelas mulheres, apontando que “o que presenciamos com essa incorporação do feminismo é um novo choque de ambições, de desejos e responsabilidades, provocando incompreensões, paixões e crimes”¹⁰². Diante dessas afirmações, pode-se questionar a relevância destas discussões para a reflexão sobre as memórias de Brasília. O primordial aqui é perceber que no período em que ela recorda sobre seu passado, há controvérsias sobre o que esperar da mulher. Se temos o feminismo indagando vários papéis, temos aqueles que o enxergam como a ruína para os valores tradicionais. Em meio a isso, questionamos se Brasília ao apontar que as prendas domésticas e as obrigações que realizava na juventude eram coisa útil e acertada, estava vislumbrando nesses exercícios os valores que fizeram dela uma mulher ideal e uma boa esposa, afastando-a da noção de fútil ou de pouco feminina.

Maria Barros aponta que essas obrigações faziam com que a vida ocorresse de modo uniforme e que nos oitocentos “não se sentia, como hoje, a ansiosa solicitude por divertimentos”¹⁰³. Contudo, logo em seguida, ela mesma indica que para elas que eram meninas caseiras, a visita dos parentes, por exemplo, era recebida com enorme prazer, além dessas visitas, o pomar e o quintal também configuravam como espaços de quebra da rotina. Maria recorda que após os estudos era a hora do passeio, seja indo às visitas ou descendo para o quintal, “ali apostavam corridas, trepavam nas árvores, pulavam corda”.¹⁰⁴ Indo em direção

¹⁰¹ Se você me pergunta: que são 'males da época' e quais são os males da época atual? *Correio paulistano*: São Paulo, 16 de ago. 1951.

¹⁰² A soberania do veredito transforma o juri em uma porta aberta para a criminalidade: o aumento da delinquência entre as mulheres decorre em grande parte da situação de igualdade que se encontra perante o homem - Tolerância oportunista e irresponsabilidade geral - Não se justifica a restauração do instituto do juri nos moldes clássicos - depõe o professor Candido Mota Filho sobre o palpitante assunto. *Correio paulistano*, São Paulo, 13 de dez. 1951.

¹⁰³ BARROS, 1998, p. 21.

¹⁰⁴ *Ibid*, p.56.

à fazenda Pitanga, localizada em Rio Claro no interior de São Paulo, encontramos Floriza Barbosa Ferraz, também pertencente a uma família da elite paulista. Nascida em 1876, Floriza também compartilha, assim como Maria, desta memória do quintal como um local de liberdade. Seus pais tiveram dezoito filhos, dos quais quatorze cresceram, a irmã Tudinha ajudava a cuidar dos pequenos, quando a mãe passava o domingo fora de casa, geralmente pescando. Tudinha buscava entreter as crianças perto da casa, mas Floriza chega a contrariar a irmã e realiza o desejo de ir ao fundo do pomar e subir nas goiabeiras.

E é no cuidado com as plantas que Floriza, após seu casamento, deposita grande parte da sua energia. Ela nos conta que lutou para conseguir os primeiros pés de laranjeiras por conta das formigas, fala sobre os tipos de árvores, de flores, das dificuldades de cuidar delas e do carinho que tinha por elas. Tendo em vista que Floriza precisou arrendar a fazenda no momento de escrita, as lembranças dos pomares surgem carregadas de saudade, falar desse espaço parece até mesmo um exercício para combater o apagamento. Em um dos trechos, chega a relatar que não quer se esquecer do pé de caju que tinha perto da casa. O quintal ainda parece para a Floriza adulta como local de refúgio, nos relatando que se “dedicava às plantas, não somente por não poder passar sem elas, como também para me distrair, achando-me tão longe dos filhos, os quais se achavam quase todos internados em São Paulo”.¹⁰⁵ A filha mais velha estava na Inglaterra levando consigo o irmão mais velho, na fazenda estavam apenas as duas caçulas que logo iriam para o colégio. Neste cenário, Floriza nos diz que preferia passar seu tempo cuidando das plantas do que na própria comodidade da casa.

Os pomares são apresentados como um ambiente onde todos poderiam desfrutar de seus benefícios, Floriza coloca que vendia as frutas por um preço mínimo para os colonos. Já aos sábados e domingos, ofertava como remuneração um saco de frutas para os meninos e meninas que ajudassem a limpar debaixo das laranjeiras e fizessem outros pequenos serviços. Contudo, ao mesmo tempo em que o quintal nos aparece como espaço comum e de certa tranquilidade, seja na infância da autora, seja na vida adulta, ele é também um espaço de conflito. Ficamos sabendo que o motivo pelo qual as meninas obedeciam à irmã Tudinha e não se afastavam da casa era porque tinha medo do que poderia ter no quintal. Segundo Floriza, “os pajens nos contavam histórias de negro fugido, que pegavam crianças e levavam-nas ao mato para comer, e outras histórias que nos amedrontavam”.¹⁰⁶ No dia que ela resolve contrariar a irmã e ir ao pomar subir nas goiabeiras, como relatado acima, escuta um

¹⁰⁵ FERRAZ, 2020, p. 195.

¹⁰⁶ Ibid, p. 26.

barulho e vê um vulto, que estava com um porrete na mão e tinha um chapéu de palha muito velho. Logo ela recorda das histórias e pensa que é um escravizado fugido, com medo, desmaia e cai no chão. No fim, não tinha ninguém fugindo, era apenas a irmã que estava lhe aplicando uma peça. Contudo, o primordial desta recordação é perceber que, ao mesmo tempo em que o quintal era um local de divertimento para as meninas, era também um espaço de trabalho.

Para entendermos melhor os espaços da fazenda, Floriza explica que ela era dividida em duas sedes separadas por uma pequena extensão de cafezais. “A parte administrativa era no Pitanga, com boa casa de moradia, casa de máquina, tulhas, terreiros ladrilhados, etc.”,¹⁰⁷ naquele espaço ficava também um pomar e “o alojamento dos escravos [...] dentro de um grande quadrado, cercado com muros muito grossos e altos, como os das cadeias públicas”.¹⁰⁸ Já a sede da fazenda, “onde fomos criados, meu pai deu-lhe o nome de Jardim. Para nós era mais do que isso, era um paraíso”.¹⁰⁹ A ideia do pai de Floriza em construir a sede longe da parte administrativa era para afastar as crianças e a esposa do “movimento da fazenda, do contato com os escravos, procurando nos cercar de todas as garantias e de proporcionar uma vida mais tranquila à família”.¹¹⁰ Ali, cercadas por uma vasta varanda e por outro pomar, elas conseguiam ter como paisagem a cidade de Rio Claro de um lado e do outro uma serra alta e azulada. Aqui podemos ver que a própria arquitetura da fazenda almejava gerar espaço de segurança e tranquilidade para Floriza, afastando-a ao máximo das cenas de escravidão. Além disso, ao mesmo tempo em que se pretendia um distanciamento espacial e social entre escravizados e senhores, a sede não ficava muito distante do lugar administrativo e do trabalho. Pois, além de ter controle sobre a produtividade, a casa grande era parte de um sistema simbólico de poder e autoridade, abrigando ali a imagem do poderio da família senhorial.¹¹¹

Diante disso, voltamos para as memórias de Floriza e indagamos se essa arquitetura que pretendia isolá-la dos escravizados, aqui estamos falando daqueles que trabalhavam na plantação, também não contribuiu no modo como ela se lembrava do passado, especialmente considerando-o como um período de tranquilidade e de segurança. Ao mesmo tempo, questionamos este isolamento, pois por mais que esse fosse o desejo de seu pai, notamos pelas

¹⁰⁷ FERRAZ, 2020, p. 10.

¹⁰⁸ Ibid.

¹⁰⁹ Ibid, p. 14.

¹¹⁰ Ibid.

¹¹¹ FERRARO, Marcelo Rosanova. A arquitetura da escravidão nas cidades do café, Vassouras, século XIX. 2017. 272 f. *Tese (Doutorado em História Social)* - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

suas recordações que aquele que deveria ser o espaço idílico é repleto de ambiguidades. São histórias de escravizados fugindo, por exemplo, que conseguem chegar até as crianças, nos mostrando que se para uns a fazenda era o paraíso, como aponta seu pai, para outros, era o inferno.

Se o pomar era o espaço onde Floriza se sentia livre, as festas religiosas e o carnaval são os espaços nos livros de memórias onde esta liberdade parece ser estendida a todos. Voltando para a casa de Maria Barros, ficamos sabendo que “a vida austera e rotineira era esquecida para ceder às loucuras dos três dias de carnaval”.¹¹² A memorialista ainda frisa que “desde o Palácio do Imperador até a mais humilde habitação, grandes e pequenos, até mesmo pessoas idosas, todos dominados por insopitável frenesi [...]”¹¹³, participavam dos divertimentos do entrudo. Em certo momento ela aponta que “a loucura do entrudo, foi substituída por um carnaval de aspecto mais complexo e dispendioso”¹¹⁴, reconhecendo que este último estava em declínio no momento em que escreve seu livro.

Frisa ainda que este carnaval, o dos bailes, deixa saudades em muitos e que “os luxuosos carros percorriam as ruas da cidade conduzindo figuras alegóricas ou de crítica política”¹¹⁵, acrescentando que “os carros particulares floridos e adornados de custosos veludo de seda levavam personagens à caráter; cavaleiros trajados com magnificência [...] ofereciam às damas que ocupavam as janelas ou sacadas dos sobrados”¹¹⁶, lindas coroas de flores. Após isso, “reuniam-se nos bailes, onde se apresentavam com máscaras de veludo negro que lhes permitiam expandir-se em chistes espirituosos ou indiscretos...”.¹¹⁷ Esse tipo de carnaval também se faz presente nas lembranças de Brazilia Lacerda. A memorialista recorda que para o carnaval a família ia para o Clube São Paulo, localizado na rua 15 de novembro. O salão ficava cheio com as famílias dos sócios e quando se chegava nas sacadas e janelas “avistava-se embaixo, na rua, alguns rapazes. Estes traziam a bengala cheia de serpentinas. Vendo nas janelas moças conhecidas, atiravam serpentinas, e as moças pegavam e retribuía, com a mesma, ou com outras”.¹¹⁸ Lembra ainda que ela e a irmã Vangila eram muito cotadas, “não sei se por vivermos na fazenda. Quando aparecíamos, era novidade”¹¹⁹.

Mais do que o carnaval no século XIX, nos chama atenção a maneira como as memorialistas lembram desta festividade, Maria, por exemplo, o recorda com saudade,

¹¹² BARROS, 1998, p. 39.

¹¹³ Ibid.

¹¹⁴ Ibid, p.40

¹¹⁵ Ibid.

¹¹⁶ Ibid.

¹¹⁷ Ibid.

¹¹⁸ LACERDA, 2020, p. 57.

¹¹⁹ Ibid, p. 58.

contudo, não é de qualquer carnaval que ela sente falta. O entrudo é descrito como sendo uma loucura, ao passo que, a festividade dos bailes é posta como mais complexa e bela. O primeiro, que já dividia opinião das elites e das autoridades, passa em meados dos oitocentos a dividir o espaço com o apontado por Maria: “carnaval elegante”. Este último continha um desejo das elites de se enquadrarem nos parâmetros da modernidade e da civilização, tal sonho também se estendeu para a República.¹²⁰ E parece que essa ideia permeava os pensamentos de Maria, em dado momento, ela aponta que “o carnaval perdeu esse brilho, desceu a escala social e popularizou-se - substituindo mormente em bailes públicos e nas modinhas que lhe assinalam a efêmera passagem”.¹²¹ Por fim, a autora não sente somente saudade do carnaval por si só, mas saudade dos tempos em que sua família, suas festividades detinham muita notoriedade.

Ainda seguindo na casa de Maria e observando as festividades da família, chegamos na data de Corpus Christi e com ela a Procissão das Cinzas, assim como o carnaval, é posta como um momento aguardado por todos. Maria conta que o escravizado de seu tio Francisco, Nicolau, “entrava respeitosamente na sala e se aproximava da mamãe! Depois das saudações de estilo, dizia ele que sua senhora mandava convidar toda a família para assistir à Procissão”¹²². A partir dali havia um reboleio, pois “todos iam à festa, desde os senhores até a última escrava. Só ficava em casa a velha Tereza, que já quase não andava e passava o dia inteiro no quarto, a mascar seu fumo”¹²³. A festa religiosa, assim como o Carnaval, apesar de ter a presença de todos e indicar um espaço comum, como se por um dia todas as convenções sociais fossem suspensas, era marcada por reafirmações de poder e autoridade. Quem trabalha, quais lugares que ocupavam na casa e que eram importantes para determinar os espaços pelos quais os sujeitos poderiam ocupar dentro daquela festividade. Em uma das salas da casa do tio Francisco, por exemplo, os homens da família conversavam sobre a lavoura e a política, ao passo que, “entretinham-se as senhoras e meninas no salão contíguo, em palestras não menos animadas sobre os filhos e problemas domésticos”¹²⁴. Além disso, quando a procissão ia deixando a igreja, todos iam para a janela observar. Se de um lado, os senhores com suas famílias ficavam olhando do salão grande, as meninas notavam a marcha solene dos quartos e os pajens, as mucamas e as crianças da cozinha.

¹²⁰ SILVA, Zélia Lopes da. A memória dos carnavais afro-paulistanos na cidade de São paulo nas décadas de 20 e 30 no século XX. *Rev. Diálogos (Maringá. Online)*, v. 16, p. 37 - 68, dez. 2012.

¹²¹ BARROS, 1998, p. 40.

¹²² BARROS, 1998, p. 42.

¹²³ Ibid.

¹²⁴ Ibid, p. 43.

Maria ainda lembra que as ruas não ficavam vazias nesta data, “muita gente transitava de um para outro lado; inúmeras quitandeiras passavam com seus tabuleiros à cabeça, cheios de docinhos variados, envoltos em papéis de cor”¹²⁵. Assim, se esse período era para alguns momento de debater política, reunir-se com a família e se divertir, para outros, também era trabalho. Aliás, participar de festividades como essa poderia ser até um sacrifício para algumas pessoas, enfatizando as ambiguidades destas comemorações. É o que vemos indo para Diamantina com Helena Morley e nos deparando com àquela ocorrida na Igreja do Rosário. A mineira aponta que naquele ano de 1993, “foi sorteada para rainha do Rosário uma ex-escrava de vovó chamada Júlia e para rei um negro muito entusiasmado que eu não conhecia”¹²⁶. Com pena, Morley lamenta por Júlia, pois ela vinha juntando dinheiro para comprar um rancho e gastou tudo na festa, ficando devendo ainda. Diante disso, salienta “como fica caro para os pobres dos negros serem reis por um dia”, achando graça “no entusiasmo dos pretos neste reinado tão curto. Nenhum rejeita o cargo, mesmo sabendo a despesa que dá!”¹²⁷. Aqui percebemos que até mesmo na festa, em geral, recebida como momento de alegria e descontração, não apagava as discrepâncias sociais, raciais e de gênero. Ressaltamos que há nelas ambiguidades, assim como resistência.

Diante disso, os espaços ocupados pelas meninas para além da casa, tais como o pomar, o carnaval e as festas religiosas, nos aparecem como lugares de liberdade e de quebra da rotina de obrigações que precisavam cumprir. Vimos que eram localidades repletas de contradições e por mais que se possa imaginar que neles havia ausências de marcadores sociais, tinham reforço da ordem patriarcal e escravista, ou seja, não eram ambientes neutros. Isto posto, para além da questão central de saudosismo do modelo familiar das autoras do século XIX, questionamos se há dualidade entre a infância como um período de obrigações, mas também de liberdade em oposição ao casamento como o eterno dever e o apagamento do eu. É o que veremos a seguir!

3) A escolha pelo matrimônio: a influência desta decisão na forma de recordar o passado pelas autoras

Voltando para a casa de Maria, ela nos conta que as irmãs já tinham se tornado moças “tendo atingido a idade em que se pensava no importante problema matrimonial caso grave

¹²⁵ Ibid, p. 44.

¹²⁶ MORLEY, 2016, p. 55 - 56.

¹²⁷ Ibid.

que ficava então quase exclusivamente a cargo dos pais”.¹²⁸ Inúmeros pretendentes pediam a mão delas ao Comendador, seja por meio de cartas, seja através de amigos. O pai de Maria atendia a todas essas recomendações, procurando com isso obter informações sobre os candidatos, pois era imprescindível que os futuros maridos daquelas jovens fossem de boa família. Aqui indagamos o que seria pertencer à família certa. Maria aponta que era fundamental saber se o aspirante vinha de um lar onde havia mescla de cor. “Já havia sido recusado um bom partido para uma das manas, por ser um tanto duvidosa a sua ascendência”. O pai tomava decisões como essa sem consultar as filhas, “porque, dizia ele, ‘impedir em certos casos um casamento é meu dever obrigar, nunca’”¹²⁹. As irmãs não esperaram muito, “bons partidos apresentaram-se logo e as duas mais velhas ficaram noivas”.¹³⁰ É interessante notar que os tidos sujeitos de boa família, eram, na verdade, membros da própria família, eram primos de Maria e “satisfaziam todas as exigências. O contentamento foi geral”.¹³¹ Nesse sentido, o marido ideal para a família do Comendador era aquele que estava na mesma classe social e que tivesse a mesma cor, ou seja, um homem branco da elite, contudo, isso ainda não era o bastante, era necessário que sua ascendência não tivesse nenhuma miscigenação. Por via das dúvidas, alguém da própria família parecia uma escolha acertada.

Depois de firmado o casamento, era o momento da festa. Era um alívio para D. Felicíssima Barros, enfim, “estava concluída mais esta grande tarefa que pesara sobre os ombros da mamãe”.¹³² Era ela que “havia determinado e dirigido com a diligência e o carinho costumeiros, de forma que o sarau decorreu às mil maravilhas”.¹³³ As irmãs seguiam com seus maridos para suas fazendas, ao passo que, a casa do Comendador voltava a normalidade com *Mademoiselle* lecionando para os menores. Uma das meninas “já entrava na adolescência. Recebendo sempre boas notas nos estudos, talvez fosse a melhor aluna na classe. O que a encantava, porém, sobremaneira, era a poesia.”¹³⁴ Essa moça era nossa memorialista, que naquele momento, devorava os livros, rolava lágrimas com o sofrimento e a morte dos heróis, decorava trechos e recitava em voz alta. A irmã Dindinha observava aquilo inquieta, “Será possível”, dizia ela, “que esta menina se deleite tanto à leitura de poesias amorosas? Não está certo! Isto não pode continuar”.¹³⁵ Maria pensava o que podia ter de errado em coisas tão lindas e continuava a leitura. É interessante notar que a memorialista frisa nessa passagem que

¹²⁸ BARROS, 1998, p. 121.

¹²⁹ Ibid.

¹³⁰ Ibid.

¹³¹ Ibid.

¹³² Ibid, p. 122.

¹³³ Ibid.

¹³⁴ Ibid.

¹³⁵ Ibid, p.123.

estas leituras “nada mais eram senão deleites espirituais, sem o menor laivo material”.¹³⁶ Acrescentando que “essas leituras queridas não passavam de recreio furtivo, pois o tempo pertencia aos estudos, que continuavam em progresso, com toda a regularidade”.¹³⁷

Por que salientar que essas poesias não interferiam na sua honra e que este momento, na verdade, era um recreio produtivo, pois estava dentro da rotina de estudos? Isso nos faz recordar da maneira como Brazilia, no tópico anterior, frisa em suas memórias as prendas domésticas e a caridade, reforçando a imagem da mulher ideal e afastando-a da futilidade. Seria esse o mesmo movimento feito por Maria? Salientar que aquelas poesias em nada afetaram sua honra e que não era fútil, pois estava dentro da rotina familiar? Vale ressaltar que ela era “uma das diretoras da Maternidade de São Paulo e membro ativo da Igreja Presbiteriana Independente”¹³⁸, além disso, publicou “em 1932, uma História do Brasil, que lhe granjeou o título de membro honorário do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo”. Temos aqui a imagem de uma mulher que realizava caridade, religiosa e uma escritora. Contudo, a escrita aqui é afastada da ideia das emoções e sentimentos que havia na poesia, é uma escrita vista como séria e útil. Isso pode ser observado na “Página Literária”, da *Gazeta (SP)*¹³⁹ ao elogiar a publicação de História do Brasil, nela é posta que “até agora, em nossas letras, a atividade feminina se tem limitado a novelas, romances e livros de versos. Estes, sobretudo, são produzidos com abundância”. Acrescenta ainda que “o número de poetistas é hoje incalculável. Raras das nossas patricias se atiram as obras de investigação, aos gêneros que demandam estudo aprofundado e capacidade de análise”. Vamos mais além e indagamos se essa ideia de escrever suprimindo as emoções e discorrendo sobre aquilo que era sério, a fim de ter sua atividade validada no mundo das letras, teria afetado a maneira como Maria escreveu suas memórias. Ao contrário de Floriza, Brazilia e Morley, suas recordações possuem tentativas de impessoalidade, em vários momentos, chega a referir-se a si mesma em terceira pessoa.

É assim que Maria descreve o momento em que Dindinha interrompe sua composição em alemão para avisar que “o papai tinha recebido uma carta com um pedido de casamento para a pequena”, no caso, ela. A irmã aponta então que Maria deveria se sentir muito feliz, “pois tratava-se de excelente partido. O noivo era de boa família, parente longe, dotado de todas as tranqüilidades instruído, bondoso, amável, bonito... Que mais poderia ela

¹³⁶ Ibid.

¹³⁷ Ibid.

¹³⁸ Ibid, p. XV.

¹³⁹ Uma historiadora: a margem da "História do Brasil", de Maria Paes de Barros. Página literária. *A Gazeta*: São Paulo, 29 ago. 1933.

desejar?”¹⁴⁰. A memorialista escreve que “a pequena ouvia, interdita. ‘Então, que responderei a papai?’ - insistiu a Dindinha. ‘Não recuse essa felicidade!’”¹⁴¹. Diante disso, Maria balbucia um tímido “sim”, voltando novamente a fazer seu trabalho em alemão e assim como suas irmãs, fica noiva de um primo.

Partindo em direção a fazenda da família de Floriza, ficamos sabendo que assim como Maria ela teve que escolher entre os estudos e o matrimônio. Era 1886 quando ela foi para o Colégio Nossa Senhora do Patrocínio em Itu, nos relata que nos primeiros dias estranhou “a diferença de vida, e por mais que procurasse reagir, vieram as saudades, a tristeza pensando na distância em que me achava dos meus pais, de meus irmãos e de tudo o que lá deixara!”¹⁴² Contudo, conta que teve a sorte de encontrar lá duas primas de Campinas, que já eram freiras, sendo uma delas professora do primeiro ano. Aos poucos foi se adaptando e fazendo amigas naquele ambiente, se tornando mais alegre e confiante, passavam os recreios correndo, levantavam cedo para assistir à missa, tinham muitas aulas durante o dia, enfim, tinham o tempo ocupado e já não pensava mais em tristezas. Quando estava nos últimos anos no colégio, relata que estava tão habituada a viver ali, “ao ponto de senti-me atraída, e cultivar o desejo de entrar no convento, de fazer parte da Congregação das Irmãs de São José, onde eu contava com duas primas freiras, que ali viviam tão alegres e contentes”.¹⁴³ A partir daí Floriza se aproxima da madre superiora, irmã Maria Theodora, que aconselha que ela consultasse em primeiro lugar os pais, escrevendo uma carta para pedir o consentimento. A memorialista escreve então uma carta repleta de emoção para eles com ajuda das primas freiras. Passados alguns dias, recebe do pai uma carta curta, dizendo “que não tinha idade bastante para escolher a minha vocação, que devia voltar para sua companhia deixando o caso para ser resolvido mais tarde, pois ninguém mais do que ele e minha mãe desejavam a minha felicidade”¹⁴⁴.

No dia final, quando distribuíam os prêmios e encerravam o ano, os pais mandaram o irmão Juca com a cunhada irem buscá-la. No salão nobre do colégio, ela recebe os elogios e despede muito comovida da madre superiora, das mestras, das primas, “contando certa que voltaria um dia, preparar-me, para mais tarde ser também uma das Irmãs de São José”¹⁴⁵. Relata ainda que nunca teria “a pretensão de ocupar o cargo de professora, bastaria que me

¹⁴⁰ BARROS, 1998, p. 123.

¹⁴¹ Ibid.

¹⁴² FERRAZ, 2020, p. 53 - 54.

¹⁴³ Ibid, p. 68.

¹⁴⁴ Ibid, p. 68 - 69.

¹⁴⁵ Ibi, p. 69

confiassem os seus jardins e hortas para tratá-los que me sentiria muito feliz”¹⁴⁶, mais uma vez, estar no jardim aparece como lugar de realização para Floriza. Todavia, parecia que as pessoas ficavam incomodadas com esta decisão da memorialista, segundo ela, “todas as vezes que o mano Juca me levava aos bailes, os meus pares de dança não deixavam de interpelar-me sobre as intenções que eu tinha de entrar para o convento”.¹⁴⁷ Aponta ainda que “um deles (meu parente) chegou a me dizer que não podia acreditar que eu tivesse coragem de abandonar a minha família e quando disse também ‘abandonar a pátria’, se desapontou, aproveitei pedir-lhe que mudasse de assunto”.¹⁴⁸ Existiam também aqueles que ficavam revoltados, quando ela não os correspondia, exemplo disso foi o advogado que ao dançar com Floriza fez declarações, sem achar o que responder ela esperou a música terminar e se retirou. O rapaz se ofendeu com esse gesto e escreveu em uma folha de cacto o seguinte verso: “*Adeus bela, adeus ingrata, adeus fingida. Longe de ti vou passar o resto de minha vida*”.¹⁴⁹ Floriza ficou sabendo depois que ele era de uma boa família, “mas que de modo algum me interessava ainda mais que nutria a esperança de alcançar o consentimento dos meus pais para voltar a Itu e dar entrada no convento”.¹⁵⁰

Entretanto, parece que não era só do consentimento dos pais que ela precisava. Até aquele momento eles não haviam se manifestado, “mas aceitavam com muita confiança as opiniões do filho mais velho que insistia sempre comigo para que mudasse de resolução, que renunciasse à ideia de voltar ao colégio para ficar freira”¹⁵¹. Pois, segundo ele, assim como para aquele parente do baile, ela “serviria melhor a Deus constituindo família, fazendo a vontade de nossos pais que só desejavam a minha felicidade, já que era tempo de me decidir”!¹⁵² Floriza ignora o irmão, mas ele não desiste. Em cada oportunidade a aconselhava a não ser freira. Porém, em uma reunião da chácara dos pais, estando todos os irmãos e sobrinhos presentes, ela é novamente interpelada e resolve se casar, deixando a vontade de ir para o colégio ir embora. O irmão Tonico imediatamente leva para a cidade o consentimento da irmã para seu cunhado Antônio Silveira Corrêa e, após a satisfação de todos, eles se cumprimentam e ficam noivos. Floriza coloca que “desde então procurei esquecer o passado, e escrever à madre superiora [...] comunicando-lhe a minha nova resolução que seria compensada com o viver sempre junto de meus pais”.¹⁵³ A memorialista então escreve que

¹⁴⁶ Ibid.

¹⁴⁷ Ibid, p. 74.

¹⁴⁸ Ibid, p. 75.

¹⁴⁹ Ibid.

¹⁵⁰ Ibid, p. 75 - 76.

¹⁵¹ Ibid, p. 76.

¹⁵² Ibid.

¹⁵³ Ibid, p. 77.

enquanto as primas freiras a esperavam no convento, ela recebia as bênçãos matrimoniais no dia de São João em 1893.

O mais interessante aqui é a importância que a Floriza do século XX concede a este momento. Marina Maluf¹⁵⁴ joga luz sobre esta questão ao trazer para a discussão uma carta que a memorialista escreveu para a mãe em 1889, carta esta que inicia suas memórias, como se fosse uma epígrafe, e que não está presente na edição em que estamos analisando. Nela, Floriza apela que a mãe convença o pai a deixá-la se tornar freira após ele escrever aquela carta curta recusando. Em um dos trechos ela pede “a valiosa intercessão de mamãe, certa que o seu coração de mãe tão terna e boa inspirar-lhe-ha um meio de alcançar em breve a realização dos meus ardentes desejos”.¹⁵⁵ A memorialista ainda utiliza do argumento da fé na esperança de que o pai concorde com sua ideia, apontando que “Oh! Sim desta vez ganhei, papai não pode duvidar [...] deve submeter-se, pois Deus manda e não pede. Além disso, minha felicidade é certa [...]”, acrescentando “diga também a papai boa mamãe, que com Deus não se brinca, ele pode cansar-se com a nossa demora e depois rejeitar-me como aconteceu com as virgens loucas do Evangelho”.¹⁵⁶ Diante disso, questionamos dois pontos: a noção do pai e irmãos como os únicos que influenciam nos casamentos e o segundo em como este momento da vida de Floriza é de certa forma a lembrança que molda a maneira como ela escreve sobre vários eventos.

Sobre o primeiro, podemos perceber que a mãe de alguma maneira pode causar interferência na escolha do casamento, senão, Floriza não teria escrito para ela na esperança de que suas colocações pudessem mudar a opinião do pai. É na mãe, inclusive, que ela aponta que estará sua felicidade caso ela conseguisse seguir com seu sonho. Nesse sentido, esta carta nos faz questionar a noção da senhora como totalmente submissa e o marido como sendo plenamente dominador, como se ela também não pudesse haver uma mediação em determinados pontos. Contudo, não ficamos sabendo pelas memórias de Floriza se a mãe falou com o pai, se ele rejeitou, se ela concordava com a decisão dele, aliás, nem tomamos conhecimento pelas lembranças de Floriza que à mãe foi pedido tal coisa. Isso fica na epígrafe, fora do texto principal e nem foi para a publicação de 2020. Já no segundo ponto, concordamos com o que Maluf aponta, esta carta parece como uma “confissão pública de um projeto de vida reprimido”.¹⁵⁷ Depois do casamento e de não realizar o sonho de se tornar freira, Floriza escreve não dando informações de caráter pessoal do marido, nem dos filhos.

¹⁵⁴ MALUF, Marina. *Ruídos da memória*: São Paulo: ed. Siciliano, 1995.

¹⁵⁵ MALUF, p. 54

¹⁵⁶ Ibid.

¹⁵⁷ Ibid, p. 53.

“Ela resgata afetivamente a presença deles, mas nega-lhes identidade, como se nomeá-los não tivesse importância”.¹⁵⁸ Considerando que ela guardou a carta para a mãe depois de todos esses anos e a traz como pontapé inicial do livro, nos parece que é objetivo da autora não conceder tanta relevância para os filhos e o marido em suas memórias. Se no passado consideraram essencial o casamento ao invés de seu sonho, em suas memórias ela diminui a grande importância do matrimônio na constituição de sua identidade. Ao passo que, seu trabalho como patroa na sua fazenda parece tomar lugar primordial na narrativa. “Em meio ao novelo em que se confundem nomes, rostos e sexos, sua presença aparece com absoluta nitidez no centro da narrativa”¹⁵⁹, com isso, não temos dúvidas “de que ela se identifica e se localiza como a principal responsável pelo sucesso de sua empresa agrícola”.¹⁶⁰

Já Maria conta com a presença do marido como forma de não perder a alegria diante de sua nova função de ser senhora, tendo ele como um amigo e conselheiro conseguiu suprimir as inquietações que pairavam sobre seu espírito após o casamento. Segundo ela, “saída apenas da sala de estudos para o casamento, sentia-se intimidada com tão grande contraste”.¹⁶¹ Pois, “lembrava-se dos hábitos caseiros, da imagem bondosa e sisuda do papai, da voz admoestadora da boa Dindinha...”.¹⁶² Vendo-se diante agora de um “ambiente de efusões afetivas que, ao mesmo tempo empolgavam e enlevavam, parecia-lhe ter sido transportada para um país desconhecido onde caminhava sobre nuvens!”.¹⁶³ Diante disso ela se questionava: “Serei eu mesma?” - perguntava-se, admirada...¹⁶⁴ É também por ter ao lado um companheiro que tinha apreço que Brazilia conta que não ficou desanimada ao fazer o trabalho penoso de instalação na nova residência, “estava tão feliz, meu amor por Amadeu era tão grande, tudo me sorria, e me dava alegria”.¹⁶⁵ Diferente das outras, Brazilia nos parece ter ansiado pelo casamento, conhecia o futuro noivo, também seu primo, fazia tempo, contava sobre ele nas cartas para as amigas, o considerava um príncipe em distinção e elegância. E é com essa consumação do matrimônio que Brazilia encerra suas lembranças, com a seguinte frase “em poucos dias já estava tudo arrumado e aquela casinha modesta, tão diferente da casa de meus pais, me deu tanta felicidade, anos da minha vida”¹⁶⁶. As memórias finalizam quase como um “felizes para sempre”, de conto de fadas, não ficamos sabendo como foi a

¹⁵⁸ Ibid, p. 55.

¹⁵⁹ Ibid, p. 56.

¹⁶⁰ Ibid.

¹⁶¹ BARROS, 1998, p. 125.

¹⁶² Ibid.

¹⁶³ Ibid.

¹⁶⁴ Ibid.

¹⁶⁵ LACERDA, 2020. p. 68.

¹⁶⁶ Ibid, p. 68.

convivência com o esposo, com os filhos, ou mais ainda, quais os planos ela teve, o que ela gostava, queria e almejava.

Isto posto, observamos neste capítulo várias ambivalências presentes nestes relatos, seja na casa, no jardim, nos pomares, nas comemorações e festas religiosas. Vimos também que voltar ao passado e relembrá-lo diz muito sobre o momento presente que estas autoras viviam, no caso do diário, a intenção de Morley em publicá-lo após tantos anos. Neste capítulo, concedemos foco para as memórias sobre o matrimônio, mais do que apenas lembrar por lembrar. Nas páginas desses livros vimos como essas mulheres olhavam para o casamento de seus pais, em especial para suas mães, às vezes admirando seu modo de ser, outras criticando ou vendo nelas a esperança de realizar um sonho. Falar sobre suas mães e o casamento dos pais também é falar sobre si própria, em várias ocasiões essas mulheres procuram reafirmar que não são fúteis, que o que fazem no século XX está dentro daquilo que se espera de uma mulher ideal, mulher esta que era questionada naquele momento. Aqui falar do passado é falar muito mais do presente, é perceber que até mesmo a maneira como estas autoras escrevem seus livros, seja buscando ser impessoal, seja não dando identidade ao marido e aos filhos, é uma escolha que está relacionada ao rumo que suas vidas tomaram no pretérito. Diante disso, se neste capítulo percebemos como o casamento marca a passagem para a vida adulta e que muitas vezes elas parecem não ter escolhas, no próximo, iremos ver como o trabalho é o espaço em que essas mulheres muitas vezes encontram sua identidade, sendo senhoras e patroas.

Capítulo 2: As senhoras e patroas: saudosismo das relações de trabalho oitocentistas na escrita de si

Ao apresentar a casa e a dinâmica familiar, Floriza Ferraz relata que o pai “cercava a nossa mãe de cuidados, dando-lhe as melhores escravas para o serviço e não se envolvia com os problemas internos confiando-os a ela que os executava com muita inteligência e sabedoria”.¹⁶⁷ No capítulo anterior havíamos discutido o que se esperava da senhora e seus papéis, sendo um deles, o cuidado com o lar. Neste trecho, notamos que o marido confiava à esposa a responsabilidade de gerir aquele espaço, inclusive, é ela quem resolve os problemas internos. Conflitos estes que envolvem aqueles que trabalham na propriedade, em especial, as mulheres escravizadas no serviço doméstico. Se no casamento as recordações das memorialistas e da diarista tendem a apontar uma mulher com pouca autoridade, às vezes atrás do marido, quando se trata do trabalho, elas aparecem como dominantes, estando em uma posição superior aos trabalhadores e trabalhadoras daquela casa.

Ademais, recordando este passado, as autoras tendem a escrevê-lo com um certo saudosismo. Nesse sentido, a mãe carrega consigo uma imagem de senhora bondosa e prestativa, que cuidava dos doentes e enfermos, no caso de Helena Morley, é a avó. Se ela realiza castigos e pune é porque estava pensando na ordem e exercendo simplesmente sua função. Nestes relatos, se temos a descrição do bom senhor e senhora, também temos o que caracteriza um bom escravizado. Cabe ainda ressaltar que após o casamento, as memorialistas, Maria e Floriza, desempenharão o papel de suas mães no novo lar, ou seja, sendo detentoras de poder e estando em uma alta posição hierárquica em relação aos trabalhadores de suas propriedades. Isto posto, neste capítulo trabalharemos com a hipótese de que ao descrever sobre suas mães e sobre si mesmas, estes relatos carregam consigo um saudosismo dos tempos da escravidão, descrevendo-o até mesmo como brando. As formas de recordar este passado podem elucidar como estas mulheres no século XX estão encarando o pós-abolição e os novos regimes de trabalho. Vale destacar que ao ler esses livros, os quais muitas vezes não temos datas específicas, conseguimos nos localizar no tempo pelos momentos do antes e depois da abolição. Neste sentido, consideramos este momento de discussão abolicionista como um marco na vida destas mulheres, contudo, apesar das grandes transformações percebemos nestas memórias, assim como no diário de Helena Morley, que as relações de trabalho não mudaram drasticamente. O final do século XIX, assim como o século

¹⁶⁷ FERRAZ, 2020, p. 14.

XX, traria consigo inúmeras percepções da época da escravidão e é nesse panorama que nossas autoras estão escrevendo.

1) De menina a senhora: o espaço de dominância e violência na esfera privada

No capítulo anterior, vimos que, após se casar, Maria contou com a mão forte do marido para orientar e auxiliá-la em todas as dificuldades. Agora, discutiremos quais eram essas adversidades. A memorialista conta que se mudou com o esposo para uma fazenda, onde tinha uma casa “pequena, mas bem arranjada. Na saleta, bonita mobília, um piano ao lado, e sobre a mesa, vários jornais e revistas estrangeiras, tudo disposto com carinho e amor”.¹⁶⁸ Contudo, logo nos primeiros dias os deveres apareceram para ocupá-la. “Ali no terreiro apinhavam-se os escravos, que lhe foram apresentados e a saudaram com um ruidoso *Suns Cristo!* (Louvado seja Nosso Senhor Jesus Cristo) - a qual a senhora”¹⁶⁹, no caso ela, “respondeu solenemente: Para sempre - Amém!”.¹⁷⁰ É interessante perceber que, ao mesmo tempo em que Maria coloca que a casa era pequena, comparando provavelmente com aquela dos seus pais, nos revela que detinha vários escravizados, indicando que mantinha sua posição social. E diante do que ela chama de “rudes trabalhadores da roça, confrangeu-se seu coração sensível. ‘Ai de mim’, pensou. ‘Se eu pudesse dizer-lhes: Vão embora - estão todos livres!’”¹⁷¹

Para ela, “não era pequena a tarefa que tinha diante de si: governar, preciso fosse, até castigar as numerosas escravas que trabalhavam em casa, todas mais velhas e mais práticas do serviço do que ela!”¹⁷². Tinha também que indicar a “tarefa do dia a crioulas mais novas, que fiavam em casa o algodão para a roupa dos escravos”¹⁷³. No fim da tarde, elas precisavam trazer seus novelos, que eram colocados na balança, com o intuito de verificar se tinham o peso correto. “Frequentemente sucedia que alguma mais ardilosa tomava um pedaço de barro e o recobria com o fio, para assim aumentar o peso. Era preciso castigar todas essas pequenas fraudes”.¹⁷⁴ Diante disso, Maria coloca que se sentia fraca para cumprir tais obrigações tão repulsivas, todavia, não se desanimava, pois, como já apontado, contava com o pulso firme do marido.

¹⁶⁸ BARROS, 1998, p. 125

¹⁶⁹ Ibid.

¹⁷⁰ Ibid.

¹⁷¹ Ibid, p. 125 - 126.

¹⁷² Ibid, p. 126.

¹⁷³ Ibid.

¹⁷⁴ Ibid.

É relevante para nós a maneira como Maria enxerga seu papel de senhora e suas obrigações, ela se vê no primeiro instante como uma pessoa sensível que, inclusive, queria libertar os escravizados. Contudo, isso aparece como se fosse um defeito, como se ela tivesse o coração mole para aplicar os castigos e que isso não era o que se esperava dela. Essa passagem do livro da memorialista nos é apresentada quase como uma história de superação, no fim, com o apoio do esposo ela conseguiu ser a senhora. Coloca ainda que “eram facilmente esquecidos os aborrecimentos - e a mocidade readquiria seus direitos à felicidade e à alegria de viver”.¹⁷⁵ A passagem se encerra com um contraste evidente, se de um lado temos as meninas escravizadas elaborando como aumentar o peso do novelo de algodão, do outro, temos Maria vencendo seu coração sensível, castigando essa fraude, e elaborando com seu marido um futuro, se deleitando nos passeios a cavalo onde ambos percorriam o cafezal. Após fecharem a última porteira, surge um vasto campo, Maria então percorre os olhos por aquela imensidão, observando ao longe o lento por do sol. Ali, respira profundamente e pensa “o mundo é meu...”¹⁷⁶ É como se tivesse a certeza de que conseguiria vencer qualquer coisa, agora que cumpria suas obrigações.

Nas memórias também aparecem como as mães desenvolviam as tarefas referentes ao papel de senhora, em especial a administração da casa e dos escravizados. Se no matrimônio às vezes temos a impressão de que essas mulheres não tinham poder, aqui vemos as senhoras em posição de autoridade. Uma cena comum é a imagem da senhora rodeada de mulheres escravizadas, na qual, ela delega tarefas. Isso aparece nas memórias de Maria, em certo momento quando descreve a rotina da família, temos a mãe, D. Felicíssima, sentada em uma cadeirinha baixa na grande sala de estar e a pouca distância dali as “pretas costureiras, cada uma tendo seu banquinho e seu balaio. Faziam ali os trabalhos que a senhora determinava, até a noitinha, quando levantavam acampamento”.¹⁷⁷ Na casa de Floriza, a imagem da mãe sendo patroa também é associada com a sala, desta vez de jantar. Na parte de chão de terra do cômodo era feito o fogo durante o inverno, tanto para aquecê-lo, como clareá-lo e ali ao seu redor “sentadinhos no chão, sobre esteiras, os crioulinhos esperavam pelo pratinho de mingau, indo depois para sua senzalinha dormir”.¹⁷⁸ Em seguida, acrescenta que “estes eram os crioulinhos desmamados, cujas mães voltavam de novo trabalhar na roça enquanto eles ali cresciam debaixo das vistas e cuidados de minha mãe”.¹⁷⁹

¹⁷⁵ Ibid.

¹⁷⁶ Ibid.

¹⁷⁷ Ibid, p. 19.

¹⁷⁸ FERRAZ, 2020, p. 20.

¹⁷⁹ Ibid.

É interessante notar nestas passagens dos livros de memórias que a senhora é aquela que castiga e coordena o trabalho dos escravizados domésticos, e, ao mesmo tempo, é a cuidadosa e bondosa, nesse sentido, punição e amabilidade são faces da mesma moeda. Os retratos da escravidão aparecem cheios destas ambivalências, no trecho de Floriza, por exemplo, a mãe é descrita como a que cuida das crianças escravizadas, contudo, estas crianças estão sob sua tutela, porque suas mães não tiveram o direito de exercer a maternidade, tiveram que ir para a plantação trabalhar. Continuando nesta lembrança, Floriza acrescenta que a mãe ainda dava vermífugo aqueles que estavam mais assustados e barrigudinhos, imagem esta que também aparece nas recordações de Maria. A autora aponta que todos os dias chegava “a preta enfermeira trazer notícias e pedir conselhos sobre os doentes. A senhora não somente ouvia e aconselhava, mas dirigia-se pessoalmente para a casa da administração”¹⁸⁰, visitando pessoalmente “a enfermeira das pretas e dos pretos. Dotada de singular tino médico, ia aplicando cautelosamente os medicamentos”.¹⁸¹ A senhora fazia também “cataplasmas, fomentações e chás por ela mesma preparados. Somente nos casos mais graves, para os doentes de pneumonia, é que aplicava cáusticos feitos com cantáritas esmagadas”¹⁸², após isso, vinha com uma tesoura fina cortando “a pele da empola que se formava. Sobre a ferida viva, colocava então uma folha de bananeira untada de óleo [...]”.¹⁸³

Neste detalhado relato sobre como a mãe tratava os escravizados, chama atenção o trecho seguinte, quando Maria aponta que ela “com toda dedicação e bondade, só depois de muitas recomendações sobre o tratamento e dieta de um doente é que passava a outro”¹⁸⁴. Salienta ainda que a mãe “com seu incansável espírito de caridade, agia com tanto discernimento e critério que quase sempre tinha a felicidade de curar os seus doentes. Estes a olhavam cheios de confiança, seguindo-lhe os conselhos”.¹⁸⁵ Atendia também os colonos e guiada pelo livro do Dr. Chernoviz, o *Médico das Famílias*, dava vermífugos e cuidava das feridas. A impressão que nos dá é que para Maria a mãe tratava dos doentes, tanto escravizados, quanto colonos, em um ato de caridade. Toda sua dedicação em curá-los estava ancorada na sua bondade. Contudo, descreve em seguida que estas atividades costumavam ocupar as manhãs dela atrapalhando seus passeios matinais, relata ainda que um dia enquanto o Comendador a chamava impaciente, ela estava tirando um espinho de laranjeira do pé de

¹⁸⁰ BARROS, 1998, p.93.

¹⁸¹ Ibid.

¹⁸² Ibid.

¹⁸³ Ibid.

¹⁸⁴ Ibid.

¹⁸⁵ Ibid.

um escravizado. Após essa tarefa, saiu com o marido percorrendo “o viçoso cafezal, ataviado de frutos vermelhos e folhas verdes e lustrosas!”. Ali eles viam “os colonos ocupados com a colheita, feita em grandes lençóis estendidos sob as árvores, montes de café por toda a parte, assim como carroças que seguiam carregadas para a fazenda”.¹⁸⁶ Nesse sentido, questionamos esse cuidado da mãe como simplesmente devido sua bondade, dado que, aqueles que ela tratava eram trabalhadores de sua fazenda, ou seja, a saúde deles era fundamental para manutenção das atividades daquele lugar. Talvez o escravizado que ela tirou o espinho, só estivesse em primeiro lugar com ele porque estava trabalhando. As doenças que os colonos tinham podiam ser ocasionadas pelas atividades que realizavam naquele cafezal. Nesse sentido, o trabalho era muitas das vezes o motivo principal pelo qual esses trabalhadores ficavam doentes e curá-los era a garantia de que eles continuariam trabalhando.

Esta preocupação com a mão de obra também aparece, quando Maria nos relata da visita da família a fazenda, algo comum após o verão, pois era período da colheita. D Felícissima ficava com a tarefa de providenciar vestidos para as meninas, decidir os gêneros alimentícios que iriam levar e também carregava “sal amargo, maná, sene, ruibarbo, linhaça, vidros de Opodeldock, vermífugos, láudano, bálsamo tranquilo [...] aprontava, ela mesma, garrafas e garrafas de purgante Leroy, de xarope de agrião [...] pomadas, pós e unguentos”¹⁸⁷ Depois de todos os arranjos feitos, o Comendador escrevia para o administrador da fazenda que enviasse a condução. Após uma longa viagem, com alguns pousos pelo caminho, chegavam à fazenda da família bem próxima a cidade de Campinas. Maria relata que o lugar não era tão grande, outrora fosse utilizado para o cultivo de cana, mas naquele momento “a exemplo de muitos outros fazendeiros, abandonava-se a antiga cultura e tratava-se de fazer grandes plantações de café, que davam enormes lucros”.¹⁸⁸ Em seguida, a memorialista conta que a mãe ia logo fazendo uma visita a casa da administração, de um lado “da sala de jantar estava a mulher do administrador, ainda moça, sentada numa rede. Seus pés nus estavam metidos numas chinelas de couro amarelo; tinha ao colo uma peneira cheia de palhas picadas”.¹⁸⁹ Ao avistar a senhora, prontamente se ajeitou e pôs a conversar. O diálogo resumia-se a “um longo interrogatório, por parte da fazendeira, sobre todos os acontecimentos - trabalhos, serviços, doenças, nascimentos - aos quais a outra respondia minuciosamente”.¹⁹⁰

¹⁸⁶ Ibid, p.94.

¹⁸⁷ Ibid, p. 66.

¹⁸⁸ Ibid, p. 74

¹⁸⁹ Ibid.

¹⁹⁰ Ibid.

Em seguida, foram para a despensa e a cozinha, onde “duas pretas se revezavam para socar, num pilão, o café torrado; a um lado, outra escrava peneirava sobre enorme frigideira a massa do milho socada, para transformá-la em farinha”¹⁹¹ Já no chão, “sobre uma esteira, apesar das moscas que esvoaçavam ao redor, dormia a sono solto uma criança de poucos meses, roliça e satisfeita, coberta apenas por um pedaço de velha baeta vermelha”.¹⁹² Quando vê a cena, Felicíssima questiona a cozinheira: “- É seu filho, Lucinda? [...] - Veja se cria este direito e não deixa morrer, como o outro. - O outro era mesmo doentio - volveu se a preta, para se desculpar - Este já nasceu sacudido”.¹⁹³ A senhora se volta para a esposa do administrador salientando que era necessário dar batata-doce para a criançada, prontamente indaga também sobre Eufêmia, indicando que ela deve apenas fazer serviços leves, pois está sempre fraquinha. A memorialista recorda que a mãe continuava perguntando na fazenda sobre a saúde de todos, aconselhando e receitando pratos especiais.

Neste trecho notamos que o posto de senhora faz com que estas mulheres estejam em uma posição de autoridade, em especial, em relação aos escravizados e trabalhadores. Além da esposa do administrador, as mulheres escravizadas aparecem na cena respondendo seus questionamentos e até mesmo chegando a se desculpar pela morte de um filho. Nesta passagem, concordamos com a análise de Maria Helena Machado¹⁹⁴, ao defender que dentro do contexto escravista o corpo da escravizada é duplamente violado. “Como escrava seu corpo é entendido enquanto instrumento de trabalho para geração de riqueza. Porém, por ser mulher, seu corpo é apropriado uma segunda vez, pois ele é o espaço da reprodução da escravidão”. A mãe da memorialista salienta a Lucinda que ela tem que cuidar direito da criança, de certa forma, a responsabilizando pelo falecimento. Levando em conta que ela era cozinheira e que seu outro filho estava dormindo na cozinha, seu local de trabalho, questionamos se ela teria direito a esta maternidade. Ademais, indagamos mais uma vez esta imagem da senhora bondosa e preocupada que Maria tem de sua mãe, a bronca em Lucinda não seria pelo fato desta ter “falhado” em ser o espaço reprodutivo da escravidão, quer dizer, o filho até nasce, mas não sobrevive o suficiente para ser um trabalhador para a fazenda.

Isto posto, estas senhoras, ora tidas como sem autoridade e submissas ao marido, aparecem quando tratamos do mundo do trabalho como pessoas detentoras de poder. As lembranças das memorialistas muitas vezes apresentam esta nova esfera com certo

¹⁹¹ Ibid, p. 75.

¹⁹² Ibid.

¹⁹³ Ibid.

¹⁹⁴ MACHADO, 2018, p. 329 apud HAACK, Marina Camilo. Sobre silhuetas negras: experiências e agências de mulheres escravizadas (Cachoeira, c. 1850 - 1888). 2019. 229 f. *Dissertação (mestrado em História)* - Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2019.

saudosismo, descrevendo os tempos da escravidão com senhores e senhoras boas e más, assim como, como escravizados e escravizadas, bondosos e cruéis. As ações de bondade senhorial são postas como ação pela ação, às vezes sem um interesse por trás. Já as imagens de violências apresentadas pelas autoras são nada mais do que consequência das ações daqueles que não seguiram a regra. No tópico seguinte, discutiremos com mais detalhes essa percepção.

2) O bom e o mau escravo: saudosismo da escravidão na escrita de si

Encaminhando para o fim do livro, Maria dedica o último capítulo à era de reformas e progresso que o Brasil presenciou após o fim da Guerra do Paraguai. Nele salienta a expansão das vias de comunicação móvel, novas ferrovias e o desenvolvimento da imprensa. Assim, São Paulo ia perdendo o aspecto de pequena cidade e ganhando características de capital com suas construções modernas, alargamento das ruas e formação de centros literários e políticos. Nesse período uma nova ideia apareceu, sendo assunto principal de palestras, artigos e jornais ganhando forças e pairando na mente da população: a libertação dos escravizados. Maria aponta que “não somente havia brancos empolgados pela causa, mas entre os pretos surgiram mentalidades notáveis que trabalharam com grande dedicação pela liberdade de seus irmãos”¹⁹⁵. Já “entre os fazendeiros, que tanto interesse tinham no assunto, havia muitos generosos e liberais, que estavam dispostos a sacrificar suas vantagens pelo belo ideal.”¹⁹⁶ Contudo, havia aqueles que eram “gananciosos, sem descortino e de mentalidade tacaña, execrava a ‘abolição’, essa simples palavra que soava nas fazendas como suprema garantia de felicidade”.¹⁹⁷ Neste trecho, salta aos olhos a maneira como Maria classifica os donos de escravizados, apontando que existiam aqueles que eram generosos e que se interessavam pela libertação ao ponto de abandonar seus benefícios, assim como os egoístas que lutavam contra. Aqui a autora nos passa a impressão de que os “bons” fazendeiros estavam fazendo um favor ao apoiar a causa, aliás, Maria utiliza a palavra sacrifício para designar esta renúncia dos senhores em nome do belo ideal abolicionista.

Já os escravizados são descritos pela memorialista como sujeitos passivos, porém, ao mesmo tempo em que realiza esse movimento, aparecem no relato de Maria resistências e sublevações. Exemplo disso é quando a paulista sublinha que os escravizados apoiaram a abolição, após terem contato com os brancos, adquirindo algumas luzes e recebendo as

¹⁹⁵ BARROS, 1998, p. 138.

¹⁹⁶ Ibid.

¹⁹⁷ Ibid.

promessas dos abolicionistas, dando a entender que os brancos levaram entendimento para os escravizados sobre a situação em que eles estavam. Contudo, quando os próprios escravizados pegam para si a causa, são apontados como agitadores pela autora, que passa a classificar o bom escravo e o mau escravo, assim como havia feito com os senhores. Segundo ela, muitos escravizados abraçaram a ideia da abolição, “dedicando-se à grandeza da causa; outros, apenas para adquirir popularidade ou vantagens, dela se serviam como de um belo manto para acobertar deslizes anteriores”.¹⁹⁸ Esses eram “os agitadores que inflamavam a imaginação dos pretos e faziam o desespero dos escravocratas, temerosos de perderem a partida”.¹⁹⁹ Maria recorda que isso fez com que inúmeros escravizados abandonassem as fazendas, refugiando em São Paulo e Santos, sendo acolhidos por parte dos abolicionistas. Esta situação gerou um estado que ela classifica como de desordem e inquietação, irritando os fazendeiros. “‘Como pode o governo consentir em tamanho erro?’, diziam. ‘Estão trabalhando para a desgraça do país! Onde encontraremos trabalhadores? Será a ruína da lavoura!’”²⁰⁰. Chama atenção a maneira como Maria enxerga os escravizados neste momento, frisando que se “não fosse a índole pacífica, submissa, dos pretos, a situação certamente se teria agravado. Graças à tranquila disposição dos escravos, não houve senão raríssimas sublevações nas fazendas”.²⁰¹ Acrescentando que a maioria continuava a trabalhar calmamente.

As revoltas são apontadas por ela como algo fora do comum, em geral, realizadas pelos “maus elementos”. É assim que Maria relata que foi com surpresa “que se ouviu a notícia de um levante de escravos numa das cidades do interior”²⁰², a autora ainda caracteriza este episódio como um triste fato, que “causou ainda maior estranheza por ter justamente ocorrido na fazenda de um senhor justo e benévolo, que tratava muito bem os seus escravos”.²⁰³ Novamente vemos aparecer a percepção do bom senhor, tornando até inaceitável que os escravizados se rebelassem contra ele. A narração que Maria faz em seguida retrata os revoltosos como violentos e exaltados, estando armados com os utensílios de trabalho eles invadiram a casa da administração gritando: “‘Queremos a liberdade! Queremos ser forros!’”.²⁰⁴ É interessante notar que neste trecho do livro, a autora divide os escravizados em dois grupos, os rebeldes, como demonstrado, e os fieis à fazenda que acudiram. Porém, após uma pequena luta, morreram o administrador e dois insubordinados. Já na casa da

¹⁹⁸ Ibid.

¹⁹⁹ Ibid.

²⁰⁰ Ibid.

²⁰¹ Ibid, p. 139.

²⁰² Ibid.

²⁰³ Ibid.

²⁰⁴ Ibid.

administração, o proprietário conversava tranquilamente com seu amigo coronel e veterano da Guerra do Paraguai. Assustado e sem armas, o fazendeiro não sabia que decisão tomar, “foi o amigo que o salvou, levantando-lhe o ânimo e planejando uma fuga, que de pronto executaram”.²⁰⁵ Após saírem a pé da fazenda, conseguiram chegar na cidade de madrugada. “Os pretos, por seu lado, puseram-se também a caminho e no dia seguinte compareceram diante da polícia, apresentando queixa pela morte dos companheiros. Foram todos presos.”²⁰⁶ Maria escreve que “embora o triste acontecimento causasse grande consternação, continuaram normalmente os serviços na fazenda. Na rebelião só haviam tomado parte os piores elementos, tendo-se a ele alheado a maioria dos pretos”.²⁰⁷

Assim como Maria, Floriza também caracteriza os escravizados em “bons escravos” e “maus escravos”. Isso pode ser observado quando a autora narra sobre a rotina desses trabalhadores, ao descrever a senzala, aponta que era ali que os escravizados ficavam a noite após o trabalho. Salientando que se durante o dia eram constantemente fiscalizados, o mesmo ocorria no momento do sono, assim, “os escravos dormiam trancados a cadeado sob severa vigilância dos feitores, os quais andavam munidos de grandes relhos e acompanhados de cachorros filas”.²⁰⁸ Contudo, “somente os muito viciados é que arriscavam escapar do quadrado para ir roubar café no terreiro ou nas máquinas, indo vendê-lo ou trocar por objetos como, facas, canivetes, fumo, cachimbo, nas vendas próximas da fazenda”.²⁰⁹ Floriza ainda coloca que, conforme o crime, era o castigo, dando a impressão de que a repressão senhorial, na verdade, estava em uma certa óptica de justiça. A autora aponta que o tronco era o castigo que mais temiam, “este era um quarto pequeno, escuro, com armadilhas no assoalho onde ficavam presos pelos pés à espera de outros castigos como o bacalhau, palmatórias, etc.”²¹⁰ Escreve que ela e as irmãs nunca viram o quarto de castigos, lembrando que como já discutido no capítulo anterior, a arquitetura da fazenda da família de Floriza buscava separar os filhos do senhor do contato com a escravidão. Contudo, elas acabavam escutando contar como era, “e mesmo assim nos impressionávamos e tínhamos dó dos negros”, revelando mais uma vez que apesar dos esforços em separar os dois mundos, eles acabavam se encontrando. Em dado momento, recorda ainda “que muitas vezes, acompanhando a minha cunhada Aninha, provei a comida dos negros, por sinal que, a achava bem gostosa.”²¹¹ Aqui chama atenção em como

²⁰⁵ Ibid.

²⁰⁶ Ibid.

²⁰⁷ Ibid.

²⁰⁸ FERRAZ, 2020, p. 11

²⁰⁹ Ibid.

²¹⁰ Ibid.

²¹¹ Ibid.

Floriza descreve as cenas de escravidão, apontando que os escravizados “eram alegres, cantavam durante o serviço. Descansavam na hora da comida. Esta era, farta, bem-feita, e cuidadosamente examinada e provada pela administradora [...]”.²¹² A escravidão acaba adquirindo certa suavidade na caneta de Floriza, aqueles que eram castigados, por exemplo, eram tidos como a exceção, o mesmo vale para os senhores.

Esta noção também aparece nos registros de Maria ao retratar o castigo que seu pai aplicou em um escravizado. Certo dia, quando a família estava reunida em torno da mesa de chá, ouviu-se um “barulho sinistro de corrente arrastada, vindo lentamente da sala. As meninas entreolharam-se, assustadas. Viram entrar um preto alto e magro, de feições carregadas, olhar sinistro e inquieto, arrastando aos pés o símbolo do cativeiro”.²¹³ O escravizado então suplica ao pai de Maria que fosse aliviado seu castigo, ao passo que, o Comendador apenas responde com a voz severa que iria averiguar mais tarde o caso. O homem então retira-se do recinto, arrastando pelo chão a corrente pesada de ferro. Nesse momento, “a mamãe, compassiva, perguntou logo se não seria possível conceder-lhe o perdão. O comendador aponta que ela não conhece aquele escravizado, “ele é temido por todos os outros, que o acusavam de ter cometido duas mortes, vingando-se nos filhos de seus inimigos. Isso além de suas bruxarias e imposturas. Passa por feiticeiro”.²¹⁴ Acrescenta que “já se deu busca em sua senzala, cheia de bugigangas, dentes e peles de animais, plantas venenosas e outras coisas. Cultiva superstições africanas, que impõe aos outros negros. Estes, atemorizados, lhe atribuem poder sobrenatural”.²¹⁵ Por fim, justifica o castigo afirmando que “é preciso acabar com essas mandingas e dar um exemplo, para que não se repitam”.²¹⁶

Nesse trecho podemos notar novamente a classificação de um escravizado que corrompe os outros, no caso, por meio daquilo que o senhor chama de feitiçaria. Além disso, tanto na memória sobre a revolta na fazenda, quanto nesse episódio, temos a constatação que estes sujeitos não são descritos assim somente pelo senhor, mas também pelos outros escravizados. Aqui temos um exemplo de um escravizado que, na visão do Comendador, é temido pelos seus companheiros, contudo, questionamos se esse medo não é uma concepção que diz mais sobre o próprio senhor do que sobre os escravizados. Afinal, ele aponta que aqueles que estavam sob seu jugo atribuíam a esse sujeito poder sobrenatural, talvez até o considerando como uma autoridade, nesse sentido, não estaria ele preocupado com uma

²¹² Ibid

²¹³ BARROS, 1998, p. 83 - 84.

²¹⁴ Ibid, p. 84.

²¹⁵ Ibid.

²¹⁶ Ibid.

sublevação e com isso tendo seu poderio questionado? Continuando o relato, Maria salienta que esta cena triste e já rara naquele período, causou aos presentes uma profunda consternação. Vale pontuar que a figura da mãe aparece novamente como aquela preocupada com os escravizados, contudo, a autora aponta que apesar da tristeza do acontecimento, eles estavam “em pleno regime de escravidão. Se, por um lado, nos corações elevados existiam justos escrúpulos pela iníqua instituição, eram eles por outro enfraquecidos pelo hábito, necessidade e apoio da lei.”²¹⁷ A maneira como Maria recorda da escravidão passa a impressão que os senhores eram sujeitos que não tinham poder da situação, se eles possuíam e puniam escravizados era porque a situação do período os condicionava a realizar isso.

Essa ideia da escravidão como inevitável também aparece no *Correio Paulistano*, sob o título “A evolução de São Paulo através de sua evolução agrícola - brilhante conferencia do Dr. J. de Melo Moraes, secretário da agricultura”²¹⁸. Na transcrição da palestra realizada pelo Dr. J. de Melo Moraes no Centro Cultural de Bauru, o secretário exalta o Estado paulista, apontando que “envolvem-se anos, São Paulo pontilha-se, a espaços mais ou menos largos, de pousos, aldeias e prenúncios de cidades. A escravatura garante-lhe que se delineie a organização das propriedades agrícolas, como elementos de sua estruturação econômica.”²¹⁹ Em seguida, questiona: era vergonhoso que se utilizasse do braço do escravizado para isso? “Não. Mil vezes, não. Dentro das etapas em que se processou a evolução de todos os povos, a escravidão foi instituição, que sempre apareceu, com seu acervo de horrores, mitigados ou não.”²²⁰ Aqui o progresso paulista aparece como fruto da escravidão. Contudo, se no livro de Maria ela escreve lamentando em alguns momentos por ela, na palestra do Dr. J. de Melo Moraes, há um reforço contra o sentimento de vergonha por este período histórico. Dado que, a escravidão é tida aqui como um processo natural presente em vários povos.

No decorrer da fala, Moraes salienta que palpitava no país “a ânsia pela libertação dos escravos. Os centros mais populosos, Campinas, São Paulo - capital e Santos agitam em prol da extinção da escravatura”²²¹, contudo, “o interior, com suas fazendas, é conservador, temendo sua desorganização com o desaparecimento abrupto do braço escravo”.²²² O Partido Republicano, por exemplo, “após sua convenção de Itu, silencia e não toma como bandeira desfraldada a aurora da liberdade do negro. Não é o campo dando diretrizes até política em

²¹⁷ Ibid.

²¹⁸ A evolução de São Paulo através de sua evolução agrícola - brilhante conferencia do Dr. J. de Melo Moraes, secretário da agricultura. *Correio Paulistano*, São Paulo, 19 dez. 1943.

²¹⁹ Ibid.

²²⁰ Ibid.

²²¹ Ibid.

²²² Ibid.

Piratinunga? Não é ele influenciando decisivamente na remodelação de São Paulo e do Brasil?”.²²³ Podemos perceber que além de exaltar São Paulo, o secretário relembra da força que o interior tinha, chegando a adjetivar as fazendas como lugares onde imperavam a ordem e a tranquilidade, já o fazendeiro, é apontado como um homem austero e que tinha palavra.

Este enaltecimento pelo espaço paulista também aparece nas memórias de Maria, aliás, seu livro inicia com os seguintes dizeres: “Ó boa, calma, simples e monótona Paulicéia do tempo de dantes! Falai, recordações, falai, saudades, de vez que te não posso cantar [...]”.²²⁴ Além de registrar a própria vida, Maria parece dirigir o livro a própria São Paulo, em dado momento, coloca que “eu te vi crescer, São Paulo de dantes, e por isso me são tão caras as frioleiras de tua infância. Deixa-me, pois, contar-te como eras”.²²⁵ Após narrar sobre a Abolição e ressaltar que as pessimistas projeções escravocratas não se concretizaram, pelo contrário, o país não arruinou, mas progrediu com a grande mão de obra dos imigrantes, Maria encerra seu livro com o progresso de São Paulo. Nele, diz que os bons e honestos paulistas do passado não iriam reconhecer mais a cidade, que agora caminhava a passos largos se tornando uma capital rica e populosa. Dado que, “no afã dos progressos materiais - como infelizmente acontece nas vastas aglomerações humanas -, a resistente fibra ética dos antepassados se afrouxa no vórtice empolgante das ambições e riquezas.”²²⁶ Contudo, afirma que a nova geração procura novas concepções para sanar os problemas, por fim, termina esperançosa de que o país entre em uma nova era de paz e segurança, aonde as únicas distinções entre as pessoas sejam as do espírito e as do coração.

Isto posto, argumentamos que ao escrever sobre o progresso paulista, exaltando a geração passada, ou seja, aquela do século XIX, Maria enaltece a própria história familiar. A escravidão aparece sendo lembrada como algo triste, mas impossível de ser evitado, aliás, é como se fosse o mal necessário para as glórias do Estado. Os homens do passado são apontados pela autora como homens de ética, até nos momentos em que eles aplicam castigos aos escravizados. Nesse sentido, podemos perceber que a Maria traz para o texto uma saudade dos oitocentos, como a escravidão faz parte desse momento histórico, sendo o motivo pelo qual a família de Maria gozava de privilégios, ela acaba aparecendo de maneira justificada e atenuada.

²²³ Ibid.

²²⁴ BARROS, 1998, p. 2

²²⁵ Ibid.

²²⁶ Ibid, p. 140.

3) Propriedade, paternalismo e o mundo do trabalho: o pós - abolição e a persistência de ideias escravagistas

No tópico anterior focamos em como Maria e Floriza, escrevendo no pós - abolição, discorrem sobre o período da escravidão. Já neste, discutiremos a perpetuação das relações escravistas no momento posterior a Abolição, concedendo ênfase ao diário de Helena Morley e as recordações de Floriza. Isto posto, a diamantinense coloca que a “vovó sempre se queixa que a Lei de Treze de Maio serviu pra dar liberdade a todo mundo menos a ela, que ficou com a casa cheia de negros velhos, negras e negrinhos.”²²⁷ Nesse trecho, notamos um descontentamento por parte da ex-senhora sobre a abolição, ao mesmo tempo em que se vê no papel de vítima. Além disso, é notável que os antigos escravizados continuaram a trabalhar e morar em sua chácara, inclusive, muitos deles sendo tratados como propriedade. É o que vemos na fala de Morley ao se referir à criada, afirmando que “a nossa negrinha Cesarina tem nos feito muita falta. Ela adoeceu do peito e mamãe não quis tratá-la em casa, coitadinha, porque diz que a moléstia pega muito.”²²⁸ Por isso, “ela está na Boa Vista e soubemos que já está melhorando. Fiquei muito contente porque a mãe dela morreu tísica e eu tinha medo que ela morresse também. Ela é tão nossa amiga e tão boazinha para nós.”²²⁹ É importante aqui a maneira como os ex-donos de escravizados e suas famílias se veem, assim como os empregados negros são percebidos. Morley descreve Cesarina como nossa, nos indicando um sentido de posse, ao mesmo tempo em que se refere a ela como amiga. Questionamos nesse momento se a adjetivação da criada como boazinha e o sentimento de que ela faz falta está ligado ao trabalho que presta, ou seja, Helena não sente saudade porque a considera da família, mas pelo fato de Cesarina prestar serviços.

Em relação ao trabalho, existem algumas ambivalências nos registros da menina. Antes de falar de Cesarina, por exemplo, Morley afirma que o dia seguinte seria o dia do passeio e por isso não queria deixar nada por fazer, assim, passa as roupas e limpa o quarto. Segundo ela, “mamãe não gosta de ter criada porque diz que nós precisamos de trabalhar,”²³⁰ contudo, apesar dessa recusa, logo em seguida, nos conta sobre Cesarina. Seria ela vista de fato como trabalhadora ou como uma ajudante da casa, como se ela não tivesse feito mais do que sua obrigação? O fato é que a ideia de trabalho como algo positivo e necessário para os

²²⁷ MORLEY, 2016, p. 122

²²⁸ Ibid, p. 68.

²²⁹ Ibid.

²³⁰ Ibid.

filhos têm certa discrepância na família. De um lado, o pai, minerador inglês, fala “que na Inglaterra não há negros e são os brancos que trabalham [...] um homem do povo, se for inteligente, trabalhador e direito, pode chegar a ser ministro da Rainha”.²³¹ Do outro, a mãe que diz não se importar que os filhos trabalhem e busquem coisas.

Contudo, a menina aponta que quando vão na fazenda de Seu João Pereira ele traz na saída um feixe de caninhas para os meninos e questiona quem iria levá-lo. Zezé põe as canas na cabeça, mas quando ele encontra com as irmãs, elas dizem: “que é isso Zezé? Você de feixe na cabeça como negrinho de senzala? Larga isso aí já! Dá ao Joãozinho para carregar,”²³² no caso, o irmão de Morley. A menina comenta que “se fosse meu pai que estivesse perto, ele não se importaria. Mas mamãe também foi criada com muito escravo. Vovô era rico e tinha grande escravatura. Quando ouviu falar em negrinhos de senzala, mamãe diz que ela rapuou [...]”²³³, em seguida, gritou para o filho largar o feixe, salientando que “se eles não querem ser negrinhos de senzala, voce é que há de ser”²³⁴. E acrescentou: “E fique sabendo, de hoje em diante você não será mais criado de ninguém! Já chega!”.²³⁵ Todavia, por mais que o pai nos apresenta como diferente as relações da escravidão por ser estrangeiro, quando a esposa conta do ocorrido, diz que não faz sentido essa raiva toda, dado que, “o nosso João é um inglesinho perfeito; não pode parecer negrinho de senzala.”²³⁶

Esta relação de trabalho conflituosa também aparece quando o pai, necessitando de “algumas praças para o serviço que está fazendo no Bom Sucesso, pôs-se a indagar até saber que as Cunhas têm em casa dois negros que ainda foram do cativo e que elas costumam alugar para fora e dividir com eles o dinheiro”²³⁷, dado que, quando “não estando alugados elas é que os sustentam. Meu pai e mamãe então se lembraram de passar na casa das Cunhas, na Rua do Bonfim, para contratar os negros”²³⁸. Contudo, elas informam que eles já não estavam disponíveis e no meio da conversa acabam falando que tinham dois irmãos, Geraldo e Anacleto, que estavam sem emprego e que viviam à toa. A mãe se encontrava alheia à conversa, porém quando ouviu sobre os dois homens desempregados, disse: “Por que as senhoras não nos cedem o Geraldo e o Anacleto?”. As mulheres ficaram espantadas e meu pai teve de explicar que mamãe estava distraída e pensou que eles também eram negros”²³⁹.

²³¹ Ibid, p. 88.

²³² Ibid.

²³³ Ibid.

²³⁴ Ibid.

²³⁵ Ibid.

²³⁶ Ibid.

²³⁷ Ibid p. 47 - 48

²³⁸ Ibid, p. 48.

²³⁹ Ibid, 47

Nesse trecho podemos observar que o fim da escravidão não significou necessariamente o fim das relações escravagistas, os trabalhadores negros ainda são entendidos como sendo propriedade, além disso, as patroas aparecem com uma imagem paternalista, ou seja, é frisado que são elas que sustentam os trabalhadores. Outro ponto a ser considerado é que os ex - escravizados não têm autonomia sobre seu próprio trabalho, as irmãs Cunhas é que decidem para quem eles irão trabalhar e no fim eles são forçados a dividir o dinheiro com elas.

Assim como as Cunhas, a avó de Morley aparece como boa patroa. No dia 16 de fevereiro de 1894, ao escrever sobre o casamento de Florisbela e Marciano, a diamantinense coloca que a avó gosta quando os empregados negros casam, ela “dá enxoval e uma mesa de doces. A senzala antiga tem um quarto de noivos que dá para o terreiro. De vez em quando tem que se arranjar o quarto para um casamento. Vovó fica contente e já se casaram muitas.”²⁴⁰ É importante perceber que até mesmo os espaços no pós-abolição perpetuam, a senzala, por exemplo, continua a existir e ser um espaço destinado aos negros e negras da chácara da avó. Outro ponto a ser destacado no registro desse dia é a forma como Morley percebe a noiva Florisbela e seu marido Marciano. Segundo ela, “as negras da Chácara do tempo do cativo são todas pretas, mas não sei por que saiu uma branca e bonita. Chama-se Florisbela mas nós a tratamos de Bela. Ela casou com um negro que faz até tristeza.”²⁴¹ A menina ao narrar o casamento, sente pena ao ver “Bela sentada perto do noivo, coitada. Marciano é o negro mais estimado da Chácara. Aprendeu o ofício de ferreiro”²⁴². Contudo, a diarista não desejava que Florisbela se casasse com ele, pois “ela é tão bonitinha! Parece até uma rosa camélia, clara, corada e com uns dentes lindos. No dia do casamento meu pai disse: ‘É um brilhante no focinho de um porco’. Todo mundo teve pena.”²⁴³ Contudo, Bela queria ele como esposo “e vovó diz que gostou porque Marciano é muito bom e trabalhador.”²⁴⁴

Contudo, em um certo dia, Marciano trouxe Bela em uma rede. Todos gritaram horrorizados, ela se encontrava morta-viva. “Marciano contou a história. Diz ele que um companheiro, que comia e vivia com ele, invejou vê-lo casado com Bela branca e bonita e quis fugir com ela.”²⁴⁵ Porém, “como ela não quisesse, levou-lhe uma garrafa de vinho preparado, que ela foi tomando e caindo como morta. Ele ainda esperou na Formação um dia que ela acordasse, mas desanimou e trouxe-a para aqui.”²⁴⁶ O médico foi chamado, mas disse

²⁴⁰ Ibid, p. 122.

²⁴¹ Ibid.

²⁴² Ibid.

²⁴³ Ibid

²⁴⁴ Ibid.

²⁴⁵ Ibid, p. 123

²⁴⁶ Ibid.

que nada podia fazer, somente esperar. Morley, ainda com esperança de que Bela fosse acordar, revela que esteve pensando “que se ela fosse preta e feia não acontecia isso; o demônio do homem não a teria preparado como fez”.²⁴⁷ Em seguida questiona Marciano “se ninguém pode fazer nada para acordar Bela e ele disse que só o desgraçado que fez o feitiço é que pode dar o contra.”²⁴⁸ Contudo, “o demônio já disse aos companheiros que nem morto ele contará o que fez; que prefere morrer e ir para as profundezas do inferno do que ver Bela casada com Marciano.”²⁴⁹ Marciano, nesse momento, só repetia em lamento que “não merecia mesmo este anjo. Deus me deu e Deus me tirou”.²⁵⁰ No fim, após longa espera e todos da Chácara se convenceram que ela tinha falecido, menos Helena, o enterro ocorreu.

A maneira como Morley descreve Florisbela e Marciano nos chama atenção, especialmente quando consideramos que vários trabalhos tendem a colocar Morley como à frente do tempo. Orsolin²⁵¹, por exemplo, aponta que podemos considerar a jovem como moderna, tendo em vista que, “em uma sociedade dominada por essas características, Helena não possuía um comportamento adequado e condizente com o período em que vivia”. Todavia, notamos que Helena era uma menina de seu tempo, exemplo disso é a forma como ela percebe Florisbela, considerando-a como bonita por causa de sua cor clara e até mesmo alegando que se ela fosse negra não teria falecido, dado que, os homens não a desejariam. Sobre esta última afirmação, parece que a culpabilidade sobre o crime não recai exclusivamente sobre o homem que teria feito Florisbela beber vinho, mas sobre ela mesma e sua cor. Sobre esse fragmento, Orsolin reconhece que existe na obra de Morley falas discriminatórias, sendo possível, “inferir que, para ela, todos os negros são feios, por isso a admiração em relação aos encantos de Bela”.²⁵² Nesse sentido, indagamos, na historiografia, como ela seria uma menina à frente de seu tempo tendo em vista como ela percebe a beleza de Bela e considera o casamento de uma pessoa branca com um homem negro como algo errado?

²⁴⁷ Ibid.

²⁴⁸ Ibid.

²⁴⁹ Ibid.

²⁵⁰ Ibid.

²⁵¹ ORSOLIN, Silvana Capelari. *Um olhar pelo buraco da fechadura: as personagens femininas oitocentistas no diário Minha Vida de Menina*, de Helena Morley. 2018. 128 f. Mestrado em Estudos Literários Instituição de Ensino: Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia Biblioteca Depositária: Repositório UFU, p. 74. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/21796/1/OlharBuracoFechadura.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2022.

²⁵² Ibid, p. 74.

Daiane Reis²⁵³, assim como Orsolin, vê Morley como à frente de seu tempo ao mesmo tempo em que reconhece as falas preconceituosas da menina. Todavia, considera que “mesmo não se mostrando preconceituosa, em alguns momentos ela implica com um negro chamado Emídio, mas não pelo fato da cor de sua pele, mas por achar o moleque intrometido.”²⁵⁴ No trecho do diário em questão, Tio Joãozinho mandou que o menino levasse uma carta para o Dr. Pedro Mata, contudo, a criança retornou com a cabeça quebrada. Ao ser questionado como isso ocorreu, Emídio diz que Pedro Mara lhe deu um pescoção e ele rolou pela escada. Imediatamente, Tio Joãozinho repreende o menino pela forma como ele falou o nome do homem, ignorando seu título de doutor. Emídio então pergunta: “‘Como é que o senhor queria que eu falasse? Não sou livre e tão bom como ele?’”. Tio Joãozinho não pôde deixar de rir e disse: “Foi muito bem merecido esse tabefe. Gostei de ver.”²⁵⁵. Em seguida acrescenta que “‘com mais alguns você aprenderá a dobrar a língua para os brancos, negro sem-vergonha’. Eu também gostei, porque ele é muito intrometido”²⁵⁶, conclui Helena. Concordamos com a autora que não podemos de fato afirmar com cem por cento que essa última colocação de Morley foi devido unicamente a cor de Emídio, contudo, ela gostou do castigo que lhe foi aplicado e o chama de intrometido. Por que intrometido? Talvez Emílio não agisse conforme o que se esperava dele, inclusive, o menino questiona por que não poderia chamar Pedro Mata pelo nome, afinal, ele não seria livre e digno como o doutor?

Outro ponto a ser destacado, como já mencionado, é a forma como os padrões tendem a descrever os empregados, sobretudo, negros como sendo parte da família. Morley, por exemplo, chega a comentar que foi uma tristeza a perda de Bela, pois ela “era como filha de vovó e todos nós lhe queremos tanto!”²⁵⁷. Isso também aparece nos relatos de Floriza, especialmente quando ela se torna proprietária e patroa de sua fazenda. Ao descrever sobre o cotidiano da propriedade e suas obrigações já no pós-abolição, a autora registra sobre a dificuldade de conseguir cozinheira, relatando que até teve “uma cozinheira preta que tinha sido escrava da família Fortes no Rio. Apesar de velha, era trabalhadeira e prestimosa. Gostava também de ir aos bailes da colônia”²⁵⁸, contudo, “me pedia antes ‘Sinhá me deixa ir a

²⁵³ REIS, Daiane. Helena Morley: personagem plural. 25/06/2013 108 f. Mestrado em Literatura Instituição de Ensino: Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis Biblioteca Depositária: BU – UFSC. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/106993/320051.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 12 dez. 2022.

²⁵⁴ Ibid, p. 36

²⁵⁵ MORLEY, 2016, p. 101.

²⁵⁶ Ibid, p. 102.

²⁵⁷ MORLEY, 2016. p. 123

²⁵⁸ FERRAZ, 2020, p. 166.

uma brincadeira?”²⁵⁹ Podemos notar novamente a percepção de posse sobre os ex-escravizados mesmo após o fim da escravidão, a patroa não controla apenas o trabalho, mas toda a vida da empregada, incluindo seus momentos de lazer. A paulista continua salientando que “muitas vezes fui forçada a trabalhar na cozinha porque não me convinha ensinar as mulheres da colônia e nem eu queria sacrificá-las tirando-as da lavoura. Todas ajudavam muito os maridos na roça e em casa tratavam dos seus filhos e criações.”²⁶⁰ Ademais, “elas gostavam de ser livres, eu achava que tinham razão, esperava até que aparecesse uma cozinheira de fora”.²⁶¹ Para as mulheres imigrantes que trabalhavam na fazenda é aceita a ideia de liberdade, ao passo que, o mesmo não ocorre com a trabalhadora nacional.

Em 1909, Floriza recorda que sua luta acabou, pois conheceu Gertrudes de Souza, a Nhá Tudinha, cozinheira que iria acompanhar a família até sua morte. “Tendo durante esse tempo interrompido o seu serviço, apenas por pouco tempo, quando foi trabalhar na fazenda Taquaral em Piracicaba, para a minha filha mais velha”²⁶², e posteriormente, “uma pequena temporada com um filho em São Paulo, onde tendo apanhado um reumatismo, voltou para a nossa fazenda e desde então nunca mais nos deixou.”²⁶³ Nesse sentido, Gertrudes, além de trabalhar na fazenda de Floriza, tinha seu trabalho compartilhado pelos outros membros da família. Nas últimas páginas do livro, a autora faz uma lista com os nomes de vários colonos, camaradas e empregados, dedicando um maior número de registros para Gertrudes. A autora relembra que a mulher “foi a auxiliar de saudosa memória que tivemos na fazenda morando conosco vinte e nove anos”.²⁶⁴ Pelas “suas qualidades e demonstrações de amizade, conquistava plenamente a nossa simpatia e confiança ao ponto de já considerarmos fazendo parte de nossa família.”²⁶⁵ Revela ainda que após Gertrudes ficar viúva, foi até ela pedir remédios para os filhos, dias após, volta colocando-se à disposição de Floriza para lavar roupas.

Já em 1910, quando a paulista precisou ir a São Paulo para tratar da saúde, “ela foi a única pessoa que se prontificou a acompanhar-me como cozinheira, deixando os filhos em companhia da filha mais velha, levando consigo apenas o último filho [...]”²⁶⁶ Conta ainda que

²⁵⁹ Ibid.

²⁶⁰ Ibid, p. 167

²⁶¹ Ibid.

²⁶² Ibid.

²⁶³ Ibid.

²⁶⁴ Ibid, p. 252.

²⁶⁵ Ibid.

²⁶⁶ Ibid, p. 254.

após Gertrudes ficar doente e ela chamar o sobrinho que era médico, ela “tornou-se mais nossa amiga e muito reconhecida pelo tratamento carinhoso que recebera, e uma vez restabelecida, redobrou os seus esforços procurando em tudo nos agradar.”²⁶⁷ Salienta também que “Nhá Tuda não só tomava conta da cozinha e das criações, como também da casa quando fazíamos viagens, trazendo-a sempre em ordem, com as roupas lavadas, passadas e bem guardadas nas gavetas e prateleiras dos armários, sem faltar nenhuma peça.”²⁶⁸ Já nos momentos de lazer, Gertrudes procurava esconder de Floriza que escutava o resultado do jogo do bicho, pois não era tolerado na fazenda este tipo de jogo. Para a patroa, a cozinheira “nunca deixou de ser submissa chegando a aliar os sentimentos aos nossos,”²⁶⁹ “ela fazia parte mesmo da família”.²⁷⁰

Por fim, finaliza dizendo que desejava escrever mais sobre a saudosa empregada e que tem “um grande sentimento o de não ter podido na ocasião, contemplá-la com uma sepultura digna da nossa gratidão para com ela.”²⁷¹ Para reparar essa falta, que segundo ela, não dependeu unicamente de sua vontade, fez questão “de render-lhe uma carinhosa homenagem lembrando a sua passagem de perto de trinta anos de inestimáveis serviços e de inúmeras provas de amizade para com todos de nossa família, principalmente para com seus patrões”.²⁷² Sobre esta recordação, chama atenção a reafirmação por parte de Floriza que Gertrudes era pertencente à família, sendo que, nem mesmo uma sepultura justa ela teve. Ademais, na descrição da patroa sobre ela temos a impressão que todas as vezes que a cozinheira precisa de algo e era atendida por Floriza, ela volta ao trabalho entregando tudo de si, como se precisasse ser eternamente grata a fazendeira.

Concordamos com Marina de Mello e Souza ao afirmar que Gertrudes “é a trabalhadora doméstica que se assemelha à escrava e que ocupa um espaço especial nas suas lembranças não só pelo auxílio por longo tempo prestado, mas por representar uma continuidade com o passado idílico da narradora”.²⁷³ Floriza inicia seu livro apontando que escreve com amargura no coração e o finaliza em uma espécie de homenagem a Gertrudes. Homenagem esta que nos faz refletir que mesmo após o fim da abolição e da dívida que a família contraiu com o banco, Floriza ainda detém autoridade. Maria, Floriza e Helena, sendo

²⁶⁷ Ibid, p. 256.

²⁶⁸ Ibid, p. 257

²⁶⁹ Ibid, p. 261

²⁷⁰ Ibid, p. 262.

²⁷¹ Ibid.

²⁷² Ibid.

²⁷³ FERRAZ, Floriza Barboza; SOUZA, Marina de Mello e (posfácio). Páginas de recordações: memórias. 1. ed. São Paulo: Chão Editora, 2020.

filhas e netas de proprietários de escravizados encaram as relações abusivas entre empregados e patrões com certa naturalidade, mesmo que muitos trabalhos apontam que uma ou outra era a frente de seu tempo. “A mobilidade, a instabilidade, a reivindicação e a insubmissão, atributos intrínsecos à própria natureza do trabalho livre, não eram vistos assim por aquelas mulheres.”²⁷⁴ Assim, “sujeitas à compreensível distorção ideológica, quando confrontadas com tais práticas tratavam os empregados como problemáticos, cismados, viciados, descontentes, ambiciosos”.²⁷⁵ O ideal de um bom empregado é, para elas, alguém que se doa, como Gertrudes, alguém que possam chamar de “nossa”, como Cesarina. Para a mulher imigrante alemã e italiana era até admissível pensar na ideia de liberdade, mas para as trabalhadoras nacionais imperava-se a concepção negativa de mobilidade.

Dito isso, vimos neste capítulo como as mulheres exerciam poder e autoridade em suas casas e fazendas, em relação aos trabalhadores e em especial às mulheres negras e/ou pobres, nacionais. De certa maneira, ser patroa e senhora permitia com que essas mulheres tivessem poder mesmo no matrimônio. Se no matrimônio, considerando apenas sua relação com o marido, temos impressão que elas aparecem em segundo plano, aqui elas dividem o poderio com ele, dado que, os escravizados e os empregados são situados em um estamento menor. Cabe ressaltar que em meio a violência, a essas mulheres ainda é atrelada a ideia de bondade e ternura. É a senhora que trata os feridos, é a patroa que permite com que uma empregada saia para se divertir. Isto posto, no próximo capítulo, discutiremos um outro espaço de autonomia para as mulheres, especialmente de pouco poder aquisitivo, nos oitocentos e em boa parte do século XX: o magistério.

²⁷⁴ MALUF, 1995, p. 65.

²⁷⁵ Ibid.

Capítulo 3 - Ser professora no século XIX: expectativas de futuro e as dificuldades da profissão na escrita de si

Helena Morley, em sua obra *Minha vida de menina*, ao comentar sobre a família paterna registra que esta era bem organizada. O avô, após os filhos já criados, entregou a cada irmão uma irmã para sustentar e cuidar, sua madrinha Quequeta, por exemplo, era responsabilidade de seu pai. Segundo Helena, todos iam vivendo, mas apenas o tio Mortimer fez fortuna, ao passo que, tia Madge viu no magistério uma forma de conseguir renda. Ela tinha quase quarenta anos quando fundaram a Escola Normal em Diamantina, “assim mesmo ela entrou [...] e tirou o título. Mora com tia Ifigênia e tia Cecília, que são boas modistas e no tempo das frutas vão todas para a Fazenda fazer marmelada e goiabada”²⁷⁶. Morley acrescenta que “Madrinha Quequeta também invejou tia Madge, entrou para a Escola depois de velha e já está na Santa Maria ganhando dinheiro e mandando coisas bonitas para mim. Também eu quero tanto a estas minhas tias!”²⁷⁷. Percebemos nos trechos mencionados que o magistério era um dos caminhos pelos quais as mulheres nos oitocentos tinham para se sustentarem financeiramente. Ademais, a idade aqui é um fator interessante, ambas as mulheres citadas adentraram para a escola e conseguiram o título já mais velhas. Era um sonho da juventude que foi interrompido? Foi por necessidade financeira? Foi pelas duas coisas?

O fato é que no século XIX o magistério se configurava como uma possibilidade de profissão para as mulheres. Diante disso, questionamos neste capítulo os desafios de exercer a profissão de professora neste período. Quais eram as condições de trabalho? Como era a remuneração destas mulheres? Ser docente era o suficiente para que conseguissem se sustentar ou trabalhavam em outras funções para complementar a renda? Além disso, levamos em consideração que muitas professoras que aparecem nas obras que trabalhamos estão atuando nas casas de fazendeiros, chegando, inclusive, a morar com a família. Nesse sentido, indagamos como era esta convivência, se a professora, era assim como as trabalhadoras domésticas, discutidas no capítulo anterior, tidas como amigas da família e quase pertencentes àquele núcleo familiar. O trabalho delas era visto como trabalho? Exerciam outras tarefas além daquelas incumbidas? Tinham que prestar contas para os donos da casa sobre por onde iam e andavam? Questionamos também neste capítulo como as dificuldades enfrentadas por essas professoras, sejam nas fazendas, sejam nas escolas eram utilizadas para desestimular as

²⁷⁶ MORLEY, 2016, p. 78.

²⁷⁷ Ibid.

mulheres a seguirem o magistério, apontando como mais certo outras profissões e o próprio casamento como alternativas mais viáveis.

1) O magistério como possibilidade de melhorar o futuro e as condições de vida

Helena aponta que os avós maternos começaram "a vida na Itaipava muito pobres, só tinham dois escravos. Moravam num rancho de capim. Vovô vivia de mineração; um dia ele tirava um diamante; outro, um pouco de ouro. E assim iam vivendo felizes".²⁷⁸ Após obterem a licença para a mineração, não precisavam mais esconder o que encontravam e chegaram, inclusive, a encontrar um caldeirão - concentração de diamantes formadas nas depressões do leito do rio. A partir daí o avô nunca mais quis sair daquele lugar, mandou educar os filhos no Rio de Janeiro, procurou bons casamentos para as filhas, adquiriu mais escravizados e teve uma fazenda. Esta história era repetida pela família, no aniversário de tia Aurélia, por exemplo, as crianças e jovens após terem se cansado dos brinquedos de prenda, brincavam de contar histórias. Em dado momento, Helena participa contando a história de vida de sua tia, iniciando a narração com "era uma vez um homem que vivia minerando e um dia achou um caldeirão virgem, tirou muito diamante e ficou rico"²⁷⁹. Contudo, para Helena e seus primos as histórias de fortuna da família eram apenas histórias, dado que, no final do século XIX enfrentavam dificuldades com a atividade mineradora.

A *Gazeta de Notícias*²⁸⁰, por exemplo, aponta que na década de 1890, além de enfrentar a concorrência da mineração africana, o norte de Minas Gerais encarava a defasagem de máquinas e processos mais modernos na extração de diamantes.²⁸¹ É neste cenário de crise que Morley escreve seu livro, em diversos momentos ressalta as dificuldades financeiras da família que dependia do trabalho de seu pai, um minerador. Na mesa, ele sempre repetia a causa deles serem os mais pobres da família, narrando que isso se deu após sua recusa em participar de uma sociedade com o tio Geraldo para um serviço na lavra de Santo Antônio. Como a mãe tinha medo de que ele perdesse dinheiro e a região levava o

²⁷⁸ Ibid, p. 118.

²⁷⁹ Ibid, p. 158.

²⁸⁰ Mineração do Diamante. *Gazeta de Notícias*, 12 de julho de 1894.

²⁸¹ A partir da década de 70, a euforia, ocasionada pelo desimpedimento das lavras, assim como, pelas descobertas de São João da Chapada e do Caeté - Mirim, dava lugar ao pessimismo. Além das descobertas de imensos depósitos de diamantes na África do Sul, a crise também foi ocasionada pelos conflitos de posse das lavras e das incertezas em relação à legislação brasileira, que passava por modificações na transição da monarquia para a República. A reanimação desta atividade ocorreria somente no final da década de 1890, com a instalação de companhias nacionais e estrangeiras na região do Rio Jequitinhonha. Ver mais em:

MARTINS, Marcos Lobato. A crise dos negócios do Diamante e as respostas dos homens de Fortuna no Ato Jequitinhonha, décadas de 1870 - 1890. Rev. Est. econ., São Paulo, v. 38, n. 3, p. 611-638, julho-setembro, 2008.

nome do santo, fez uma novena para ele, rogando que guiasse a decisão. Assim que terminou, um velho minerador bateu-lhe à porta e pediu que ela não deixasse o marido entrar como sócio, pois lá não havia mais diamantes. A mãe de Morley contava para os filhos o sofrimento dela e do pai, após terem recusado a proposta e tempo depois descobrirem que a região estava repleta do mineral. O pai até pegou alguns diamantes pequenos, mas quem ficou rico mesmo foi o tio Geraldo que fez sua fortuna neste negócio.²⁸²

A preocupação da mãe com as finanças da família por causa da atividade do pai era algo recorrente. Morley nos conta que no seu núcleo familiar, todos têm lidado com a mineração a vida toda, depositando neste trabalho toda sua dedicação e investimento. O pai, por exemplo, todo dinheiro que “arranja é mais para meter na lavra; pouco sobra para a casa. Nós às vezes reclamamos as coisas, mas mamãe nunca piou. Nunca disse uma palavra que pudesse aborrecer meu pai”.²⁸³ Contudo, Helena ressalta que ela é menos paciente que a mãe, na hora de dormir, chega a ficar “só fazendo castelo [...] de ficar invisível, tirar dinheiro dos ricos e trazer para casa”.²⁸⁴ É com esse ímpeto que a diamantinense vê no magistério possibilidade para melhorar a condição de sua família, segundo ela, “tirando meu título de normalista, sei que tudo vai melhorar [...] Já fiz meus planos, tão bem assentadinhos, que até poderemos guardar dinheiro”.²⁸⁵ Salienta ainda que vai até o fim do mundo dar aula, “mas deixar meu pai nesta peleja, furando a terra à espera de diamantes que não aparecem, é que não deixarei”.²⁸⁶

Contudo, Morley muda de opinião em relação a seguir a carreira no magistério após assumir por alguns dias a turma de sua tia Madge. Na ocasião, Madge solicitou que a sobrinha ficasse em seu lugar, pois iria tirar um mês de férias, nas palavras dela, “se tenho de pagar a outra, dou-lhe o dinheiro que lhe servirá muito. E depois você já vai praticando, porque pretendo me aposentar e lhe deixar minha cadeira”.²⁸⁷ Helena recusa argumentando que se faltar um mês na escola não irá se formar e sugere Zinha no seu lugar, todavia, a tia diz que a mulher está doente e convence que a sobrinha pode substituí-la por quinze dias. A menina vai para a casa maldizendo pelo caminho, se perguntando “que será de mim se for obrigada a largar a Escola, estudo, minhas colegas e tudo para ir ensinar a meninos pretos e burros no Rio Grande?”²⁸⁸ Aqui é interessante perceber que o magistério naquele período em

²⁸² MORLEY, 2016, p. 112 - 113.

²⁸³ Ibid, p.. 258.

²⁸⁴ Ibid.

²⁸⁵ Ibid, p..69

²⁸⁶ Ibid

²⁸⁷ Ibid, p. 266.

²⁸⁸ Ibid, p. 267.

Diamantina detinha certa informalidade, Helena, por exemplo, era apenas uma garota de quatorze anos que não tinha se formado na Escola Normal, quando atuou como professora substituta. Além disso, chama atenção o modo como ela descreve os alunos de tia Madge, destacando a raça e a suposta falta de inteligência dos mesmos.

Ao chegar na escola de sua tia, Morley fica perdida sem saber por onde começar a aula. Lembra então do tempo que esteve na escola da Mestra Joaquininha e inicia corrigindo os cadernos. Contudo, em dado momento, os estudantes começam a chamá-la para solucionar problemas, apontando coisas como um aluno pinicando o outro. A partir daí a algazarra se instala na sala e Helena que seria melhor ser quitandeira, lavar roupa ou realizar qualquer outro trabalho, menos ser professora. Acrescenta ainda que “Deus que mandou aqui. Não aguento isto: estou até fazendo mal a tia Madge, estragando a escola dela. Vou soltá-los e saber de tia Madge o que devo fazer”.²⁸⁹ Assim que libera todos os alunos, Helena conclui que prefere fazer “tudo na vida, menos mestra de escola. Se eu passar mais um dia como este, fico maluca”.²⁹⁰ Neste estado, a diamantinense chega correndo na casa da tia, que assim que vê a sobrinha indaga o porquê terminou a aula tão cedo. Helena lhe conta que fechou “para vir-lhe dizer que me é impossível continuar. Os meninos não me respeitam e eu vou pô-los mais endiabrados para a senhora aguentar depois. Amanhã eu não volto”.²⁹¹ A tia assustada indaga: “quer me desiludir e me convencer de que uma mulata como Zinha é mais capaz do que você?”.²⁹²

Notamos que Madge vê Helena em uma posição superior a Zinha, destacando inclusive a cor da última para reforçar seu argumento. Após constante negação da sobrinha, indaga: “então minha esperança de lhe deixar a escola há de ir por água abaixo? Nunca! Você tem de dar gente. Você é muito inteligente e muito viva. Isso já é sentido na vadiação da Escola Normal com as outras”.²⁹³ A ideia de Morley não seguir seus passos e da irmã Quequeta parecia uma preocupação constante da tia, que reforçava que ambas, mesmo mais velhas, encontraram na profissão uma maneira de viverem independentes. Nesse sentido, não aceitando a recusa da sobrinha, Madge pede para ela não desistir, salientando: “não me entristeça! Você é a única esperança minha. Vá descansar e volte amanhã. Eu sei que você não me desapontará”.²⁹⁴ Percebendo que não adiantaria discutir com a tia, Helena vai para casa e conta a situação para a mãe, que resolve fazer caramelos para a filha levar para a escola para

²⁸⁹ Ibid, p. 269

²⁹⁰ Ibid, p. 270.

²⁹¹ Ibid.

²⁹² Ibid.

²⁹³ Ibid.

²⁹⁴ Ibid, p. 271.

tentar engambelar os discentes. Assim que chega diz que aqueles que procedessem bem na aula teriam o doce, contudo, a algazarra continua na sala enquanto ela olha os cadernos. Em dado momento, um dos alunos vai até o quintal e grita, fazendo com que Morley corresse para apanhá-lo, assim que retorna, vê que não tem mais nenhum caramelo na mesa. Chegando no seu limite, Helena vai até a casa de Zinha e implora que esta a substitua na escola, porém a mulher diz que também não aguenta aquela turma, revelando que foi por isso que disse para Madge que estava doente. No fim, após insistência da mãe, Zinha fica no lugar de Helena, dizendo que foi maldade de Madge ter feito isso com a sobrinha, pois tem “tanta gente precisando de dar escola e vai tirar Helena do estudo e mandar para este inferno”.²⁹⁵

Chamamos atenção para como o magistério era percebido como uma profissão que podia ser passada de geração para geração. As tias de Helena, por exemplo, eram professoras e desejavam que a sobrinha seguisse o mesmo caminho. Esta presença de várias mulheres de um mesmo núcleo familiar na docência também caracterizava uma maneira de fortalecer a condição social, não só de maneira individual, mas de toda a família.²⁹⁶ Outro ponto a ser destacado é a insistência de tia Madge para que Helena prosseguisse com a carreira docente, vendo nela maneiras de obter recursos financeiros e independência. Esta perspectiva também é observada na obra *Memórias de Martha*²⁹⁷, de Julia Lopes de Almeida, na qual Martha, uma professora com mais de 30 anos, relembra sua trajetória de vida. Até os cinco anos, cresceu em um lar abastado, contudo, após a morte de seu pai, passou a morar com a mãe no cortiço de São Christovão, que trabalha engomando roupas para sustentar a casa.

Passando por várias dificuldades, a vida de Martha tomaria um outro rumo ao ir para a escola, em especial, ao escutar a professora D. Anninha e uma adjunta. Nela, a última, agradecia a Deus por ter um emprego que lhe dava certo conforto e se encontrava desejosa por uma cadeira, ou seja, cargo concursado, pois assim haveria de fato de viver tranquila. Naquele momento uma semente foi plantada na mente de Martha e na mesma noite, assim como Helena Morley, sonhou com os frutos do magistério. Esta profissão passa então a ser para Martha um lugar de sonhos e esperanças, projetando que a partir dali iria fazer fortuna ao ensinar meninas. Queria uma casa elegante com vários móveis, queria sair do cortiço que tinha epidemias, queria uma vida melhor. Nesse sentido, ressaltamos que a docência apesar de todas as dificuldades, era um trabalho que oferecia atrativos, especialmente para mulheres,

²⁹⁵ Ibid, p. 274.

²⁹⁶ NASCIMENTO, Cecília Vieira do. *Caminhos da docência: trajetórias de mulheres professoras em Sabará Minas Gerais (1830-1904)*. 2011. 231 f. Tese (doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2011, p. 117.

²⁹⁷ ALMEIDA, Júlia Lopes de. *Memórias de Martha*. Sorocaba: Casa Durski, 1889.

que, assim como tia Madge, Helena e Martha, procuravam melhores condições de vida. Além disso, é interessante perceber que temos nestas histórias mulheres inspirando mulheres. É a tia que inspira a sobrinha e a encoraja, em Helena Morley, assim como, é a professora que motiva a estudante, em Júlia Lopes.

2) Saúde, salário e ambiente de trabalho: as dificuldades em ser professora no século XIX

Como apontado no tópico anterior, o exercício do magistério nos oitocentos era repleto de desafios, sendo um deles, a falta de uma boa remuneração. É o que ocorre com Dona Vicentina, professora de piano de Glorinha, que um certo dia pede a tia de Helena, Agostinha, um adiantamento de dois mil réis, que diz ser impossível fazer tal ato. Ganhando seis mil réis por mês, Vicentina conta que as filhas haviam lhe pedido que “mexesse o tutu de feijão com farinha, pois já enjoaram de fubá”.²⁹⁸ Assim, tenta negociar com Agostinha pelo menos 500 réis, ao passo que, a tia de Morley responde que não é possível, pois se encontra também nas mesmas condições. Além das dificuldades financeiras, ser professora nos oitocentos também era dividir a docência com outras atividades, exemplo disso é um trecho do relatório de um inspetor ambulante, no qual afirma que ao visitar a escola da professora Bernarda Jesus do Coração de S. Pedro encontravam-se presentes quatro alunas, “duas dormiam, a terceira cantava a tabuada, e a quarta cavacava o nariz. A professora estava no interior da casa fazendo pé de moleque para a venda de seu Quinca, segundo me disse”.²⁹⁹ Após reafirmar a desordem que era aquele local, acrescenta que a professora era prima do tio do coronel João Espantado, uma influência local. Ressaltamos neste trecho as condições de trabalho de Bernarda, que ao mesmo tempo que lecionava fazia doce para a venda, colecionando duas funções. Ela vendia pé de moleque porque precisava completar a renda? A casa que era sua escola era também seu lar? Existia separação entre seu local de trabalho e sua moradia?

Estes questionamentos também se tornam pertinentes ao analisarmos as memórias de Maria Paes de Barros. A paulista, filha do Comendador, ao apresentar os membros da família, nos introduz a governanta alemã, denominada Mademoiselle, ressaltando que a mesma gozava de uma grande intimidade com eles e juntamente com suas duas irmãs mais velhas “formavam uma espécie de triunvirato, com poder absoluto sobre a sala de estudos,

²⁹⁸ MORLEY, 2016, p. 139.

²⁹⁹ Biscates. *Diário de Minas*: propriedade de uma Associação Anonyma (MG), 28 de abril de 1899.

dormitórios e demais dependências que serviam as filhas menores do casal”.³⁰⁰ Segundo Maria, seu pai era zeloso da educação e instrução dos filhos, procurando “proporcionar-lhes os meios de obter cultura, cousa difícil então, pela carência de bons colégios. Era costume, por essa época, as famílias abastadas mandarem estudar na Europa os seus filhos”.³⁰¹ O destino favorito de muitos era a França, mas seu pai preferiu enviá-los para a Alemanha, tendo em vista que mantinha relações comerciais importantes em Hamburgo. Assim, os três filhos mais velhos da família seguiram para colégios internos alemães, ao passo que, as meninas tinham lições em casa com a Mademoiselle.

A professora é descrita por Maria como muito bem dotada, bonita, “inteligente, culta e hábil em trabalhos manuais e misteres de cozinha, falava diversas línguas, tocava, cantava e desenhava bem”.³⁰² Ela era serviçal, insinuante e afável, sabendo captar a simpatia de suas duas irmãs mais velhas, que “foram logo tomadas de um sentimento feito de admiração e ternura. Elegeram-na pois, verdadeira irmã, estabelecendo-se entre todas elas a mais completa intimidade”.³⁰³ Dormiam as três no mesmo quarto, compartilhando longas conversas e sussurros confidentes. Destacamos que ao mesmo tempo que a professora é apontada como integrante da família, não sabemos nem mesmo seu nome, aparecendo nas memórias de Maria apenas pela sua forma de tratamento. Além disso, a aparição da professora é sempre acompanhada pelos adjetivos de prestativa e afável, além do trecho supracitado, isso ocorre também após a chegada do irmão mais velho de Maria da Alemanha. O rapaz retorna para casa, pois os pais e irmãos não aguentavam mais de saudades, com sua chegada, as irmãs se alegram com as novidades que ele contava. Já “Mademoiselle estava encantada com a oportunidade de conversar sobre coisas de sua terra. Sempre amável e solícita, compartilhava das alegrias da família, contribuindo para tudo com seus préstimos”.³⁰⁴ Era ela, por exemplo, quem marcava as meias do filho mais velho e bordava suas iniciais em seus lenços.

Nesse sentido, ao mesmo tempo que Mademoiselle é como uma irmã para elas, seu lugar de trabalhadora dentro da dinâmica familiar é evidenciado. Em *A pianista*³⁰⁵, de Machado de Assis, temos uma forma de tratamento em relação à professora de piano Malvina, por parte da família do patrão, semelhante a esta. No conto, a jovem de 22 anos, era uma mulher que utilizava das aulas para sustentar sua pobre e velha mãe, pois seu pai falecera e

³⁰⁰ BARROS, 1998, p. 11.

³⁰¹ Ibid, p. 12

³⁰² Ibid.

³⁰³ Ibid.

³⁰⁴ Ibid, p. 57

³⁰⁵ ASSIS, Machado de. *A pianista*. Publicado originalmente em Jornal das Famílias (1866). Disponível em: http://www.portugues.seed.pr.gov.br/arquivos/File/leit_online/machado18.pdf. Acesso em: 17 fev. 2024.

seu irmão abandonara a família após a morte do progenitor. Logo, Malvina se tornou a única fonte de renda de sua casa. Exercia a profissão com tanto esmero que era muito estimada pelas famílias, sendo convidada para jantares e saraus. "Não só como pianista, mas ainda como conviva elegante e simpática, sendo que ela sabia pagar com a mais perfeita distinção as atenções de que era objeto"³⁰⁶. Uma das famílias para quem Malvina trabalhava em 1850 era a de Tibério Gonçalves Valença. O pai de Tibério, Brasília Gonçalves Valença, tinha alguma influência na capital no final dos setecentos. Exercendo cargos administrativos, ele adquiriu "a simpatia dos referidos funcionários e uma decidida vocação para adorar tudo quanto respirava nobreza de duzentos anos para cima".³⁰⁷ Foi nestas tradições que Tibério foi educado, buscando depois transmitir estes ideais para seus filhos.

Contudo, seu filho, Tomás Valença, não partilhava das mesmas concepções do pai e nem do avô. Já sua irmã, Elisa Valença, "teve de comprimir os impulsos do coração para não contrariar as idéias acanhadas que Tibério Valença lhe introduzira na cabeça".³⁰⁸ Malvina era a professora de piano de Elisa. Estando na casa havia três meses, tinha a afeição da família Valença e ainda mais da jovem, que não tinha mãe e irmãs, compartilhando com a pianista seus segredos mais profundos. Tomás Valença assistia às aulas da irmã e de conversa em conversa acabou convicto de que amava a professora. "Malvina, que até então se conservara isenta de paixões, não pôde resistir a esta. Amou perdidamente o rapaz".³⁰⁹

Contudo, certo dia Tibério Valença percebeu a troca de olhares entre o filho e a pianista. Indignado, despediu Malvina e exigiu explicações de Tomás. "Quem lhe deu o direito de me andar namorando a filha de um rábula?".³¹⁰, perguntou Tibério, acrescentando que a modéstia era "como uma rede que ela arma para apanhar um casamento rico".³¹¹ Neste instante ele dá um ultimato para Tomás, fazendo-o escolher entre a fortuna da família ou a pianista. Diante disso, nos chama atenção que Malvina ao ocupar o cargo de professora consegue de certa forma elevar seu prestígio social, sendo convidada para vários saraus e jantares. Isso era não incomum para as professoras nos oitocentos, dado que, eram profissionais conhecidas por todos. Sendo educadoras das novas gerações "costumavam ser bastante estimadas pelas famílias locais. Era bem frequente que essas professoras também tomassem parte nas sociabilidades cívicas e religiosas de suas vilas e cidades."³¹² Todavia,

³⁰⁶ Ibid, p. 1.

³⁰⁷ Ibid, p. 2.

³⁰⁸ Ibid, p. 4.

³⁰⁹ Ibid.

³¹⁰ Ibid, p. 5.

³¹¹ Ibid.

³¹² MELO, 2023, p. 199.

quando Malvina se apaixonou por um dos membros das famílias para a qual trabalhava, sua condição social se tornou um empecilho. Ou seja, ela era boa o bastante para ir a inúmeras festividades e sentar com eles em jantares, mas não era boa o bastante para ser um deles. Ela era uma trabalhadora, filha de uma pobre viúva e de um pai que não tinha carta para exercer a profissão de advogado, um rábula.

Voltando para a casa de Maria, questionamos a situação das professoras, como Mademoiselle, que tinham a casa do patrão como sua própria casa. Elas eram estimadas, como a personagem Malvina, de Machado de Assis, pela família e em especial pelas suas alunas, que chegavam a contar segredos. Porém, aquela moradia seria seu lar? Se não fosse tão solícita, seria ainda considerada como da família? Ademais, temos que levar em consideração que Mademoiselle era uma professora estrangeira, além de morar em uma casa que não era sua, estava distante de sua terra natal. No livro de Maria, esta professora aparece visitando os imigrantes que trabalhavam para o pai da paulista, “divertia-se, entrando nas casas e dando aos colonos o prazer de conversar com ela em alemão. Visitava os doentes, levava-lhes remédios, pequenos presentes e roupinhas aos recém-nascidos”.³¹³ Ela era “muito estimada por esses alemães. Conhecia-os quase todos pelos nomes, interessando-se por suas vidas, trabalhos e necessidades”.³¹⁴

Esta prática de contratar professoras estrangeiras, também chamadas de preceptoras ou governantas, não era incomum para a elite oitocentista. Vale ressaltar que entre os viajantes das últimas décadas do século XIX, que buscavam recomeçar a vida em algum lugar desconhecido e manter uma vida material próxima àquela que estavam acostumados, encontravam-se inúmeras mulheres. Advindas de vários países, algumas realizavam a viagem sendo solteiras ou sem companhia masculina, quando chegavam em seu destino, como por exemplo, o Rio de Janeiro, procuravam a docência. Pois, além de serem um dos poucos ofícios neste período aceitos e apreciados para mulheres ocuparem, detinha possibilidade de sustento para aquelas que não possuíam nenhum talento, mas que já haviam frequentado colégios europeus. O fato delas falarem francês, seja porque eram francesas ou porque era um idioma dominante no continente europeu, era muito apreciado pelas famílias que as contratavam.³¹⁵ Nesse sentido, as filhas de proprietários de terras tinham como suas professoras mulheres estrangeiras, além de Maria Barros, como já abordado, isso ocorreu

³¹³ BARROS, 1998, p. 102.

³¹⁴ Ibid.

³¹⁵ VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. Preceptoras estrangeiras para educar meninas nas casas brasileiras do século XIX. *Rev. Cadernos de História da Educação*, v.17, n.2, p.285-308, mai. - ago. 2018. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/43282/22588>. Acesso em: 14 out. 2024.

também com a paulista Brazilia Lacerda. Em suas memórias, narra que quem ensinou os filhos a ler, escrever e contar foi a mãe, mas foi a professora alemã Fraulein Walsman que ensinou as crianças “português, francês, aritmética, geografia, história universal, história santa; piano, e ainda trabalhos de agulha”.³¹⁶

Assim como Maria, aponta que os pais tratavam a professora com muita bondade e consideração, chegando a ganhar “quatro contos por ano, livros, viagens, passadio, tudo por conta de papai. Tinha um bom quarto, uma sala para dar as aulas e um terraço com bonita vista”.³¹⁷ Conta ainda que teve outras professoras, uma delas, Elvira von Bragdorf, era uma jovem muito bonita, contudo, não era muito boa para ensinar e ficou poucos meses. Outra, era uma velhinha boazinha, Fraulein Josefine, porém, a melhor mesmo foi Fraulein Pauline Perger, esta já tinha morado 20 anos no Rio de Janeiro, lecionando para os filhos do conselheiro Lafayette, assim como para os filhos do barão de São Clemente. Chamamos atenção em como Brazilia vislumbra que os pais eram caridosos, porque pagavam o salário da professora, além dela desfrutar de um ótimo quarto em casa. Percebemos também que suas professoras eram mulheres europeias, sendo um pré-requisito importante, assim como para quem elas já haviam lecionado, Perger, por exemplo, já havia dado aulas para filhos do barão e do conselheiro. Vale destacar que Brazilia era bisneta de visconde e neta de barão, nesse sentido, parece que até mesmo a escolha de professoras para os filhos ficava dentro do mesmo círculo social.

Vale ressaltar que as casas de caridade brasileiras, a partir de 1870, tiveram como objetivo educar meninas órfãs para o magistério, contudo, as classes dominantes terão preferência não por essas professoras, mas, como já vimos, pelas preceptoras estrangeiras, sobretudo, europeias. Esta opção da elite pela escola privada e o desmerecimento da pública deve-se ao “preconceito em relação aos trabalhadores além do desejo de garantir formas educacionais diferenciadas para a manutenção de uma divisão nítida entre os privilegiados e os despossuídos. Elite de um lado e ‘povo’ do outro”.³¹⁸ Já em relação às professoras, levando em consideração as condições de trabalho, tanto o ensino público, quanto o privado, eram fragilizadas nos oitocentos. Contudo, as professoras do ensino público funcionalizadas detinham do amparo estatal para licença e aposentadorias.³¹⁹ Sobre as licenças, elas não eram

³¹⁶ LACERDA, 2020, p. 25

³¹⁷ Ibid.

³¹⁸ BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar*. 1993. 383 f. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993, p. 253 - 254.

³¹⁹ MELO, Jeane Carla Oliveira de. *Entre o magistério feminino oitocentista e a escrita da história na escola primária: a trajetória letrada da mestra Herculanina Firmina Vieira de Sousa (1840-1880)*. 2023. 449 f. Tese

incomuns, nas páginas do jornal *Minas Geraes: órgão oficial dos poderes do Estado*,³²⁰ temos em uma única página inúmeras delas, em geral, de professoras. Maria Eugenia de Carramanhos, professora de S. João del Rei, pediu três meses para tratar da saúde, assim como a professora da cadeira do Bom Jardim, Maria Izabel de Carvalho. Já Luiza Benta de S. José Pereira e Bemvinda Esmeralda de Paiva, solicitaram 60 e 30 dias, respectivamente, de licença por motivos de saúde.

Ficar doente em serviço ou ter sua saúde prejudicada justamente por causa dele foi algo constante no ofício docente nos oitocentos. Concordamos com Simões, Salim e Tavares que "diante de um quadro de admoestação governamentais, de baixos ordenados, de condições pedagógicas inadequadas, muitas vezes o pedido de licença - médica poderia ser pensado como um ato de resistência".³²¹ Nesse sentido, estas solicitações podem ser entendidas como uma estratégia do corpo docente em manter sua própria saúde que, além das questões citadas, enfrentavam também as dificuldades da profissão. Exemplo disso são aquelas já apontadas por Helena que fizeram com que ela desistisse do ofício: preparar aula, ter estratégias com a turma, que naquele momento tinham idades variadas, lidar com indisciplina, manter a atenção dos discentes, tudo isso demanda muito do professor chegando a levá-lo a um esgotamento mental. Vale ainda ressaltar que estamos falando de professoras, nesse sentido, não podemos desconsiderar o recorte de gênero e a dupla jornada enfrentada por elas, que além de sua profissão, cuidavam dos trabalhos domésticos. Assim como é importante salientar que muitas dessas docentes eram mães, como o caso já comentado da professora de piano da prima de Helena Morley, aumentando ainda mais a carga de afazeres realizados por elas.

Essas dificuldades enfrentadas por elas foram utilizadas como argumentos válidos para afirmar que a docência não deveria ser ocupada por mulheres. Isso ocorre, por exemplo, na reflexão de Gustavo Le Bom, sob o título "Revista científica - A psicologia das mulheres e os efeitos de sua educação atual", na qual o autor alega que o homem, por causa de sua natureza dispõe de rigor físico, o que possibilita que o mesmo escape dos efeitos do excesso de trabalho intelectual, coisa esta que não ocorre com as mulheres.³²² Acrescenta ainda que

(dourado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023.

³²⁰ Parte Oficial - Quarta secção. *Minas Geraes: órgão oficial dos poderes do Estado*. Ouro Preto, 29 de abril de 1894.

³²¹ SIMÕES, R. H. S.; SALIM, M. A. A.; TAVARES, J. X. Formas de adoecimento de professores capixabas no século XIX: diálogos com o passado no presente. In: BARROS, M. E. B.; HECKERT, A. L. C.; MARGOTO, L. (Org.). Trabalho e saúde do professor: cartografias no percurso. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 234 apud MELO, 2023.

³²² LE BOM, Gustavo. Revista científica - A psicologia das mulheres e os efeitos de sua educação atual. *Minas Geraes, organ official dos poderes do Estado (MG)*, 23 de junho de 1892.

existem duas classes de mulheres, aquela que só possui a instrução elementar das mães, carregando consigo a doçura, o encanto e a modéstia. Já a outra encontra-se sobrecarregada de diplomas e saturada de ciência, “nada lhe falta, nem beleza, nem fortuna, nem um marido superior e dedicado. Entretanto, queixa-se sempre amargamente da vida, dos homens e da sociedade”.³²³ Há neste trecho a concepção de que a mulher intelectual é infeliz e sobrecarregada, sendo que, muito disso é devido a sua “natureza feminina” que não suporta o fardo deste ofício.

O autor chega a reconhecer que a instrução das meninas pode dotá-las “de meios de existência para uma época em que ela se ache no mais forte da luta, em que muitas vezes deve manter-se a si própria e às vezes trabalhar para sustentar a própria família”.³²⁴ É com essa ideia em mente que, segundo o autor, as meninas pobres sacrificam seus anos de beleza nos estudos. Já “para as mulheres fora do casamento - que parece fugir-lhes de mais em mais, à proporção que se vão tornando sábias”³²⁵, não existe outra profissão a não ser a do ensino. Todavia, afirma que os diplomas não concedem a elas o fim desejado, dado que, é uma carreira com muita concorrência. Vale ainda ressaltar que Gustavo Le Bon enxerga dentro da carreira docente, a educação na infância como o lugar mais apropriado para a mulher, devido sua própria natureza de cuidadora, ao passo que, o homem nada serve para esta etapa. No momento em que o aluno vai para o ensino secundário, “todos os dons naturais da mulher tornam-se inúteis [...] Sua influência moral pode ser ainda útil seguramente, mas a sua missão de professora deve cessar”.³²⁶ A associação entre maternidade e magistério não foi algo exclusivo do autor, a partir da metade dos oitocentos esta ideia era utilizada, inclusive, por professoras para defender sua presença na profissão.

Contudo, o argumento de que ir contra a permanência de mulheres no magistério seria ir contra a própria natureza, que concedia a elas senso de ternura, dificultou ainda mais a luta por melhores condições de trabalho. Afinal, se o magistério era uma extensão da maternidade, elas deveriam exercer a profissão com carinho e total dedicação, como determinava a natureza, a reivindicação por salário seria quase que dizer que amor maternal se cobra, ao invés de ser incondicional. Isto posto, exercer o magistério no século XIX era estar em um campo cheio de ambiguidades, os professores não deviam ser intelectuais, mas tinham que ter um ótimo acervo de conhecimento; deveriam manter relações com os grupos sociais,

³²³ Ibid.

³²⁴ LE BOM, Gustavo. Revista científica - A psicologia das mulheres e os efeitos de sua educação atual. *Minas Geraes, orgam official dos poderes do Estado (MG)* 27 de junho de 1892.

³²⁵ Ibid.

³²⁶ LE BOM, Gustavo. Revista científica - A psicologia das mulheres e os efeitos de sua educação atual. *Minas Geraes, orgam official dos poderes do Estado (MG)*, 7 de julho de 1892.

contudo, sem privilegiar ninguém; não deveriam ter uma vida miserável, mas também não podiam ostentar; não executavam seu trabalho com independência, porém, era útil que tivessem autonomia.³²⁷ Enfim, era uma profissão, “apresentada pela má remuneração e, ao mesmo tempo, pelo prestígio intelectual e social”.³²⁸ Todavia, para as professoras, existia ainda as nuances ligadas ao gênero, elas não eram mães de seus alunos, mas tinham que agir com ternura maternal e, ao mesmo tempo, serem profissionais.

3) Trabalho manual e/ou casamento: alternativas para mulheres instruídas e sem fortuna, para além de educadora da primeira infância

Como já dito, o magistério apresentava como possibilidade para as mulheres no século XIX, contudo, diante das grandes dificuldades da carreira, Le Bom, por exemplo, salienta que esta profissão não era a única carreira que elas estavam aptas para seguir. Segundo ele, “as mulheres são peritas em todas as artes industriais que requerem destreza e não força [...] Em vez de procurar multiplicar os liceus de meninos, dever-se-iam multiplicar as utilíssimas escolas profissionais”.³²⁹ Pois, com elas, “as profissões manuais ou semi-manuais, para as quais são tão aptas as mulheres, deixariam de ser uma desmoralização para as meninas bem educadas, porém sem fortuna”.³³⁰ Ademais, se as meninas pobres pudessem ter uma educação que fosse sólida, porém ao mesmo tempo modesta, os homens considerariam o matrimônio menos dispendioso e menos arriscado. Podemos perceber por meio destes trechos que a mulher estudada era antônimo de casamento, tê-las como esposa era, para muitos homens, um risco. Porém, nos chama atenção, nas alternativas que Gustavo Le Bom oferece como profissões para as mulheres, frisando que as atividades manuais são consideradas possibilidades, especialmente para as meninas pobres. Para elas, os estudos deveriam ser apenas modestos, o trabalho braçal parece ser o local mais indicado para o autor para estas moças. Para tal, reforça a necessidade da criação de escolas profissionais, pois é um estudo voltado para o mundo do trabalho.

Em Diamantina, cidade de Helena Morley, esta ideia foi colocada em prática com a Fábrica de Tecidos do Biribiri. Tendo se destacado pela exploração aurífera e de diamantes, esta cidade mineira se tornou nos oitocentos a Metrópole do Norte, além disso, foi escolhida

³²⁷ NÓVOA, 1999, p.18 apud MELO, 2023, 108 - 109.

³²⁸ SCHUELER, 2002, p.151 apud MELO, 2023, 263.

³²⁹ LE BOM, Gustavo. Revista científica - A psicologia das mulheres e os efeitos de sua educação atual. *Minas Geraes, orgam official dos poderes do Estado (MG)*, 7 de julho de 1892.

³³⁰ Ibid.

pela Igreja Católica como sede da cidade episcopal, sendo nomeado como Bispo, Dom João Antônio dos Santos. O religioso, pertencente a uma família que teve fortuna proveniente de negócios minerários, almejou a modernidade na região. Além de abolicionista, era um empreendedor social, assim que assumiu, por exemplo, formou duas instituições que visavam a formação moral e a instrução, o Colégio Ateneu São Vicente de Paulo, para a formação de meninos e o Colégio Nossa Senhora das Dores, para a formação de meninas. O último, além de receber as moças de famílias da elite, atendia em seu anexo as meninas que eram órfãs, sem fortunas. Ainda nos empreendimentos do Bispo, foi fundada em 1877 a Fábrica de Tecidos do Biribiri, conhecida também como a Fábrica do Bispo. Tendo como sócios o major Antônio Felício dos Santos, o jurista Joaquim Felício dos Santos, ambos irmãos do Bispo, o médico Antônio Felício dos Santos e o capitão João Felício dos Santos, sobrinhos do religioso, a fábrica foi construída a cerca de 13 quilômetros de Diamantina. Cercada por colinas, tinha como um dos motivos para sua implantação amparar as jovens órfãs que estudavam no Colégio Nossa Senhora das Dores.³³¹ Assim, a vila operária contava com um dormitório para as operárias solteiras, chamado de Convento, uma escola, capela e uma casa grande onde ficavam os donos da fábrica.

A figura do Bispo, assim como sua fábrica e as operárias, aparece no livro de Helena Morley. A casa de sua avó, por exemplo, ficava perto da Igreja do Rosário, o que fez com que o Bispo, vendo que ela era gorda e pesada, concedeu licença para que ela ouvisse a missa na janela do quarto, já para comungar, o padre levava a comunhão para ela. A proximidade da família de Morley com a do Bispo, fez com que ela ficasse três dias em Biribiri, local da fábrica. Tendo passado lá três dias, Helena os descreve como de gozo completo, chegando a afirmar que “não teria pressa de ir para o céu se morasse em Biribiri. Não acredito que no céu se possa ter melhor vida do que ali. Quando eu volto de lá fico com o lugar e as pessoas na cabeça muito tempo”.³³² Conta ainda que esteve conversando com Dona Mariana e o Major Antônio Felício, cunhada e irmão do Bispo, respectivamente, sobre a grande felicidade que elas possuíam por terem conseguido aquela terra.

Ali, segundo Helena, “a família toda é empregada [...] Matam boi de manhã e os pedaços melhores vão para as casas dos filhos e para a casa-grande, que é onde mora Dona Mariana. O resto vai para o pessoal da fábrica.”³³³ Notamos aqui o contraste entre as posições

³³¹ BORGES, Kátia Franciele Corrêa. *Fiar, tecer e rezar: a história das mulheres na Fábrica de Tecidos do Biribiri (1918-1959)*. 175 f. 2019. Tese (doutorado em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora. 2019.

³³² MORLEY, 2016, p. 53.

³³³ Ibid.

sociais entre a família do Bispo e os funcionários da fábrica, para os últimos são dirigidos os restos da casa grande. Na visita que Helena faz, narra que o religioso ficava na cabeceira da mesa de cabeça baixa, enquanto Guily coloca os alimentos em seu prato, indicando assim, a posição central que Dom João exercia naquele ambiente. Aponta ainda que nos outros espaços da casa ficam os hóspedes e a família, já à noite, as moças da fábrica, “brincam de roda e de tudo que querem. O lugar onde elas dormem é uma casa comprida chamada Convento”.

³³⁴Biribiri aparece em Morley como um lugar idílico, de lazer, no qual, há fartura e pomares, ao mesmo tempo, é também um espaço de trabalho, sobretudo para as meninas órfãs do Colégio Nossa Senhora das Dores.

Este colégio tinha a função de preparar as meninas órfãs para a vida, "se não fazendo professoras diplomadas, pelo menos dando-lhes um preparo para futuras mães e donas de casa."³³⁵ Nesta instituição, para além da educação religiosa e do casamento, "as alunas e órfãs [...] poderiam ser encaminhadas para trabalhar na Fábrica do Biribiri, local que tornou-se exemplo de vida comunitária feminina."³³⁶ O local visitado por Helena Morley, adquiria mais característica de moralização dos costumes do que necessariamente de unidade produtiva, pelo menos entre as décadas de 1870 e 1890.³³⁷ Em vista disso, o casamento tinha certa centralidade na fábrica também, Dona Mariana, por exemplo, cunhada do Bispo e responsável por administrar as operárias, promoveu o matrimônio de 97 órfã-operárias.³³⁸ Já em 1895, de acordo com o periódico *Minas Gerais, órgão oficial dos poderes do Estado (MG)*³³⁹, é criada a escola noturna feminina na Fábrica do Biribiri. A ideia deste tipo de instrução não era incomum em fábricas brasileiras nos oitocentos, Cristiane Furtado³⁴⁰, por exemplo, ao analisar a Companhia Têxtil Brasil Industrial, na segunda metade do século XIX, aponta que a mesma contava, além da capela, com escola noturna para os aprendizes, tanto meninos, quantos meninas. Percebemos, assim, que existia uma educação voltada para o trabalho para os operários.

³³⁴ MORLEY, 2016, p. 53.

³³⁵ MOURÃO, 1959m p. 277 apud SOUSA, Gabriela Marques de. Entre diamantes e cascalhos: a Escola Normal de Diamantina. 2021. 387 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2021, p. 114.

³³⁶ SOUSA, 2021, p. 114.

³³⁷ MARTINS, 2014, p. 312 apud SOUSA, 2021, p. 115

³³⁸ BORGES, 2019, p. 52

³³⁹ *Minas Geraes, organ official dos poderes do Estado (MG)*, 7 de junho de 1895.

³⁴⁰ FURTADO, Cristiane Silva. A Gigante Brasil Industrial: herança e modernidade no Vale Paraíba Fluminense; a Fábrica Paracambi na segunda metade do século XIX. *Rev. Espaço e Economia*, ano VI, n. 12, 2018.

Disponível em: file:///C:/Users/Windows%2010/Downloads/espacoeconomia-3175.pdf. Acesso em: 15 out. 2024.

Em relação ao matrimônio, além de configurar como um dos pontos centrais para as trabalhadoras da Fábrica do Biribiri no projeto empreendido pelo Bispo, ele também aparece como uma alternativa nos planos de Helena Morley em substituição ao magistério. A jovem narra que Júlia, a professora de Bom Sucesso, sempre “que encontrava mamãe, dizia: ‘Estou só guardando a escola para Helena. Desejo sair daqui para um lugar mais adiantado’”.³⁴¹ Com isso em mente, ela já esboçava como seria o futuro da família, o pai “continuava minerando; a casa ele vendia e punha um negócio aqui para Nhonhô; Renato, assim que tirasse o título, podia ir para longe da escola, porque é homem”.³⁴² Já a mãe e a irmã, “ficavam com o serviço da casa e criando galinhas, e eu na escola”.³⁴³ Contudo, certo dia, Júlia conta para a mãe de Helena que os planos da menina iam por água abaixo, pois ela iria se casar em breve e já tinha arrumado uma substituta, vaga esta, que seria de Morley. Ao escutar isso, a menina responde que “também não tenho esperança de tirar meu título tão cedo, Júlia. Se no primeiro ano já encalhei, avalie nos outros”.³⁴⁴ Acrescenta ainda que ninguém sabe o futuro ““quem sabe se eu também, quando ficar moça, não vou encontrar, como você, um rapaz de quem eu goste e não vou ter precisão de dar escola?””. Júlia disse: ‘Isto é que vai ser o mais certo.’”³⁴⁵

Chamamos atenção para este trecho em como o magistério parece ser antônimo do matrimônio, como se a mulher, após o casamento, tivesse que decidir entre a carreira ou o lar. Sobre isso, Louro aponta que esta imagem de professoras, como mulheres celibatárias, foi “muito adequada para fabricar e justificar a completa entrega das mulheres à atividade docente, serve para reforçar o caráter de doação e para desprofissionalizar a atividade”.³⁴⁶ Nesse sentido, a “boa professora estaria muito pouco preocupada com o seu salário, já que toda a sua energia seria colocada na formação de seus alunos e alunas”.³⁴⁷ Eles sim, seriam sua família e o ambiente escolar deveria ser o seu lar. “De certa forma, essa mulher deixa de viver sua própria vida e vive através de seus alunos e alunas; ela esquece de si”.³⁴⁸ Júlia optou pelo casamento, assim como Helena Morley, que se casaria cinco anos depois do término de seu diário com seu primo Augusto Mário Caldeira Brant.

³⁴¹ MORLEY, 2016, p. 116.

³⁴² Ibid.

³⁴³ Ibid.

³⁴⁴ Ibid.

³⁴⁵ Ibid.

³⁴⁶ LOURO, 2004, p. 466 apud SEVERO, Renata Ferreira. *Mulheres professoras: performando a autoridade no matriarcado da educação*. 2022. 53 f. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Artes) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Porto Alegre, p. 17. 2022.

³⁴⁷ Ibid

³⁴⁸ Ibid

Já sua amiga, Edésia Corrêa Rabello, acaba escolhendo ser professora e não se casa. Helder Pinto³⁴⁹ aponta que Mourão³⁵⁰ “ao realizar uma pesquisa genealógica da família Corrêa Rabelo da qual ele é descendente, não consumiu muito fôlego para descrever a biografia de Edésia”. Apenas resumiu a mineira em “professora aposentada, solteira”³⁵¹, o autor frisou ainda que ela trabalhou por muito tempo nesta profissão, mas nunca se dedicou ao matrimônio. Helder Pinto chama atenção pelo fato de Mourão ter ignorado o lado escritora de Edésia, não mencionando que a mesma publicou em 1966 um livro de memórias intitulado *Lá em casa era assim...* Diante disso, podemos notar que ser professora nos oitocentos e no século XX, período em que o autor faz comentários sobre Edésia, é ser constantemente associada ao seu *status* civil, mais inclusive do que suas próprias conquistas profissionais. Edésia, além de ter escrito suas memórias, também participou de discussões pedagógicas, chegando a publicar em 1929 na *Revista do Ensino*³⁵² reflexões sobre a História. Contudo, tudo isso foi deixado de lado ao falarem sobre sua vida, nos mostrando que além das dificuldades em relação ao magistério, como salários e condições de trabalho, as professoras nos oitocentos sofriam estigmas que as anulavam enquanto pensadoras e escritoras. Isto posto, a escolha pela carreira docente significava mais do que uma escolha de profissão, mas da própria vida. Tendo que optar muitas vezes pelo magistério ou casamento, esta decisão iria definir o modo como elas seriam vistas, tratadas e lembradas.

³⁴⁹ PINTO, Helder de Moraes. *Entre a casa e a rua: uma história da mocidade de Diamantina - MG no final do século XIX*. 2015. 418 f. Tese (doutorado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

³⁵⁰ MOURÃO, 1980, apud PINTO, 2015, p. 54.

³⁵¹ Ibid.

³⁵² RABELLO, Edésia Corrêa. Outra vez da História. In: *Revista do Ensino*. Anno 4, n. 34. 1929.

Considerações finais

Acompanhamos ao decorrer da pesquisa as memórias de quatro mulheres: Maria Paes de Barros, Floriza Barboza Ferraz, Brazilia Oliveira de Lacerda e Helena Morley. Mulheres que aparentemente não tinham muito em comum, a não ser o fato de escreverem suas lembranças de infância e juventude na velhice, ou no caso de Helena, ter o desejo de publicar seu diário já mais velha. Contudo, ao avançar na análise fomos percebendo que elas compartilhavam um lugar social em comum, eram filhas e/ou netas de fazendeiros e proprietários de escravizados. Além disso, escrevendo sobre os oitocentos, estas autoras que organizaram suas memórias já no século XX, constroem certa imagem do passado. Repletas de saudades do mesmo, estas obras visualizam este tempo como um período de bonança. Nos trechos aqui trabalhados, notamos a importância que a família assume nessas experiências, destacando o papel dos pais e das crianças. Assim como a unidade familiar patriarcal e senhorial nos apresentada como estável, sendo pouco afetada pelas mudanças na segunda metade do século XIX. Dessa forma, as crianças corriam felizes pelos pomares, dividindo seu tempo na sala de estudos e se divertindo nas brincadeiras.

Porém, esse espaço idílico era afetado pelas cenas de escravidão, por mais que os pais das autoras procurassem isolá-las dessas imagens. As histórias de escravizados fugidos, os castigos, o grito, a resistência daqueles trabalhadores chegavam até as autoras. Nesse sentido, fomos percebendo que, por mais que as obras não tivessem como objetivo registrar como havia sido essa instituição no século XIX, a escravidão aparece de forma tão recorrente, sendo, inclusive, um marcador temporal para nos localizarmos nos textos. Ademais, com o seu fim, significou também o desmoronamento das fortunas das escritoras aqui pesquisadas, dessa maneira, as lembranças sobre os processos da escravidão, de como eram os senhores e senhoras, aparecem de forma atenuada. Algumas das memorialistas, foram, inclusive, senhoras de escravizados e patroas, vislumbrando a escravidão como um destino inevitável dentro da história humana.

Discutimos também que as escritoras não tinham como sonho o casamento, queriam ser literata, freira ou professora. Por inúmeras circunstâncias acabaram optando pelo matrimônio, contudo, vimos por meio de suas memórias que estes desejos por estas profissões nunca foram esquecidos. Estas carreiras podiam significar, no oitocentos, maneiras pelas quais as mulheres poderiam ter liberdade financeira, assim, analisamos com mais cuidado uma delas, o magistério. Não foi o caminho percorrido pelas autoras, todavia, este trabalho considera suas obras como pertencentes à literatura, salientando seus papéis no ofício da

escrita. Legada à margem, esta escrita sobre a vida de mulheres muito tem a acrescentar ao debate historiográfico, sendo construtora de memórias dos oitocentos e início do século XX. Procuramos nesta pesquisa discutir a importância destas autoras sem canonizá-las ou torná-las vilãs, mas apontando as ambivalências e nuances de suas vidas, não esquecendo o lugar social delas enquanto mulheres brancas da elite.

Isto posto, ressaltamos que há muito o que se pesquisar sobre as memórias de Maria, Floriza, Brazilia e Helena. Muito pode ser discutido sobre a forma como elas recordam sobre a escravidão, por exemplo. Além disso, há uma ampla possibilidade na discussão sobre o magistério, inclusive, trazendo para a análise memórias de professoras como Ina von Binzer e a amiga de Helena Morley, Edésia Rabello, que ao contrário de sua conterrânea é pouco lembrada enquanto escritora. Enfim, este trabalho é um pontapé inicial para se pensar inúmeras memórias de mulheres.

Fontes

A evolução de São Paulo através de sua evolução agrícola - brilhante conferencia do Dr. J. de Melo Moraes, secretário da agricultura. *Correio Paulistano*, São Paulo, 19 dez. 1943.

ALMEIDA, Júlia Lopes de. *Memórias de Martha*. Sorocaba: Casa Durski, 1889.

ASSIS, Machado de. *A pianista*. Publicado originalmente em *Jornal das Famílias* (1866). Disponível em: http://www.portugues.seed.pr.gov.br/arquivos/File/leit_online/machado18.pdf. Acesso em: 17 fev. 2024.

BARROS, Maria Paes de. *No tempo de Dantes*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

Biscates. *Diário de Minas: propriedade de uma Associação Anonyma (MG)*, 28 de abril de 1899.

Conselhos às Sras, casadas e por casar. *O Monitor Macahense: jornal político, literário, comercial e agrícola*, 5 nov. 1869.

Correio paulistano, São Paulo, 13 de dez. 1951.

FERRAZ, Floriza Barboza; SOUZA, Marina de Mello e (posfácio). *Páginas de recordações: memórias*. 1. ed. São Paulo: Chão Editora, 2020.

H. Instantâneos da Cidade. *Correio Paulistano*: São Paulo, 10 de mar. 1940.

Jornal do Commercio, 20 jan. 1857.

Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 3 jan. 1850.

LACERDA, Brazilia Oliverida de; CALDEIRA, Jorge (posfácio). *Dias ensolarados no Paraizo: memórias*. São Paulo: Chão editora, 2020.

LE BOM, Gustavo. Revista científica - A psicologia das mulheres e os efeitos de sua educação atual. *Minas Geraes, orgam official dos poderes do Estado (MG)*, 23 de junho de 1892.

LE BOM, Gustavo. Revista científica - A psicologia das mulheres e os efeitos de sua educação atual. *Minas Geraes, orgam official dos poderes do Estado (MG)*, 27 de junho de 1892.

LE BOM, Gustavo. Revista científica - A psicologia das mulheres e os efeitos de sua educação atual. *Minas Geraes, orgam official dos poderes do Estado (MG)*, 7 de julho de 1892.

Minas Geraes, orgam official dos poderes do Estado (MG), 7 de junho de 1895.

Mineração do Diamante. *Gazeta de Notícias*, 12 de julho de 1894.

Parte Oficcial - Quarta secção. *Minas Geraes: orgão official dos poderes do Estado*. Ouro Preto, 29 de abril de 1894.

Se você me pergunta: que são 'males da época' e quais são os males da época atual? *Correio paulistano*: São Paulo, 16 de ago. 1951.

SODRE, Nelson Werneck. Miscelanea. *Correio Paulistano*, 21 de mar. 1947.

Uma historiadora: a margem da "História do Brasil", de Maria Paes de Barros. Página literária. *A Gazeta*: São Paulo, 29 ago. 1933.

Referências bibliográficas

- BARROS, Adeliana Alves. *O cemitério dos vivos: a experiência manicomial de Lima Barreto*. 2016. 170f. – Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em História, Fortaleza (CE), 2016.
- BARSTED, Leila Linhares. Permanência ou mudança? O discurso legal sobre a família. In: ALMEIDA, Angela Mendes de (org); CARNEIRO, Maria José (org); PAULA, Silvana Gonçalves de (org). *Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade*. Rio de Janeiro: Coedição Espaço e Tempo e Editora da UFRJ, 1987.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar*. 1993. 383f. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.
- BONOMO, Juliana Resende. *O que é que a quitandeira tem?: um estudo sobre a memória e a identidade das quitadeiras de Minas Gerais*. 2014. 126 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (2003), Rio de Janeiro, 2014.
- BORGES, Kátia Franciele Corrêa. *Fiar, tecer e rezar: a história das mulheres na Fábrica de Tecidos do Biribiri (1918-1959)*. 2019. 175 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019.
- BORGES, V. P. Uma mulher e suas emoções: o diário de Eugénie Leuzinger Masset (1885-1889). *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 19, p. 113–143, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644582>. Acesso em: 3 fev. 2024.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembrança dos velhos*. 3º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- CARNEIRO, Deivy Ferreira. Mulheres honestas e que a todos tratam bem: relações de gênero e violência verbal em Juiz de Fora (Minas Gerais). *Rev. Ler História*, 62, p. 87 - 99, 2012.
- DE FREITAS, F. V. As negras quitadeiras no Rio de Janeiro do século XIX pré-republicano: modernização urbana e conflito em torno do pequeno comércio de rua. *Rev. Tempos Históricos*, v. 20, n. 1, p. 189 - 217, 2016, Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/13837>. Acesso em: 7 maio. 2024.
- ESTACHESKI, Dulceli de Lourdes Tonet. “Mulher pública” e “mulher honesta”: moralidade e honra no final do século XIX e início do século XX. In: *XV ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA - OFÍCIO DO HISTORIADOR: ENSINO E PESQUISA*, XV, 2012, Rio de Janeiro. Anais eletrônicos [...] Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: https://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1331648386_ARQUIVO_odulceliltestacheski.pdf. Acesso em: 10 set. 2024.
- FARIAS, Juliana Barreto. De escrava a Dona: a trajetória da africana mina Emília Soares do Patrocínio no Rio de Janeiro do século XIX. *Revista de História*, v. 18, n.2, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20607>. Acesso em: 08 ago. 2024.

FERRARO, Marcelo Rosanova. *A arquitetura da escravidão nas cidades do café, Vassouras, século XIX*. 2017. 272 f. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

FURTADO, Cristiane Silva. A Gigante Brasil Industrial: herança e modernidade no Vale Paraíba Fluminense; a Fábrica Paracambi na segunda metade do século XIX. *Rev. Espaço e Economia*, ano VI, n. 12, 2018. Disponível em: file:///C:/Users/Windows%2010/Downloads/espacoeconomia-3175.pdf. Acesso em: 15 out. 2024.

GOMES, Ângela de Castro. Escrita de si, escrita da história: a título de prólogo. In: GOMES, Ângela de Castro (org). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: ed. FGV, 2004.

LEJEUNE, Philippe. *O pacto autobiográfico: de Rousseau à Internet*. Editora, UFMG. Belo Horizonte, 2008.

LUIS, Marilda Sarmiento. *O Diário de Anne Frank: a narrativa do cotidiano na construção de uma memória histórica*. 2019. 68f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em História) - Centro de Formação de Professores, Universidade Federal de Campina Grande. Cajazeiras, 2019.

MACHADO, 2018, p. 329 apud HAACK, Marina Camilo. *Sobre silhuetas negras: experiências e agências de mulheres escravizadas (Cachoeira, c. 1850 - 1888)*. 2019. 229 f. Dissertação (mestrado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2019.

MALUF, Marina. *Ruídos da memória*: São Paulo: ed. Siciliano, 1995.

MARTINS, Ana Luiza. Imprensa em tempos de Império. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. *História da Imprensa no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

MARTINS, Bárbara Canedo Ruiz. *Amas-de-leite e mercado de trabalho feminino: descortinando práticas e sujeitos (Rio de Janeiro, 1830-1890)*. 2006. 200f. Dissertação (Mestrado em História) - UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

MARTINS, Marcos Lobato. A crise dos negócios do Diamante e as respostas dos homens de Fortuna no Alo Jequitinhonha, décadas de 1870 - 1890. *Rev. Est. econ.*, São Paulo, v. 38, n. 3, p. 611-638, julho-setembro, 2008.

SOUZA, Flávia Fernandes. *Entre a convivência e a retribuição: trabalho e subordinação nos significados da prestação de serviços domésticos (cidade do Rio de Janeiro, 1870-1900)*. *Rev. de História Comparada*. Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, 2010. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/RevistaHistoriaComparada/article/view/88>. Acesso em: 07 maio. 2024.

MELO, Jeane Carla Oliveira de. *Entre o magistério feminino oitocentista e a escrita da história na escola primária: a trajetória letrada da mestra Herculana Firmina Vieira de Sousa (1840-1880)*. 2023. 449 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023.

MIRANDA, Alina Silva Sousa. *A imprensa republicana e a legislação civil: a família em debate*. In: *XXVI ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA*, XXVI, 2011, São Paulo. Anais

eletrônicos [...] São Paulo, 2011. Disponível em:
<https://anpuh.org.br/index.php/documentos/anais/category-items/1-anais-simposios-anpuh/32-snh26?start=2440>. Acesso em: 20 set. 2024.

MONTELEONE, Joana de Moraes. Costureiras, mucamas, lavadeiras e vendedoras: o trabalho feminino no século XIX e cuidado com as roupas (Rio de Janeiro, 1850 - 1920). *Rev. Estudos Feministas*, Florianópolis, 27 (1), 2019. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ref/a/6kxbrTgBwDptJJz9t9RCjRB/#:~:text=Era%20um%20fen%C3%B4meno%20que%20fazia,eram%20feitos%20por%20escravas%20dom%C3%A9sticas>. Acesso em: 07 mai. 2024

NASCIMENTO, Cecília Vieira do. *Caminhos da docência: trajetórias de mulheres professoras em Sabará Minas Gerais (1830-1904)*. 2011. 231 f. Tese (doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

ORSOLIN, Silvana Capelari. *Um olhar pelo buraco da fechadura: as personagens femininas oitocentistas no diário Minha Vida de Menina, de Helena Morley*. 2018. 128f. Dissertação (mestrado em Estudos Literários) - Universidade Federal de Uberlândia.

PERROT, 2008, p. 28 apud DIAS, Rosimeri de Oliveira; SEPULVEDA, Deniza. A vida invisível: por entre cartas, corpos de mulheres e processos de subjetivação. *Rev. Digital do LAV*. Santa Maria, v. 13, n. 2, 2020, p. 101.

PINTO, Helder de Moraes. *Entre a casa e a rua: uma história da mocidade de Diamantina - MG no final do século XIX*. 2015. 418f. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

POPINIGIS, Fabiane. “Todas as liberdades são irmãs”: os caixeiros e as lutas dos trabalhadores por direitos entre o Império e a República. *Rev. Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 59, p. 647 - 666, set - dez. 2016.

REIS, Daiane. *Helena Morley: personagem plural*. 2013. 108 f. Mestrado em Literatura Instituição de Ensino: Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis Biblioteca Depositária: BU – UFSC. 2013.

ROGRIGUES, Fabiana Cardoso Malha. *Ideias jurídicas, famílias e filiação na passagem à modernidade no Brasil, 1890 - 1940*. 2008. 287 f. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

SEVERO, Renata Ferreira. *Mulheres professoras: performando a autoridade no matriarcado da educação*. 2022. 53f. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Artes) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Porto Alegre, 2022.

SILVA, Zélia Lopes da. A memória dos carnavais afro-paulistanos na cidade de São paulo nas décadas de 20 e 30 no século XX. *Rev. Diálogos (Maringá. Online)*, v. 16, p. 37 - 68, dez. 2012.

SOUSA, Gabriela Marques de. *Entre diamantes e cascalhos: a Escola Normal de Diamantina*. 2021. 387 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2021, p. 114.

SOUTO, Bárbara Figueiredo. *"Senhoras do seu destino": Francisca Senhorinha da Motta Diniz e Josephina Alvares de Azevedo*. 2013. 197f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. Preceptoras estrangeiras para educar meninas nas casas brasileiras do século XIX. *Rev. Cadernos de História da Educação*, v.17, n.2, p.285-308, mai. - ago. 2018. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/43282/22588>. Acesso em: 14 out. 2024.

VILLELA, Heloisa de O. S. O mestre-escola e a professora. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FILHO, Luciano Mendes de Faria; VEIGA, Cynthia Greive. *500 anos de educação no Brasil*. Ed. Autêntica. 2ª ed. Belo Horizonte, 2000.